

VOLUME 37 | NÚMERO 1

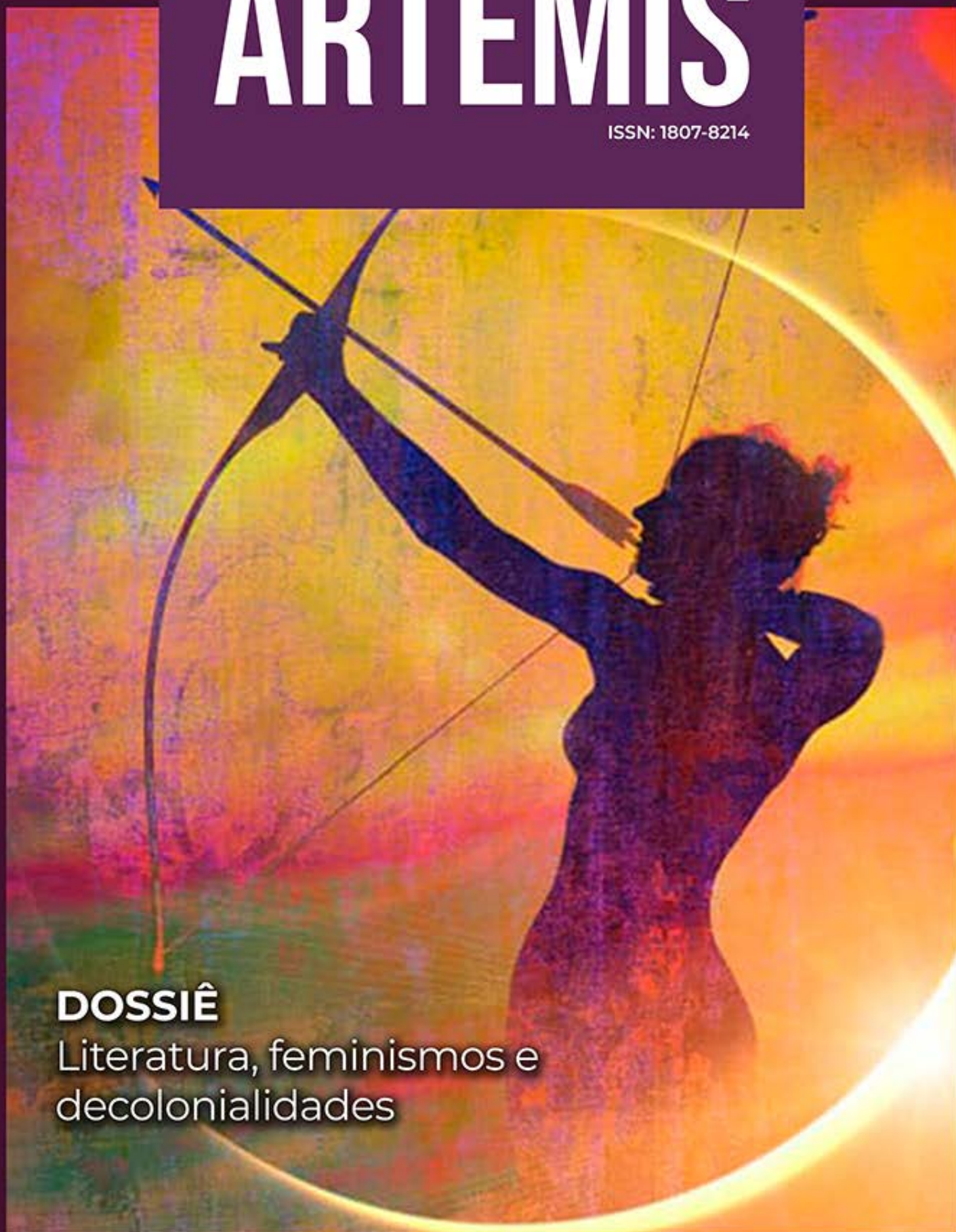
JANEIRO-JUNHO/2024

REVISTA
ÁRTEMIS

ISSN: 1807-8214

DOSSIÊ

Literatura, feminismos e
decolonialidades



LITERATURA, FEMINISMOS E DECOLONIALIDADES

como se fosse privilégio
assumir o leme
e empunhar a palavra
e se é a minha contra a sua
não tem problema
carrego a língua calejada
(Luiza Romão)¹

Autoria feminina e rupturas epistemológicas

Há mais de dez anos, Regina Dalcastagnè publicou um estudo intitulado *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*, no qual apresentava dados de uma pesquisa sobre autoria da narrativa do tempo presente. Chegou-se ao resultado de que o campo literário no nosso país era marcado por uma homogeneidade, de gênero, de raça e de classe. Em números absolutos, de um conjunto de romances lançados pelas principais editoras nacionais entre 1990 e 2004, apurou-se que de “120 em 165 autores eram homens, ou seja, 72,7%. Mais gritante ainda é a homogeneidade racial: 93,9% dos autores são brancos. Mais de 60% deles vivem no Rio de Janeiro e em São Paulo” (Dalcastagnè, 2012, p. 8). Os percentuais citados, bem como os dados examinados, foram amplamente difundidos pela crítica literária e funcionaram como um alerta sobre o que se tem produzido e, conseqüentemente, lido e estudado em literatura no Brasil.

¹ Versos do livro *Sangría* (2017), de Luiza Romão, que, em suas palavras, citadas por Heloísa Buarque de Holanda no prefácio da obra, nos revela: “com este trabalho, procuro desvendar como a colonização, seus mecanismos exploratórios, repressões e golpes de estado, construíram sentidos do feminino, absolutamente silenciados e apagados”.

José Veranildo Lopes da Costa Júnior

Professor do Departamento de Letras da Universidade Federal da Paraíba, onde atua na área de Língua Espanhola, e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPB, na linha de pesquisa “Estudos decoloniais e feministas. Doutor em Letras (UERN). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2400-8715>. E-mail: joseveranildo@ccae.ufpb.br

Monaliza Rios Silva

Professora Adjunta na Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE) e líder do NUPELEM - Núcleo de Pesquisa em Literaturas Escritas por Mulheres: decolonialidades, diversidades e política cultural (CNPq/UFAPE). Doutora em Literatura, Cultura e Tradução (PPGL/UFPB). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7682-643X>. E-mail: riosmonaliza@gmail.com

Moama Lorena de Lacerda Marques

Professora de Literaturas de Língua Portuguesa do Departamento de Letras (UFPB) e membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL/UFPB) e do Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS/UFPB). Doutora em Literatura e Cultura (PPGL/UFPB). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3569-1601>. E-mail: moamalorena@gmail.com

Anos antes da publicação de Dalcastagnè (2012), mas em consonância com o recorte de tempo dos romances que compuseram o *corpus* de análise da pesquisa mencionada, surge em 1998 o Grupo de Estudos Subalternos, que, posteriormente, se transforma no conhecido *Grupo Modernidad/Colonialidad*, o qual reúne intelectuais latino-americanos, a exemplo de Aníbal Quijano, Enrique Dussel, Walter Mignolo, Catherine Walsh e Zulma Palermo. A proposta destes/as pensadores/as gira em torno da discussão sobre os mecanismos que estruturam a colonialidade no Sul Global. Segundo Aníbal Quijano (2019), o processo de invasão da América Latina gerou um poder global que articula todo o planeta em diferentes esferas, tendo-se estabelecido uma colonialidade cultural para a qual o acesso à cultura europeia significa poder. O pensador peruano sustenta que:

Durante el mismo período en que se consolidaba la dominación cultural europea se fue constituyendo el complejo cultural conocido como la modernidad-racionalidad europea, que fue establecido como un paradigma universal de conocimiento y de relación entre la humanidad y el resto del mundo (Quijano, 2019, p. 107).

O modo de produção do conhecimento estruturado pela Europa, para fins do que se pode chamar de colonização cultural (Quijano, 2019), explica, por um lado, a natureza homogênea dos dados apresentados por Regina Dalcastagnè (2012), uma vez que a Europa centraliza no homem branco e oriundo das grandes capitais daquele continente – leia-se o homem oriundo de Paris e de Londres, sobretudo – a validação do conhecimento como tal. Por outro lado, pode-se dizer que esta mesma engrenagem de uma colonialidade cultural (Quijano, 2019) repercutiu no modo como a literatura vai se projetando em diferentes sistemas literários da América Latina.

No Brasil, romances como *Senhora* (1875), de José de Alencar, *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1908 [1881]), de Machado de Assis, *O Ateneu* (1973 [1888]), de Raul Pompéia, *O Cortiço* (1987 [1890]), de Aluísio Azevedo, *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1998 [1911]), de Lima Barreto, *São Bernardo* (1934), de Graciliano Ramos, entre tantos outros, são citados, pela historiografia literária, como as principais referências da literatura nacional, reforçando os dados de Regina Dalcastagnè (2012), quando a autora afirma que são os homens que ganham visibilidade na narrativa brasileira. Mas isso não significa dizer que as mulheres não escrevam literatura. Ainda no século XIX, quando a maior parte desses autores estavam atuando, encontramos mulheres produzindo seus romances, a exemplo de Ana Luísa de Azevedo Castro, Maria Benedita Câmara Bormann, Emília Freitas e Maria Firmina dos Reis. No entanto, hoje, não fossem iniciativas acadêmicas e editoriais como a que deu origem à Editora Mulheres², não teríamos acesso à obra dessas autoras, nem ao menos menção a elas nos compêndios

² A Editora Mulheres, fundada em 1995 como uma iniciativa de Zahidé Muzart, Elvira Sponholz e Susana Funck, “publicou, em cerca de duas décadas, mais de uma centena de livros, em especial romances reeditados de escritoras do século XIX ou início do XX e ensaios sobre feminismo, obras que se tornaram referência na formação de gerações de pesquisadoras/es e mesmo de escritoras brasileiras” (Ribeiro; Karam, 2020, p.5).

de literatura. Nesse sentido, o caso de Maria Firmina dos Reis se mostra exemplar, já que apenas recentemente recuperou-se o seu nome e os seus textos, com a publicação de *Úrsula* (1975 [1859]), primeiro romance abolicionista brasileiro.

O processo de silenciamento da autora maranhense parece, uma vez mais, reforçar os dados discutidos por Regina Dalcastagnè (2012, p. 12), pois “a definição dominante de literatura circunscreve um espaço privilegiado de expressão, que corresponde aos modos de manifestação de alguns grupos, não de outros”. A este processo de apagamento, Aníbal Quijano (2019) denomina de colonização cultural e explica que, após o bárbaro processo de invasão do nosso território indígena, o racismo precisava ter uma cara mais sutil para continuar operando uma divisão de raça mesmo após o fim da escravidão e do colonialismo.

Dada uma necessidade de romper com os modos de produção de conhecimento eurocentrados – os quais passam, mais uma vez, pela valorização da masculinidade, da branquitude e da divisão de classes – é nesta última década que, no campo dos estudos literários, os feminismos e a decolonialidade vão se estruturando, com maior ênfase, na universidade brasileira. A ativista boliviana Julieta Paredes, no livro *Hilando fino* (2013), ao discutir a noção de feminismo comunitário, no capítulo II, propõe uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental que, para a autora, não só responde exclusivamente às necessidades das mulheres desta sociedade, mas se constrói em um mundo de relações coloniais, imperialistas e transnacionais.

Com isto, não se quer dizer que a pesquisa sobre feminismos no Brasil é recente ou incipiente. A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL) criou, por exemplo, em 1984, o Grupo de Trabalho “A mulher na Literatura”. Entretanto, Julieta Paredes parece questionar o espaço de outras mulheres e vertentes do feminismo, que não o das mulheres brancas e do feminismo hegemônico, junto ao processo de produção de conhecimento. Por esta razão, as universidades brasileiras têm, ainda de forma embrionária, discutido as relações entre feminismos e decolonialidades. Um exemplo que pode ser citado é a criação, no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Paraíba, de uma linha de pesquisa denominada “Estudos decoloniais e feministas”, como uma tentativa de contribuir com um modo de pensar os feminismos que não tenha a Europa (Portugal, Espanha, França e Inglaterra, principalmente), Estados Unidos e Canadá como *norte* de referência, mas que se possa produzir outras pesquisas *suleadas* que abandonem a noção de Sul como periferia, centralizando a América Latina e África como o nosso centro de produção epistemológica.

Assumindo o desafio de relacionar feminismos e decolonialidade, a agenda das mulheres escritoras, de diferentes localidades do Sul Global, têm se dedicado a denunciar o patriarcado, o machismo, o sexismo, o racismo e todas as violências de gênero e sexualidade. Narradoras de romances como o *Garotas mortas*, da escritora argentina Selva Almada (2018), dão, cada vez mais, conta das relações entre gênero e violência:

Três adolescentes do interior assassinadas nos anos 80, três mortes impunes ocorridas quando em nosso país ainda se ignorava o termo feminicídio [...] Eu não sabia que uma mulher podia ser morta pelo simples fato de ser mulher, mas tinha escutado histórias que, com o tempo, fui ligando umas às outras, mas em que ela era objeto da misoginia, do abuso, do desprezo (Almada, 2018, p. 13).

Falar, portanto, dos atravessamentos entre feminismos e decolonialidade, temas que perpassam este dossiê temático, traz comprometeros éticos para aqueles/as que se propõem a pensar o mundo – e a construção do conhecimento – por meio de uma outra lente. Trata-se do olhar que expõe, como no caso de Selva Almada, os casos de mulheres mortas pela condição de ser mulher em um mundo no qual o patriarcado exerce poder sobre os corpos.

Desdobramentos acadêmicos

A proposta deste dossiê surgiu do III Encontro Nacional de Letras do Litoral Norte da Paraíba (III ELLIN-PB), que ocorreu entre os dias 08 e 10 de maio na UFPB, *Campus IV*. Tendo contado com recursos financeiros do Programa de Apoio a Eventos no País – PAEP/CAPES, as atividades promovidas durante o seu curso reuniram pesquisadoras e pesquisadores de instituições das diversas regiões brasileiras, oportunizando o fortalecimento da cooperação científico-acadêmica, um dos objetivos do programa.

Como eixo central dessas atividades, destacamos, enquanto integrantes da comissão organizadora, uma preocupação que mobilizou o planejamento da programação, em suas palestras, mesas-redondas, simpósios e apresentações culturais, e repercutiu fortemente nos diálogos realizados, a começar pela palestra de abertura, feita pela escritora, pesquisadora e ativista indígena Márcia Kambeba: a importância de pensarmos um projeto de universidade que, em permanente contato com a comunidade, forme sujeitos responsáveis por suas coletividades e atuem a partir de “brechas decoloniais”, conforme discute Segato:

[...] brechas decoloniais que podem ser abertas na educação para democratizá-la, não em um sentido eurocêntrico colonial-moderno e liberal da ideia de democratização, mas como resultado de uma crítica histórica realizada a partir da perspectiva e dos problemas do nosso próprio continente (Segato, 2021, p.330).

Nesse sentido, a fala de abertura nos possibilitou uma aproximação da cosmopercepção Omágua/Kambeba, revisitando, em uma perspectiva decolonial, categorias como língua, sonho, território, memória. Ao final, a escritora convidou os/as parentes potiguara ali presentes, muitos/as deles/as alunos/as e egressos/as do

Campus IV, firmado sobre chão indígena³, a realizarem uma roda de cantoria ao som do maracá, evocando a força musical e espiritual deste, como nos mostra no ensaio *A força dos maracás: música é ensino, cultura, identidade*:

O maracá é companheiro numa produção musical ao longo de gerações e continua presente, hoje, nas lutas e resistência, marcando o ritmo da música e do tempo. Embora em constantes transformações, o corpo musical indígena, seu tempo circular, obedece ao som dos maracás e permanece firme. (Kambeba, 2020, p.40).

Esse olhar-agir pelas brechas decoloniais, provocado por pensadoras como Márcia Kambeba e Rita Segato, continuou sendo exercitado ao longo de todo o evento, a exemplo do que acompanhamos na conferência de encerramento, que teve a língua tupi como foco, e de simpósios temáticos voltados para a discussão de abordagens da literatura a partir de perspectivas decoloniais e contracoloniais; entre eles, o que coordenamos, intitulado *Literatura, feminismos e decolonialidades*. Assim como outros desdobramentos das nossas atuações na docência e na pesquisa, essa proposta esteve alinhada ao que nos orienta Curiel (2020, p.13) sobre a necessidade de realizar “um esforço de desengajamento epistemológico e político em como produzimos conhecimento”; esforço este que, reconhecendo a distribuição desigual da valoração de saberes nas relações globais (Norte/Sul), opta por perspectivas que desestabilizam a manutenção da lógica do sistema-mundo moderno/colonial.

Dessa forma, convidamos o público interessado à socialização de estudos que realizassem leituras das literaturas de autoria feminina, em diálogo ou não com outras produções culturais, a partir de teorias e metodologias feministas, especialmente aquelas oriundas dos feminismos decoloniais, e que levassem em consideração categorias como gênero, raça, classe, sexualidade, geopolítica, entre outras. Como resposta, recebemos mais de vinte submissões, entre trabalhos de docentes pesquisadores/as e alunos/as de pós-graduação, além de graduandos/as que desenvolvem investigações de iniciação científica.

Organizadas em três sessões de comunicações, as discussões mobilizadas pelos/as participantes nos colocaram diante de uma diversidade de escritoras, obras e perspectivas de análise comprometidas com o combate à colonialidade. Nesse sentido, pudemos dialogar sobre os projetos estéticos de autoras como Conceição Evaristo, Lubi Prates, Jarid Arraes, Eliana Alves Cruz, Elisa Lucinda, Danielle Magalhães, Chimamanda Adichie, Maryse Condé, Dina Salústio, Camila Sosa Villada, entre outras. Algumas das leituras promovidas na ocasião, cujas propostas apresentaremos brevemente a seguir, podem ser conferidas nos artigos que integram este dossiê.

³ O Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAIE), *Campus IV* da UFPB, está localizado no Vale do Mamanguape, litoral norte da Paraíba, em território majoritariamente camponês/potiguara. Atualmente, os Potiguara estão distribuídos em 32 aldeias localizadas nos municípios de Rio Tinto, Marcação e Baía da Traição. (Pereira et al, 2020).

Contribuições do Dossiê

Na seção anterior, comentamos, a partir do ensaio *Brechas decoloniais para uma universidade na nossa América*, de Segato (2021, p.316), sobre o que ela denomina de compromisso de vida com o projeto de “democratizar a universidade, torná-la mais humana, acessível, responsável pelo bem-estar coletivo e palco dos debates que levam a uma consciência teórico-política da necessidade de transformações.” Nessa perspectiva, tendo como base o discurso teórico fundado por Aníbal Quijano, a antropóloga argentina enfatiza a importância de uma leitura da história a contrapelo, que subverte categorias e narrativas estabilizadas por um processo “que implicou menos ruptura que continuidade do horizonte colonial” (Segato, 2021, p.332).

Essa metodologia de leitura, que assume a responsabilidade de um desengajamento epistemológico de perspectivas eurocentradas, é também o que orienta os artigos do dossiê, a começar pelo *Eurocentrismo, feminismos civilizatórios e colonialidade: a epistemologia feminista decolonial como ferramenta analítica das relações de gênero*, de Juliana Adono e Lidia Possas. Ao considerar o olhar analítico para a categoria de gênero interseccionado com outros atravessamentos, as autoras tencionam o paradigma norteador do sistema do patriarcado. Isto porque o sistema é sustentado e reproduzido a partir de práticas colonialistas e de relações de poder hierárquicas e excludentes. Portanto, a abordagem das epistemologias dos feminismos decoloniais ampliam o horizonte analítico, uma vez que ressalta o protagonismo do discurso contra hegemônico que opera na mão da desestruturação do eurocentrismo.

Seguindo a esteira da problematização do descentramento europeu e questionando as interseccionalidades que incidem nas diversas opressões, no artigo *Em pilhas, as mulheres: o hiper realismo de Patrícia Melo representando as violências sistêmicas contra os corpos femininos*, de Maximiliano Torres e Alexandra Alves da Silva, o lugar das violências simbólicas, que velam as iniquidades nas relações de gênero, é elencado como chave de leitura. Tal escamoteamento das várias violências que atravessam/ ficam empilhadas nas costas das mulheres é revelado a partir do drible do verossímil, caminhando nas margens do ficcional e do policial, que mimetizam a sistematização das opressões de gênero.

Já em *Tecendo resistências: o corpo travesti contra o “CIStema” colonial de gênero em “A noite não vai permitir que amanheça”*, de Camila Sosa Villada, Maria Helena Fernandes e Amanda Brito apresentam uma leitura do conto “A noite não vai permitir que amanheça”, que integra a obra *Sou uma tola por te querer* (2022). Tendo como conceito norteador o Transfeminismo, de Letícia Nascimento (2021), ao instante em que as pesquisadoras discutem as violências sofridas por corpos dissidentes, como o da protagonista, também apontam as estratégias de resistência, enfatizando, por fim, a importância de mulheres trans, como a escritora em questão, assumirem o ponto de vista das suas narrativas, afastando-as, portanto, de uma perspectiva cisheteronormativa.

No artigo *Ser ou não ser Agatha Bell?: a experiência da vida privada de Chinaza Okafor em “Os casamenteiros”, de Adichie*, de Clara Vasconcelos, Rafael Braz e Elaine Nascimento, a questão da disputa da identidade já se anuncia no título, ao indagar sobre os processos de subjetivação da personagem em destaque. A disputa a que nos referimos diz respeito à contestação do poder hegemônico em inferiorizar o feminino, fato este que estabelece papéis de gênero essencialistas e subtrai a diversidade das identidades do ser mulher. Além disso, ao tomar o posicionamento político no trabalho analítico - desde as escolhas epistemológicas, até o traçado metodológico adotado - as/os autoras/es potencializam o *locus* contracolonial nas narrativas críticas sobre as escritas de mulheres. Desta feita, o questionamento que põe em xeque a existência das identidades plurais para além do monolítico eurocentrado se torna menos plausível e o poder pela palavra, ao passo que nomeia, presentifica as representações que rasuram o sistema.

No estudo *Espaços diminutos e dinâmicas entre mulheres: a resistência feminina na narrativa “Solitária”, de Eliana Alves Cruz*, de Yasmin Alves e Maria Luiza Milanez, observamos a presença da resistência como estratégia de existência e de luta para remar contra a maré, ancorando-se nos diversos braços, em sincronia e em comunhão. A imagem aqui trazida tem o intuito de representar os obstáculos enfrentados cotidianamente por sujeitos que se encontram na contramão do poder colonialista e que friccionam os alicerces do sistema que as/os extirpam as variadas formas de vida. Esta mesma macroestrutura espreme os ditos “corpos indesejáveis” e os empurra para o diminuto dos espaços. Por persistência ou força forjada na dor e no prazer de se ser o que é, os braços dados entre as mulheres quebram a correnteza de volta ao lugar a que pertencem.

Por fim, na leitura proposta por Yago Viegas em *Retratos do amor erótico na lírica de Elisa Lucinda: uma leitura de “El deseo, a lira dos amantes”*, o autor mostra como, no projeto estético da poeta, não se abstendo de denunciar o projeto colonial, ela reivindica, a partir da voz lírica, o amor e o erotismo como pulsões importantes de vida para as mulheres negras. Esse movimento, aliás, que denuncia as violências sistêmicas sem deixar de anunciar outras possibilidades de existência é observado como um aspecto central de uma certa poesia negra-feminina da qual Elisa Lucinda faz parte. Para mobilizar as discussões, ele parte, sobretudo, de referências dos feminismos negros e decoloniais, a exemplo de Audre Lorde, bell hooks e Vilma Piedade.

Referências

ALMADA, Selva. *Garotas mortas*. São Paulo: Todavia, 2018.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

DALCASTAGNÈ, Regina. *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2012.

KAMBEBA, Márcia Wayna. A força dos maracás: música é ensino, cultura, identidade. In: KAMBEBA, Márcia Wayna. *Saberes da floresta*. São Paulo: Jandaíra, 2020.

QUIJANO, Aníbal. *Ensayos en torno a la colonialidad del poder*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2019.

PAREDES, Julieta. *Hilando fino desde el feminismo comunitario*. La Paz: Cooperativa El Rebozo, 2013.

PEREIRA, Antônio Alberto et al. *História, cultura e sustentabilidade do Vale do Mamanguape: livro paradidático para a educação básica*. João Pessoa: Editora UFPB, 2020.

REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora LTDA, 1975.

RIBEIRO, Ana Elisa.; KARAM, Sérgio. Editora Mulheres, Zahidé Muzart e um caso relevante de edição de livros no Brasil. *Letrônica*, [S. l.], v. 13, n. 1, 2020. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/article/view/34581>. Acesso em: 29 jun. 2024.

ROMÃO, Luiza. *Sangría*. São Paulo: Edição do Autor: Selo do Burro, 2017.

SEGATO, Rita. Brechas decoloniais para uma universidade da nossa América. In: SEGATO, Rita. *Crítica da colonialidade em oito ensaios e uma antropologia por demanda*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.

EUROCENTRISMO, FEMINISMOS CIVILIZATÓRIOS E COLONIALIDADE: A EPISTEMOLOGIA FEMINISTA DECOLONIAL COMO FERRAMENTA ANALÍTICA DAS RELAÇÕES DE GÊNERO¹

EUROCENTRISMO, FEMINISMOS CILIZACIONALES Y COLONIALIDAD: LA EPISTEMOLOGIA FEMINISTA DECOLONIAL COMO HERRAMIENTA ANALÍTICA PARA LAS RELACIONES DE GÉNERO

RESUMO

As lutas feministas como um dos objetos de análise dos estudos de gênero têm sido interpretadas por diferentes lentes desde o final do século XX, quando da preocupação teórica com o gênero como categoria analítica. Embora tais mobilizações não operem de forma homogênea, a epistemologia feminista hegemônica ainda privilegia as narrativas do Norte global, que ainda atuam a serviço do colonialismo, do capitalismo moderno/colonial e da própria colonialidade do poder, do saber, do ser e de gênero. Contudo, na contramão deste processo, as matrizes contra-hegemônicas têm apontado caminhos para romper com este sistema moderno/colonial de gênero. Diante disso, o presente trabalho busca demonstrar a potencialidade da epistemologia feminista decolonial como ferramenta analítica das relações de gênero. Para tanto, realizou-se pesquisa bibliográfica, com base em fontes secundárias de análise. Conclui-se que a epistemologia feminista decolonial se coloca para além da reestruturação teórica necessária ao campo dos estudos de gênero, mas também como prática política essencial à emancipação no Sul global perante a colonialidade de gênero.

Palavras-chave: Estudos de gênero. Epistemologia feminista decolonial. Sistema moderno/colonial de gênero. Colonialidade de gênero.

RESUMEN

Las luchas feministas como uno de los objetos de análisis en los estudios de género han sido interpretadas a través de diferentes lentes desde finales del siglo XX, cuando surgió la preocupación teórica por el género como categoría analítica. Aunque tales movilizaciones no operan de manera homogénea, la epistemología feminista hegemónica todavía privilegia las narrativas del Norte global, que todavía actúan al

¹ Trabalho final apresentado como um dos requisitos para aprovação na disciplina intitulada Gênero e Antropologia, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo.

Juliana Adono da Silva

Doutoranda em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Pesquisadora do Laboratório Interdisciplinar de Estudos de Gênero (LIEG/UNESP). E-mail: julianaadonosilva@gmail.com

Lidia Maria Vianna Possas

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Livre Docente em História, Relações de Gênero e Feminismos na América Latina - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP/FFC Marília/SP. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0072-0230>. E-mail: lidia.possas@unesp.br

servicio del colonialismo, el capitalismo moderno/colonial y la colonialidad del poder, el conocimiento, el ser y el género mismo. Sin embargo, frente a este proceso, las matrices contrahegemónicas han señalado formas de romper con este sistema de género moderno/colonial. Ante esto, el presente trabajo busca demostrar el potencial de la epistemología feminista decolonial como herramienta analítica para las relaciones de género. Para ello se realizó una investigación bibliográfica, basada en fuentes secundarias de análisis. Se concluye que la epistemología feminista decolonial va más allá de la reestructuración teórica necesaria para el campo de los estudios de género, sino también como una práctica política esencial para la emancipación en el Sur global frente a la colonialidad de género.

Palabras clave: Estudios de género. Epistemología feminista decolonial. Sistema de género moderno/colonial. Colonialidad de género.

Introdução

Ainda que as mobilizações feministas sejam constituídas por múltiplas identidades, a corrente hegemônica tem privilegiado as narrativas construídas desde as demandas denunciadas exclusivamente por mulheres no contexto ocidental, e ocultado as demais pautas e subjetividades presentes nos feminismos.

Em termos políticos, tal processo resulta num universalismo feminista. Já epistemologicamente, evidencia as concepções universalizantes ainda presentes no campo dos estudos de gênero.

Contudo, tem sido efetuado um esforço político e teórico por intelectuais feministas, com vistas a (re)formular o campo dos estudos de gênero, mediante outras lentes de análise que não as ocidentalizadas e eurocentradas.

Diante disso, o presente estudo buscará demonstrar a potencialidade da epistemologia feminista decolonial como ferramenta analítica das relações de gênero. Para tanto, pretende-se, em um primeiro momento, demonstrar como os feminismos civilizatórios, como matrizes hegemônicas, pactuam com o eurocentrismo. Posteriormente, procura-se aprofundar a análise, identificando-a no sistema de gênero moderno/colonial. Por fim, propõe-se como via de enfrentamento à colonialidade de gênero a epistemologia feminista decolonial, com elemento teórico e político.

O presente trabalho tem seu ancoramento bibliográfico sob a perspectiva dos estudos de gênero (Scott, 1995). As categorias utilizadas bebem da fonte da teoria crítica da raça (com ênfase ao conceito de interseccionalidade) e dos estudos decoloniais e pós-coloniais. A escolha do caminho teórico-metodológico seleciona a abordagem qualitativa, com pesquisa bibliográfica mediante fontes secundárias de análise.

O pacto do eurocentrismo nos feminismos civilizatórios

As desigualdades de gênero têm sido enfrentadas historicamente por mulheres² em movimento, categoricamente postuladas como feministas e politicamente organizadas em coletivos cujas lutas se articulam entre a contestação à ordem social e a reivindicação por direitos já assegurados pelas normas jurídicas vigentes.

Tais movimentos datam do final do século XIX, sob uma perspectiva global, e estão presentes até os dias atuais. As teóricas feministas têm se utilizado da metáfora das “ondas”³ para situar local, histórica e socialmente as grandes mobilizações feministas que desde então acontecem mundialmente (Zirbel, 2021).

Tal metáfora não é neutra, uma vez que está ancorada numa matriz ideológica que centraliza as lutas e o pensamento do Norte global como hierarquicamente superiores e determinantes em face do que se entende por feminismo. Apesar disso, tem contribuído significativamente para com a construção dos estudos de gênero e da própria teoria feminista.

O complexo categorial que organiza as lutas feministas em ondas, portanto, tem sido discutido pela própria teoria feminista, desde diferentes matrizes teóricas e políticas, uma vez que os movimentos sociais podem e são analisados por influência de diversas teorias.

O presente trabalho procurará demonstrar a problemática da matriz hegemônica ainda presente na teoria feminista, que busca privilegiar as narrativas construídas

2 Aqui, o termo “mulheres” abrange as diferentes identidades presentes nas mobilizações feministas, quais sejam: cis, trans e não-binárias.

3 A primeira onda data da segunda metade do século XIX e início do século XX e foi marcada pelas lutas por isonomia e por direito ao voto (sufrágio). Este período histórico veio atravessado pelo capitalismo, que atribuiu às mulheres o exercício do cuidado (leia-se trabalho doméstico não-remunerado), bem como impulsionou mediante os discursos religiosos, filosóficos, econômicos e políticos da Europa do século XIX a ideia de exploração e controle da vida, das atividades e da sexualidade das mulheres. Entre suas pautas estavam o direito à autodeterminação sexual, o acesso a determinadas profissões e melhoria das condições laborais, o acesso à educação formal e a um currículo formal diferenciado (e não voltado para as atividades domésticas) e à reforma do direito matrimonial. A segunda onda, por sua vez, despontou em meados da década de 1960, de modo a intensificar-se na década de 1970 e espalhar-se por diversos contextos sociais nas décadas seguintes. Em relação aos feminismos latino-americanos, a luta contra as ditaduras implementadas em países como Paraguai, Uruguai, Argentina, Chile, Peru, Bolívia, Guatemala, República Dominicana e Brasil abrangeu como principais pautas o anticolonialismo, a luta antirracista, a valorização do trabalho doméstico, a segurança no trabalho, o acesso ao direito à educação, a creches, à licença-maternidade e aos direitos reprodutivos, bem como a luta contra a violência doméstica, o assédio e o estupro). Esse período foi atravessado sobretudo pelas lutas das feministas liberais (especificamente a década de 1980), mas também reuniu as lutas das ecofeministas e das feministas negras e latinas, que denunciaram os entrelaçamentos de opressões, com ênfase no racismo e na exploração dos corpos de pessoas racializadas (a título de exemplo, destaca-se o Coletivo Combahee River, em 1974, em Boston). Por fim, quanto à terceira onda, embora existam controvérsias sobre a sua periodização e caracterização (devido à existência ou não de uma quarta onda), seu início se deu a partir do século XXI, com o protagonismo de feministas negras, latinas, revolucionárias, proletárias, lésbicas, pró-sexo, antipornografia, transfeministas, feministas comunitaristas e indígenas, ciberfeministas, etc. Suas pautas abrangiam a luta contra o capacitismo, a exploração, a violência física e psicológica, o feminicídio, a discriminação no ambiente laboral, a pobreza, o racismo, os privilégios masculinos, o encarceramento em massa, a destruição dos ecossistemas e a mudança climática, etc. (Zirbel, 2021).

desde o Norte global, sem avanço na crítica ao colonialismo, ao eurocentrismo, ao capitalismo moderno/colonial e às formas específicas de opressão oriundas dos processos civilizatórios nas Américas.

Embora tais processos sejam historicamente datados e socialmente situados, sua lógica moderno-colonial e eurocentrada opera sobretudo como um modo de vida, oriundo da dominação europeia sobre o mundo. A cientista política e historiadora francesa Françoise Vergès sintetiza em três diferentes verbos a operacionalização desta lógica, como se vê:

‘Extrair/Danificar/Reparar’, esse poderia ser o resumo do que temos vivido desde que a Europa iniciou no século XV seu projeto de colonização do mundo. [...] eis o programa do escravismo, do colonialismo, do imperialismo e do capitalismo racial. [...] a ganância, a escravização e a dominação não nascem com a colonização europeia, mas a última faz da violência sistêmica e estrutural o fundamento mesmo de sua expansão e de sua sobrevivência (Vergès, 2022, pp. 127-128).

O projeto de colonização do mundo não apenas gerou impactos na vida dos povos colonizados, uma vez que se consolidou como padrão de poder mundial, mediante o exercício da dominação sobre diferentes contextos, dentre os quais cabe o destaque às Américas.

Em face deste processo, as lutas feministas têm operado também contra o colonialismo, o capitalismo moderno/colonial e o eurocentrismo, apesar de seu apagamento em face do privilégio atribuído às narrativas feministas ocidentais, em torno de um feminismo liberal.

Por outro lado, há, no âmbito da Academia, a consolidação dos estudos de gênero⁴ como uma ciência interdisciplinar, cuja legitimação decorreu de um esforço teórico e político por parte de feministas como as historiadoras Ann. D. Gordon, Mari Jo Buhle e Nancy Shrom Dye, cujos discursos apontavam que a inscrição de mulheres na história implicava essencialmente a reformulação e ampliação das noções tradicionais, de modo a incluir suas experiências pessoais, subjetivas, públicas e políticas (Scott, 1995, p. 73).

No entanto, assim como a matriz de pensamento ocidentalizada divide e organiza natureza e cultura como unidades distintas da experiência humana (Stolcke, 1990, p. 101), o feminismo, em sua matriz hegemônica, como objeto de análise dos estudos de gênero também tem universalizado um ideal de mulher unicamente protagonista do movimento, de modo a centralizar as pautas políticas em torno de uma realidade que se pretende exclusivamente legítima. O que, na prática, implica

4 A historiadora norte-americana Joan Scott (1995) elaborou uma definição clássica de gênero que o concebe como elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, bem como modalidade primária significativa das relações de poder.

o silenciamento e o apagamento das subjetividades múltiplas que permeiam as lutas feministas.

Vergès tem postulado em suas obras uma crítica decolonial a este teor universalizante. Para tanto, tem realizado uma contextualização a respeito do papel das organizações internacionais e dos demais atores sociais que reproduzem a perspectiva colonialista até mesmo quando o Estado institucionaliza juridicamente a proteção às mulheres (Vergès, 2020; 2021; 2022).

Quanto à realidade latino-americana, destaca-se que, assim como nas ciências sociais⁵ buscou-se privilegiar as narrativas construídas desde uma visão do Norte global, a teoria clássica feminista centralizou as lutas políticas desde a situação geográfica, social e cultural da sociedade ocidental, a partir das experiências exclusivamente de mulheres brancas, europeias e proprietárias.

Pode-se afirmar que este processo de universalização tem suas raízes históricas no eurocentrismo e no colonialismo, cujos impactos avançaram sobre as Américas e se fazem presentes até os atuais processos de globalização. Como evidenciou o sociólogo peruano Aníbal Quijano:

A globalização em curso é, em primeiro lugar, a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial. Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo. Esse eixo tem, portanto, origem e caráter colonial, mas provou ser mais duradouro e estável que o colonialismo em cuja matriz foi estabelecido. Implica, conseqüentemente, num elemento de colonialidade no padrão de poder hoje hegemônico (Quijano, 2005, p. 107).

Particularmente no território brasileiro, tais classificações raciais também podem ser visualizadas em nossa estrutura político-jurídica, a qual, principalmente nos últimos anos, legitimou a inferiorização do “Outro”. A antropóloga brasileira Lilia Schwartz tem sido uma referência nesse sentido, uma vez que problematiza em suas obras, inclusive, a teoria do darwinismo racial, que há muito influenciou o pensamento

5 O sociólogo venezueleno Edgardo Lander aponta que o pensamento científico moderno (em suas expressões tecnocráticas e neoliberais hoje hegemônicas) difunde a naturalização das relações sociais, que reflete a noção de que as características da sociedade moderna são a expressão das tendências espontâneas e naturais do desenvolvimento histórico da sociedade. Deste modo, argumenta que a constituição da sociedade liberal centraliza como ordem social exclusivamente possível aquela que opera segundo a ideia de que a organização social atual opera sem ideologias, mediante um modelo civilizatório único, globalizado, universal, que ignora, inclusive, a importância da política, uma vez que estabelece não haver alternativas possíveis a este modo de via (Lander, 2005, p. 8).

social brasileiro, bem como as políticas de branqueamento presentes desde o período colonial (Schwarcz, 2013).

Esta estrutura político-jurídica, ao ancorar-se em categorias eurocentradas e racistas, reflete, sobretudo, a manutenção dos marcadores sociais da diferença que estão presentes nos sistemas organizacionais simbólicos da sociedade brasileira.

Por outro lado, numa perspectiva global, os processos de conscientização têm sido construídos por feministas que se colocam na linha de frente contra o colonialismo sustentado pela perspectiva universalista. A ativista norte-americana Sojourner Truth é um exemplo clássico, dada a sua histórica intervenção na Women's Rights Convention, nos Estados Unidos, em 1851, após as falas de pastores que justificaram as desigualdades de direitos entre homens e mulheres devido ao fato de as últimas serem "frágeis e intelectualmente débeis" – sustentando tais argumentos com base na tradição cristã. No referido momento, a ativista entrevistou com a reivindicação de sua identidade, mediante os marcadores que atravessavam as mulheres negras e escravizadas àquela época.

O teor deste discurso convida os estudos de gênero a voltar o olhar para os marcadores sociais da diferença presentes nas identidades que protagonizam as mobilizações a partir de experiências dissidentes das noções tradicionais do universalismo feminista. Ao mesmo tempo, convoca as ciências sociais a reconhecer as (re)formulações epistemológicas que tiram o Outro do lugar do colonizado, na medida em que lhes devolvem a agência - em substituição à subalternização.

Com isso, diante dos entrelaçamentos existentes entre o colonialismo, o capitalismo moderno/colonial e as formas específicas de opressão oriundas dos processos civilizatórios nas Américas, reconhece-se a urgência de que os feminismos venham a romper o pacto historicamente estabelecido com o eurocentrismo. Deste modo, será possível a transição de um feminismo civilizatório para um feminismo emancipatório.

Dos feminismos civilizatórios ao sistema de gênero moderno/colonial

Para romper um pacto, faz-se necessário, primeiramente, analisar cada um dos elementos que o estabelecem como relação. Tratando-se do vínculo com o eurocentrismo, a teoria feminista deve identificar os principais problemas ainda sustentados epistemologicamente pela lógica do colonialismo. Algumas das vias que possibilitam este exercício já têm sido apontadas por feministas mediante perspectivas contra-hegemônicas.

Tais teóricas têm elaborado, em suas produções científicas, propostas epistemológicas que denunciam o teor universalista ainda vigente na teoria feminista. Este universalismo é a "cereja do bolo" que estrutura o pacto com o eurocentrismo.

Contudo, antes de apontar o ingrediente que imbrica este vínculo ao colonialismo, ressaltam-se duas posições teóricas que denunciam a lógica universalista do feminismo.

A primeira é da jurista norte-americana Kimberlé Crenshaw, que cunhou o conceito de interseccionalidade, o qual pressupõe que fatores ligados a identidades sociais, como “[...] classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são diferenças que fazem diferença, na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação” (Crenshaw, 2002, p. 173). Daí, compreender as desigualdades de gênero desde uma perspectiva interseccional é um dos pilares necessários para que haja, de fato, uma ruptura com o eurocentrismo.

Em linha similar de raciocínio, a antropóloga alemã Verena Stolcke (1990), ao questionar o motivo das intersecções entre gênero, raça e classe, propõe uma teoria das desigualdades na sociedade de classes, a partir da crítica à homogeneização presente na teoria feminista. Em sua propositura teórica, tenta demonstrar a forma como tais marcadores sociais da diferença se articulam à medida que constituem e perpetuam a sociedade de classes, a qual é profundamente marcada por desigualdades e contradições. Para tanto, problematiza as crescentes desigualdades e tensões entre o Norte e o Sul global, caracteriza o liberalismo como uma “armadilha ideológica” mantenedora das desigualdades no acesso ao poder e à propriedade, bem como associa tais assimetrias ao racismo e à dominação masculina (Stolcke, 1990, p. 115).

Em continuidade às críticas decoloniais aos feminismos civilizatórios (Vergès, 2021), os estudos pós-coloniais vão além ao evidenciar como a própria fabricação da feminilidade e da masculinidade optou por ignorar os processos de colonialismo e de racialização presentes na cultura dominante ocidentalizada (Vergès, 2022).

O entrelaçamento entre raça, classe e gênero, destarte, nos estudos pós-coloniais são evidenciados principalmente na supremacia branca, que organiza o gênero dos não-brancos como fixo e fluido, de modo que o binarismo e a complementaridade de gênero são atributos exclusivos do mundo branco. Portanto, a construção de uma virilidade branca se sustenta na “[...] animalização, na exploração, na sexualização, na criminalização dos corpos feminino e masculino preto e racializado” (Vergès, 2022, pp. 140-141).

Todo esse processo foi ignorado pelo feminismo branco e burguês, cuja ideologia opera a serviço do colonialismo, do racismo, do capitalismo, do sexismo e do imperialismo e, inclusive, é mantida pelo próprio Estado neoliberal (Vergès, 2022, p. 141).

Os feminismos civilizatórios, situados no Ocidente, atendem às demandas das mulheres em suas próprias sociedades, uma vez que suas lutas e postulações teóricas vinculam-se exclusivamente às suas específicas situações de opressão e subordinação, de modo a ocultar as demais realidades e contribuições (Carvajal, 2020).

Tais análises antecedem as contribuições teóricas que avançaram na crítica aos feminismos civilizatórios ao constatarem os efeitos da colonialidade também nas relações de gênero. Nesse sentido, a socióloga argentina María Lugones (2020) tem ido além em sua propositura teórica acerca das intersecções entre raça, classe, gênero e sexualidade. Para tanto, articula as contribuições dos feminismos de mulheres “de

cor” dos Estados Unidos e de mulheres do Terceiro Mundo às elaborações feministas do conceito de inteseccionalidade oriundo das escolas de jurisprudência La Crit e Critical Race Theory, concatenando ao marco de análise teórica introduzido por Aníbal Quijano, mediante o conceito de “colonialidade do poder” (Lugones, 2020).

Um dos avanços de Lugones se dá ao problematizar o quadro de análise de Quijano, caracterizando o seu olhar como patriarcal e heterossexual, de modo que, embora traduza a colonialidade do poder e a modernidade na organização do poder capitalista, eurocêntrico e global, a sua análise acerca da construção moderna/colonial de gênero ainda é limitada. Esta limitação pode ser visualizada na própria aceitação, por parte de Quijano, da compreensão capitalista, eurocêntrica e global das relações de gênero, de modo a ocultar a subordinação e a destituição do poder atribuídas às mulheres colonizadas e não brancas (Lugones, 2020).

Lugones (2020) associa o dimorfismo biológico, a heterossexualidade e o patriarcado à face visível da organização colonial/moderna das relações de gênero, elaborando, assim, o que denomina por sistema de gênero moderno/colonial.

Deste modo, pode-se afirmar que, mediante a ruptura do pacto com o eurocentrismo, o feminismo civilizatório caminha para a via do enfrentamento ao sistema de gênero moderno/colonial, que estrutura as relações de dominação e de subordinação contra as mulheres não-brancas também ocultadas nos próprios estudos decoloniais.

A epistemologia feminista decolonial como ferramenta analítica das relações de gênero

O reconhecimento das intersecções entre raça, classe, gênero e sexualidade se configura como o primeiro passo para o rompimento do pacto entre eurocentrismo e feminismo. O segundo, por sua vez, é o reconhecimento de um sistema de gênero moderno-colonial nos próprios estudos decoloniais. O terceiro e último, por sua vez, estrutura-se na propositura teórica de uma epistemologia feminista decolonial como ferramenta analítica das relações de gênero.

Tal epistemologia evidencia-se em uma postulação em que teoria e política se retroalimentam, uma vez que não se limita a denunciar o sistema de gênero moderno/colonial, mas propõe um conjunto de possibilidades para “[...] um futuro pós-escravista, racista, capitalista, imperialista, patriarcal” (Vergès, 2022, p. 149).

Nas palavras de Lugones:

Descolonizar o gênero é necessariamente uma práxis. É decretar uma crítica da opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualidade visando uma transformação vivida do social. Como tal, a descolonização do gênero localiza quem teoriza em meio a pessoas, em uma compreensão histórica, subjetiva/intersubjetiva da relação oprimir ← → resistir na intersecção de sistemas complexos de opressão (Lugones, 2014, p. 940).

Portanto, para além do giro decolonial nos estudos de gênero, é importante que a teoria seja vivida pelas comunidades, o que se torna possível a partir do processo de autoconscientização acerca da opressão que atravessa as relações de gênero sem dissociar-se dos recortes de raça, classe, sexualidade, bem como dos demais marcadores sociais da diferença.

Como afirma Lugones:

Não se resiste sozinha à colonialidade do gênero. Resiste-se a ela desde dentro, de uma forma de compreender o mundo e de viver nele que é compartilhada e que pode compreender os atos de alguém, permitindo assim o reconhecimento. Comunidades, mais que indivíduos, tornam possível o fazer; alguém faz com mais alguém, não em isolamento individualista.

Portanto, ao promover uma espécie de “coalizão” (Lugones, 2014), os vínculos comunitários oportunizam a agência de diferentes atores sociais perante a colonialidade de gênero e, conseqüentemente, a sua libertação. Afinal, como já enfatizou Vergès: “Lutar é também não esquecer a dimensão psicológica da emancipação” (2022, p. 151).

Conclusão

A perspectiva universalista assumida pela epistemologia feminista hegemônica tende a privilegiar o discurso ocidental de modo a reproduzir um feminismo de base civilizatória, e não emancipatória.

Sob a lógica do colonialismo e ao lado do capitalismo moderno/colonial, os feminismos civilizatórios se configuram como tal devido ao pacto mantido com o eurocentrismo, o qual evidencia a existência de um sistema de gênero moderno/colonial.

Para que as lutas feministas alcancem, de fato, a emancipação das mulheres, mais que a ruptura do pacto com o eurocentrismo, é urgente uma epistemologia feminista ancorada em bases teórico-científicas, mas sobretudo políticas e comunitárias.

Portanto, para além de um giro decolonial nos estudos de gênero, as epistemologias feministas decoloniais têm demonstrado o avanço, em última instância, em termos de enfrentamento à colonialidade de gênero, bem como em relação à sua potencialidade de promover as lutas feministas em torno da emancipação.

Referências

CARVAJAL, Julieta Paredes. Uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque. *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*. 2002, vol.10, n.1.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque. *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista estudos feministas*, v. 22, 2014.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2013.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica de Joan Scott. *Educação & realidade*. Vol. 20, n. 2, 1995.

STOLCKE, Verena: “Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade?”. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 20, 1991.

TRUTH, Sojourner. “*Ain’t I a Woman?*”

VERGÈS, Françoise. Extrair/Danificar/Reparar. *Revista de Antropologia da UFSCar*, v. 13, n. 2, 2022.

VERGÈS, Françoise. *Uma teoria feminista da violência: Por uma política antirracista da proteção*. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

ZIRBEL, Ilze. Ondas do feminismo. *Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia*, v. 7, n. 2, 2021.

Recebido em 11/07/2024.

Aceito em 13/07/2024.

EM PILHAS, AS MULHERES: O HIPER REALISMO DE PATRÍCIA MELO REPRESENTANDO AS VIOLÊNCIAS SISTÊMICAS CONTRA OS CORPOS FEMININOS

WOMEN IN PILES: PATRÍCIA MELO'S HYPER REALISM REPRESENTING SYSTEMIC VIOLENCE AGAINST FEMALE BODIES

RESUMO

O presente artigo analisa, com base na teoria crítica feminista, as perspectivas de violência apresentadas no romance *Mulheres empilhadas* (2019), de Patrícia Melo. Sob o aporte teórico de Collins e Bilge (2021), Bourdieu (2022), Foucault (2014), Butler (2021), Segato (2003 e 2016), Vergès (2020), com alinhamento à perspectiva decolonial, serão valorizadas as abordagens interseccionais e os diálogos com outros textos que também abarcam o tema. O tom verossímil das narrativas criminais da autora permitirá analogias com inúmeras formas de violências sistêmicas já perpetradas socialmente. A partir das discussões de elementos poéticos que se estruturam na fronteira entre a ficção e a realidade, bem como levantamentos dos pontos sugeridos pertinentes à proposta analítica, a leitura versará sobre a necessidade de soluções para que todas as pessoas, principalmente com identidade feminina, tenham seus espaços de fala e de existência garantidos.

Palavras-chave: Literatura de autoria feminina. Violência sistêmica. Femicídio. Decolonialidade. Teoria Crítica Feminista.

ABSTRACT

Based on feminist critical theory, this article analyzes the perspectives of violence presented in the novel *Mulheres empilhadas* (2019) written by Patrícia Melo, using the theoretical support of Collins and Bilge (2021), Bourdieu (2022), Foucault (2014), Butler (2021), Segato (2003 and 2016), Vergès (2020), in alignment with the decolonial perspective and the intersectional approach, highlighting and in dialogue with other texts that also deal with the topic. The believable tone of the author's criminal narratives will allow analogies with countless forms of systemic violence already perpetrated socially. Based on discussions of poetic elements that are structured on the border between fiction and reality, as well as surveys of suggested points relevant to the analytical proposal, the reading will focus on the need for solutions so that all people, especially those with a female identity, can have their own spaces of speech and existence guaranteed.

Maximiliano Torres

Doutor em Ciência da Literatura (Teoria Literária). Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: torres.maxi@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-00024638-034X>

Alexandra Alves da Silva

Mestra em Estudos Literários. Rede privada de ensino (educação básica). E-mail: prof.alexandra.ead@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1287-0559>

Keywords: Literature written by women. Systemic violence. Femicide. Decoloniality. Feminist Critical Theory.

Quando a mulher boquiaberta
engoliu a bala que lhe arrebatou
o último fio de seu desamparo,
o homem, o seu,
aliás, título inverso de propriedade,
pois era ele quem a considerava
como coisa de pertença
pegou a segunda arma
decependo-lhe o corpo,
enquanto calmamente dizia:
“quem come a carne, corta os ossos”
(Evaristo, 2021, p. 118)

No poema “Coisa de pertença”, Conceição Evaristo traz à tona a temática do feminicídio, bem como toda a simbologia do poder de dominação para com os corpos femininos, uma vez que a arma na boca da mulher pode significar um objeto fálico, representando o órgão sexual masculino de forma ereta. Na sequência, o desamparo foi o resquício de vida retirado da mulher, já que não se pode medir o quanto já havia perdido ao lado do “seu” homem. Esse pronome possessivo no quarto verso é explicado como título inverso de propriedade, o que caracteriza o fato de homem se sentir possuidor daquele corpo vulnerável e de, conseqüentemente, se sentir no direito de extirpar a vida daquela mulher. Como se não bastasse a sequência de violências, no oitavo verso é possível inferir que o assassino-violador inseriu uma “segunda arma”, dilacerando aquele corpo feminino já sem vida, com uma dúbia possibilidade interpretativa de “arma” como pênis ou faca.

Fora da ficção e, a partir das relações entre gênero/classe/raça, nenhuma mulher está livre de violências: as feministas populares, as lésbicas, as trans, as indígenas, as afrodescendentes e todas as pessoas que se identificam com o gênero feminino. Dessa forma, destacamos a definição teórico-crítica das pesquisadoras afro-estadunidenses Patricia Hill Collins e Sirma Bilge quando afirmam:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais cotidianas. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, sexualidade, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e se afetam mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas. (Collins e Bilge, 2021, pp.: 15-16)

Estupros, mutilações, feminicídio: essa progressão começa com uma cota de violências diárias das mulheres cujo ponto final de uma sequência de agressões aos direitos humanos é o assassinato, iniciado por um histórico de ataques verbais, visuais e físicos sofridos pelas meninas desde o nascimento. Tais hostilidades podem começar pela música que desabona e objetifica a mulher, pela assimetria salarial, pela dificuldade ou impossibilidade de se emancipar financeiramente, pela violência patrimonial, psicológica, verbal, pela pornografia, pelo tapa. Nesse viés, na obra *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*, o sociólogo francês Pierre Bourdieu (2022, p.61) assinala que a dominação masculina não é apenas uma questão de poder ou controle direto, mas é também institucionalizada por meio de práticas sociais, estruturas econômicas e divisões de trabalho que perpetuam e reforçam a posição superior dos homens na sociedade. Esses micropoderes masculinos são capazes de descrever a mulher que, historicamente, é colocada em um posicionamento hierárquico inferior ao do homem.

Empilhando casos de feminicídios em uma simbiose mimética entre o real e o ficcional, a perspectiva hiper realista da autora Patrícia Melo monta um cenário de choque de realidade cruel e leva os leitores a experiências de ojeriza, mas também de viagens oníricas de vingança no romance *Mulheres empilhadas*, cuja temática destacada é a persistente questão das violências contra as mulheres. O livro traz inúmeras vezes as estruturas institucionalizadas de poderes mencionadas por Bourdieu, que explicam o surgimento da misoginia:

Nada mais fácil do que aprender a odiar as mulheres. O que não falta é professor. O pai ensina. O Estado ensina. O sistema legal ensina. O mercado ensina. A cultura ensina. A propaganda ensina. Mas quem melhor ensina, segundo Bia, minha colega de escritório, é a pornografia. (Melo, 2019, p. 73).

A construção ideológica e social do patriarcado aparece tanto no poema em epígrafe de Evaristo quanto no romance de Melo, uma vez que alguns homens passam a minimizar a importância da figura feminina por possuir um desejo de domínio avassalador, podendo até matar a mulher para ter a sensação de que era o dono dela, fazendo o que quisessem com o seu corpo. Nesse sentido, de acordo com o pensamento foucaultiano, “a relação atua como uma penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares; compara, diferencia, hierarquiza, homogeneiza e exclui. Em suma, *normaliza*.” (Foucault, 2014, p.145). Normaliza, posto que o corpo se adapta e a mulher acaba sendo enclausurada nessa relação abusiva, de modo que seu corpo, que está preso no interior dessa relação de poder, é tratado pelo homem como um objeto sobre o qual ele acha que é de posse dele – vale lembrar também que há uma compreensão, por parte de algumas mulheres, de que seus corpos são propriedade de seus parceiros, ou seja, muitas vezes o patriarcado está arraigado na sociedade como um todo, já que, ainda de acordo com Bourdieu (2022, p.45), essa questão social legitima uma relação de dominação inscrevendo-a

em uma natureza biológica que é, por sua vez, ela própria, uma construção social naturalizada. Logo, quando o homem manifesta esse ciúme, ele também sinaliza que a mulher é algo privado, conforme percebemos nesta passagem de *Mulheres empilhadas*:

Quando eles falam que sentem ciúmes, você tem que entender que eles estão falando de direito de uso de propriedade. Você é como o carro dele. O celular dele. A casa dele. O sapato dele. Ele é o senhor do engenho. Você é a escrava. Ele é o fazendeiro. E você, o gado. Ele é o proprietário. E você, o produto. E seu casamento, seu namoro, seu vínculo são sua desgraça, sua condenação à morte. Quando ele pede desculpa, quando ele pede para voltar, ele está avisando: sua contagem regressiva já começou. (Melo, 2019, p.89)

Essa *normalização* a que se refere Foucault revela atitudes patológicas que condenam as mulheres à objetificação, posto que ratificam as desigualdades de gênero. De acordo com a antropóloga argentina Rita Segato, na obra *La guerra contra las mujeres*:

A eficiência da violência psicológica na reprodução da desigualdade gênero resulta de três aspectos que o caracterizam: 1) sua difusão massa na sociedade, o que garante sua 'naturalização' como parte comportamentos considerados 'normais' e banais; 2) suas raízes em valores moral religiosa e familiar, o que permite a sua justificativa e 3) a falta de nomes ou outras formas de designação e identificação de condutas, que resulta na quase impossibilidade de apontá-la e denunciá-la e, assim, impede suas vítimas de defenderem-se e procurarem ajuda (Segato, 2003, p.115. Tradução nossa)

Refutando essa “naturalização”, o romance de Melo problematiza as mais diversas violências de gênero, trazendo o protagonismo para as vozes femininas. As mulheres aparecem nas mais diferentes esferas: a narradora-protagonista, a chefe paulista, as amigas Carla e Rita, a avó, a Mulher das Pedras Verdes, a menina Txupira, as guerreiras icamiabas, a pajé, Zapira, que denunciou a misoginia que sofreu quando se tornou a representante do poder na tribo Kuratawa: figuras femininas interseccionais, com faixa etária diferentes. Diríamos até mesmo que a floresta é uma protagonista, já que um dos acontecimentos mais relevantes, a lembrança da narradora de que a própria mãe sofreu feminicídio, acontece nesse espaço. O eixo central de *Mulheres empilhadas* aborda os inúmeros casos de feminicídio no Brasil – numa oscilação entre o horror e a naturalização da barbárie – como acontecimentos corriqueiros. A escritora também traz à discussão a sistêmica convivência da justiça com o patriarcalismo, já que inúmeros assassinos que cometem esse tipo de crime não sofrem punição. Para explicar essa problemática, a pesquisadora estadunidense Judith Butler, na obra *A força da não violência*, salienta:

Com frequência, os casos de feminicídio são denunciados em matérias sensacionalistas e causam um choque momentâneo. Há o horror, de fato, mas nem sempre ele se associa a análises e mobilizações que concentram a ira coletiva. O caráter sistêmico dessa violência desaparece quando se diz que os homens que cometem esse tipo de crime sofrem de distúrbios de personalidade ou patologias específicas. O mesmo acontece quando uma morte é considerada “trágica” como se forças conflitantes do universo levassem a um fim infeliz. (Butler, 2021, p. 145)

Dessa forma, chega-se à conclusão de que o feminicídio não é um caso isolado de crime, mas sim um grave sintoma tolerado por determinada parte da sociedade que carrega os traços abusivos de desigualdade entre os sexos. Não é uma simples tragédia, trata-se de ódio a tudo aquilo que representa o universo feminino, de desprezo, de discriminação e a minimização à seriedade. A não tipificação desse crime significa generalizar como qualquer outra forma de violência que não a de gênero.

O enredo de *Mulheres empilhadas* se desencadeia em uma estrutura tripartida, primeiramente, nas aberturas dos capítulos, com poemas-reportagens. Tal termo foi cunhado pela pesquisadora Angélica Soares num estudo sobre a coletânea *Mulheres de abril* (1997), cuja escrita dos versos é baseada em notícias de jornais, numa transposição de elementos reais para a literatura. Como lembra Maximiliano Torres, em poemas-reportagens, o “cruzamento intertextual dos discursos jornalístico e poético [...] retoma a forma hedionda do feminicídio ao estabelecer um jogo de revelação e permanência” (Torres, 2017, p. 99).

Praticamente, todos os poemas antilíricos do romance são casos reais de feminicídio, permanecendo apenas no campo ficcional o poema que descreve o assassinato da promotora Carla Penteado – amiga da protagonista –, na p.194 (*Da simples arte de matar uma mulher* 2), criando um ambiente literário dentro do cenário dos feminicídios reais. A escrita perpetua e funciona como um registro daquilo que precisa ser catalogado para que essas mulheres não sejam esquecidas, já que, ao ganharem o campo da literatura, aquilo que foi registrado permanece e se torna atemporal. Ainda nas palavras de Torres, “os relatos e as imagens poemáticas se complementam, garantindo a estabilidade da revelação sobre a violência de gênero, uma vez que o texto literário se faz o mais adequado a garantir tal permanência” (Torres, 2017, p. 99). Tais textos confirmam posicionamentos masculinos possessivos e criminosos, como vemos em:

MORTA PELO EX-MARIDO

Fernanda Siqueira,
vinte e nove anos,
foi assassinada a golpes de faca
diante dos vizinhos,
no momento em que devolvia as chaves do
apartamento

onde havia vivido com seu ex
até poucos meses antes.
(Melo, 2019, p.13)

O texto apresenta um feminicídio cometido pelo ex, aquele que deixou de ser, mas não aceitou o término do relacionamento; mais um caso de possessividade ratificado no sétimo verso pelo pronome “seu” em relação ao corpo feminino, assim como em outro poema mais à frente: “antes de matá-la, o assassino enviou uma mensagem/ pelo WhatsApp:/ “Vou viver minha vida, mas você não vai viver a sua.”” (Melo, 2019, p.18), também como no assassinato de Daniela Eduarda Alves, relatado na página 136 (*Morta pelo marido em parceria com o Estado*) e tantos outros que são mais comuns do que se pensa. Consequentemente, o descaso e a impunidade são ainda mais ultrajantes, repugnantes e, em parte, o descaso pode estar ligado à ausência de tipificação do crime de feminicídio, como elucida Rita Segato:

Devemos, portanto, nos esforçar não apenas para inscrever o termo feminicídio no poderoso discurso da lei e, assim, dotá-lo de um caráter simbólico e performativo, mas também na obtenção de outras vantagens práticas que são dessa eficácia. Leis específicas obrigarão com mais rigor a estabelecer protocolos detalhados para perícias policiais e médico-legais adequado e eficiente para a investigação da diversidade de crimes contra as mulheres em todos os tipos de situações, mesmo aquelas que não são entendidas, nas concepções atuais, como conflito bélico ou interno. (...) Na atualidade, diversos tipos de violência contra a mulher se confundem e não obtêm especificidade nas investigações criminais, perdendo-se, assim, muitas informações qualificadas essenciais para a caracterização de cada tipo de caso e sua correspondente resolução. (Segato, 2016, p.140. Tradução nossa)

Por isso há a necessidade formal de nominar o feminicídio no âmbito legal, posto que é um símbolo de reconhecimento e de garantia de que essas leis sejam eficazes na prática, proporcionando benefícios concretos para a proteção das mulheres e, assim, promovendo a exigência de protocolos detalhados às perícias policiais e médico-legais para que cada tipo de caso criminal possa ser resolvido de maneira adequada. Consequentemente, implementar medidas práticas que garantam uma investigação eficiente e justa de todos os tipos de violência contra as mulheres serve não apenas para a justiça simbólica, mas sobretudo para a proteção real das mulheres em situações de vulnerabilidades.

O segundo plano narrativo é realizado em primeira pessoa – o que confere maior fidedignidade, clareza e confiabilidade aos leitores, uma vez que as percepções são expostas de acordo com a própria mulher que experienciou aquelas circunstâncias – e fica a cargo da jovem advogada, a protagonista inominada – que pode representar a ausência de nome próprio marca a similitude entre a narradora e tantas outras

mulheres vítimas de violências –, receber um tapa do namorado em uma festa de final de ano: o fio que une a interseccionalidade dessas mulheres é a violência de gênero. Nessa perspectiva do ato de narrar, na obra *O foco narrativo (ou A polêmica em torno da ilusão)*, a pesquisadora Ligia Chiappini Moraes Leite explica:

O narrador do romance — quando a narrativa se prosifica na visão prosaica do mundo, quando se individualizam as relações, quando a família se torna nuclear, quando o que interessa são os pequenos acontecimentos do cotidiano, os sentimentos dos homens comuns e não as aventuras dos heróis — perde a distância, torna-se íntimo, ou porque se dirige diretamente ao leitor, ou porque nos aproxima intimamente das personagens e dos fatos narrados. Essa proximidade pode nos dar a ilusão de que estamos diante de uma pessoa nos expondo diretamente seus pensamentos, quando, na verdade, tanto o narrador como o leitor ao qual ele se dirige são seres ficcionais que se relacionam com os reais, através das convenções narrativas: da técnica, dos caracteres, do ambiente, do tempo, da linguagem. (Leite, 2007, p.12)

Aqui se aborda a mudança na natureza do narrador em um romance, particularmente quando o foco da narrativa se desloca para aspectos de violências cotidianas na vida de qualquer mulher, a narradora-protagonista-inominada, então, detalha os fatos, as relações interpessoais e os sentimentos das personagens comuns (jornalistas, indígenas, advogadas, donas de casa...). Dessa forma, faz com que se torne mais íntima dos leitores, proporcionando uma visão onisciente das personagens e dos eventos narrados e essa proximidade pode criar a ilusão de que está compartilhando seus próprios pensamentos diretamente conosco, leitoras e leitores. Essa reflexão destaca a complexidade da relação entre o texto ficcional e quem o lê, sugerindo que, mesmo quando nos sentimos intimamente ligados às personagens e à narrativa, estamos, na verdade, envolvidos em um jogo de representações e de convenções que compõem a experiência da leitura ficcional.

Voltando ao enredo, quando a narradora retornou ao escritório onde trabalhava, após o episódio de agressão do seu namorado, aceitou a proposta de investigar casos de feminicídios no Acre, uma região fronteira permeada de crimes das mais diferentes esferas, o que a fez ter contato com casos complexos da localidade – genocídio indígena, invasões de terras, tráfico de drogas, queima de arquivo –, além de experienciar situações oníricas que lhe trouxeram reveses e curas para traumas do passado. O caso de feminicídio mais cruel foi o da menina indígena Txupira, cuja plasticidade narrativa beira o *gore*¹ com seus realismos gráficos, o brutalismo, o corpo mutilado, os objetos perfurocortantes, os cacos de vidro no útero, ou seja, com as opressões a tudo aquilo que representasse o gênero feminino. O assassinato da menina indígena é um dos

¹ subgênero cinematográfico dos filmes de horror, caracterizado pela presença de cenas extremamente violentas, com muito sangue, vísceras e restos mortais de humanos ou animais.

mais trágicos, porque sintetiza inúmeras violências coloniais, além de narrar o quão vulnerável era o corpo daquela jovem e como sofreu:

[...] no celeiro, Txupira foi pendurada num desses ganchos de açougueiro para “se acalmar”. E foi assim que eles (três homens ricos, brancos, jovens) acabaram estuprando, torturando e matando Txupira. Mas a ideia não era matar. Nem estuprar. Foi sem querer. Ele até pensou em oferecer dinheiro para Txupira, coitada. O problema é que ela acabou morrendo antes.

[...]

O corpo foi desovado num igarapé. A família de Txupira e os indígenas da aldeia já tinham revirado a mata de cima abaixo atrás da menina. O pai dela foi até a Funai para pedir ajuda. E antes mesmo que o delegado soubesse do carro e do sangue e prendesse os rapazes, o corpo de Txupira foi encontrado boiando, de costas, os braços amarrados. Seus mamilos foram extirpados. E dentro do seu útero encontraram cacos de vidro. (Melo, 2019, p.37)

Os requintes de crueldade do feminicídio de Txupira estão para além do ódio às mulheres e esbarram no processo colonizatório violento, já que a miscigenação é fruto de estupro cometido ao longo da história do Brasil. Ainda sob esse viés do domínio, o violador comete o estupro como uma forma de posse, de tentativa de comandar fisicamente o corpo alheio. Essa prática odiosa é também uma arma de dominação microcós mica – seu objeto fálico legitimado como uma arma de controle masculino – que pode simbolizar poder. Nos processos colonizatórios violentos, trata-se de um fruto de superioridade e de desmoralização de uma determinada comunidade. Logo, em relação a essa arma, consoante a pensadora contemporânea francesa Françoise Vergès:

O estupro funda a dominação heteronormativa virilista. Na guerra que o Estado e o capital travam contra quem luta por justiça e dignidade, o estupro é uma arma nas mãos do Estado. (...) O estupro sempre foi uma arma de guerra (e da guerra colonial, principalmente): não há colonização sem estupro, não há guerra colonial sem estupro, não há ocupação imperialista sem estupro. (Vergès, 2021, p. 25)

A miscigenação por meio dos estupro, a perda da cultura, do território, da religiosidade, da terra e da própria vida são algumas das violências sofridas pelos povos originários. Nesse sentido, para ilustrar comparações entre o romance e outras artes, a figura 01 é uma obra da artista Adriana Varejão, em diálogo com as gravuras etnográficas de Jean Baptiste Debret, publicado na França, em 1824, e fomentam as seguintes perguntas: quantas Txupiras ainda são assassinadas? Quantas retroalimentaram a miscigenação dos cidadãos para que cada um de nós nos constituíssemos como

brasileiros? Quanto de Txupira há em cada um de nós? Na imagem, percebem-se elementos do processo colonizatório pelo qual as mulheres autóctones passaram.

Figura 01. “*Filho Bastardo I (Cena de interior)*, 1992”, de Adriana Varejão. Óleo sobre madeira, 110 x 140 x 10 cm



Na imagem acima, vemos uma mulher negra, localizada no canto esquerdo de um espaço externo. A moça está com um colar de contenção pescoço e sendo estuprada por um homem que exerce algum cargo religioso, o que confirma a legitimação do clero e dos abastados de fazerem o que queriam com os corpos subalternizados. Há uma fenda, uma ferida aberta central na imagem, representando, provavelmente, uma vagina ensanguentada pelos sucessivos estupros. Explorando a linguagem corporal do canto direito, a imagem da indígena nua, cujos braços suspensos e amarrados – sendo enfrentada por um colonizador – nos faz memorar Txupira, completamente suscetível à tortura.

O terceiro plano narrativo apresenta a estruturação de maneira que os capítulos estão alinhados às letras do alfabeto convencional e delineiam a narrativa ficcional centrada na figura da advogada. Contrastando com essa abordagem, os capítulos catalogados pelo alfabeto grego introduzem-se como portadores de experiências oníricas, proporcionadas pelos rituais, envolvendo uma bebida terapêutica e alucinógena e é esse dualismo narrativo que contribui para a complexidade da trama, esboçando os distintos aspectos da protagonista. Nessa perspectiva, a protagonista é enriquecida por uma jornada simbólica, na qual a dor e o trauma decorrentes das violências sofridas são ressignificados a partir da sua experiência com o chá terapêutico e alucinógeno, e pela sua conexão intrínseca com a ayahuasca. Em um contexto onírico, a advogada se encontra com a enigmática figura da Mulher das Pedras Verdes, que proporciona um ambiente em que as mulheres estão emancipadas de toda opressão e violência,

oferecendo uma perspectiva utópica e contrastante em relação à dura realidade enfrentada no mundo real. A interseção entre o imaginário e o concreto confere à narrativa uma profundidade que transcende as fronteiras da ficção, convocando à reflexão sobre as complexidades das relações de gênero e as implicações psicológicas das violências perpetradas contra as mulheres. Ao entrar na estrutura metadiegetica² de Patrícia Melo, os leitores não realizam julgamentos, embora haja figuras espirituais, místicas, vaginas voadoras, pênis decepados, ou quaisquer outros elementos incríveis, já que a narradora faz uma viagem em que tudo é possível, inclusive o assassinato de homens criminosos por vingança:

O ritual é sempre o mesmo. Tudo acontece em volta do lago, bem no meio da floresta, onde nós, guerreiras nos reunimos, porém desta vez com flechas maiores, enfeitadas com penas de andorinhas, com capacidade de cruzar oceanos. (...) Txupira está conosco de um jeito muito diferente do que aparece nos laudos periciais, sem ferimentos, sem lesões, sem cacos de vidros no útero, sem costelas quebradas, sem os olhos furados, sem mutilações, está inteira, saudável, exceto pelo fato de que não tem mais seu sexo. (...) a vagina de Txupira agora é livre, voadora como um pássaro, e sua missão é perseguir e aterrorizar assassinos. (...) ... nossas vaginas voadoras têm o mesmo poder de uma sucuri. (...) elas conseguem engolir um violador inteiro, schlup, num único golpe, para depois vomitá-lo na terra dos mortos. (Melo, 2019, 119-121)

Ao criar esse *locus* onírico e místico, Patrícia Melo estabelece um pacto ficcional com os leitores, oferecendo o reverso, uma resposta aos crimes indissolúveis como forma de vingança, matando quem mata mulheres. Já que a justiça não é capaz de oferecer punição aos homens que praticam tais violências, no ambiente ilusório da (ir)realidade ficcional tudo é possível, inclusive a condenação. A demora, a conivência e a banalização por parte da justiça podem ser comprovadas em:

Foi Alceu quem matou Eudineia & Heroilson matou Iza & Wendeson matou Regina & Marcelo matou Soraia & Ermício matou Silvana & Creso matou Chirley & mais ainda, Degmar foi morta por Ádila & Ketlen foi morta por Henrique & Rusyleid foi morta por Tadeu & Juciele foi morta por Itaan & Queila foi morta por Roni & Jaqueline foi morta por Sival & Daniela foi morta por Alberto & Raelle foi morta por Geraldo, e todos esses crimes, que aconteceram havia sete, dez, doze anos, não demoraram sequer três horas, cada um, para ser julgados. (Melo, 2019, p.71)

² Diegese é o ato de narrar ou descrever uma história, seja no teatro, no cinema ou literatura. É quando o artista, ou personagem, se torna locutor, assumindo assim sua própria identidade para descrever ou comentar um acontecimento. No caso do romance, a protagonista assume uma outra identidade dentro da própria narrativa para relatar fatos sob o efeito de um alucinógeno, ou seja, ela vivia a “realidade” na narrativa consciente e a “ficção” na narrativa não consciente.

Quando esse ambiente de impunidade da justiça é denunciado, a justificativa para a ação de guerreiras icamiabas é bem aceita pelos leitores, já que de uma maneira ou de outra, as mulheres serão culpabilizadas:

Essa foi a conclusão a que cheguei na minha segunda semana no tribunal: nós, mulheres, morremos como moscas. Vocês, homens, tomam porre e nos matam. Querem foder e nos matam. Estão furiosos e nos matam. Querem diversão e nos matam. Descubrem nossos amantes e nos matam. São abandonados e nos matam. Arranjam uma amante e nos matam. São humilhados e nos matam. Voltam do trabalho cansados e nos matam. E, no tribunal, todos dizem que a culpa é nossa. (Melo, 2019, p.72)

É importante considerar que o gênero policial *noir* não seria suficiente para definir o romance *Mulheres empilhadas*, uma vez que a justiça não cumpre seu papel e as investigações de equipes policiais ou detetivescas reverberam para outros âmbitos, os quais estabelecem possibilidades de espaço em que o real dá lugar ao imaginário, como um acerto de contas. Normalmente, o gênero policial é estruturado dentro de uma fórmula organizada em torno do processo de investigação, revelando pistas, apresentando suspeitos e tentando resolver o mistério do crime, o que inclui a presença um detetive astuto, de reviravoltas inesperadas e a revelação do culpado no final, já que o objetivo é tentar desvendar o fato, muitas vezes baseado na lógica, na dedução e na averiguação detalhada. No entanto, a obra analisada abrange uma gama mais ampla de temas relacionados aos crimes que também perpassam, mas que vão além do inquérito policial, já que as personagens envolvidas – vítimas, criminosos, testemunhas –, se imbricam nas consequências sociais do delito, nas dinâmicas de poder envolvidas. Para além da classificação do texto literário como gênero policial ou ficção detetivesca clássica, percebem-se questões muito mais amplas quanto ao recorte da obra analisada, uma vez que tantos outros fatores influenciam diretamente em como serão conduzidos os enredos e as soluções (ou não) dos assassinatos. Sob essa perspectiva, Pedro Sasse problematiza a ficção detetivesca brasileira quando afirma:

Temos que reconhecer que a necessidade de retorno à ordem típica da ficção detetivesca acaba por enfraquecer o poder de crítica dessa narrativa ao oferecer ao crime uma solução. Na ficção detetivesca clássica essa solução é, geralmente, plena, e resolver o crime é devolver a sociedade à ordem. No *hard-boiled*, porém, é provisória, uma vez que, por mais que o crime central no enredo seja resolvido compreende-se que o sistema como um todo, corrupto, injusto e ineficaz, continua existindo. (Sasse, 2019, p.135)

Por isso, explica:

Na narrativa criminal, como o foco não costuma ser o processo investigativo – como resolver o problema –, mas o próprio crime em si, há uma maior possibilidade de se criticar diversos aspectos da estrutura social, do funcionamento das leis e das noções de justiça. Essa crítica pode ser fruto do foco nas causas do crime, ressaltando como a sociedade colabora para a construção de seus próprios criminosos, ou mesmo em suas consequências, frisando os problemas envolvidos na punição do criminoso. (Sasse, 2019, p.135)

Assim, Patrícia Melo ao explorar temas como a misoginia, a negligência do sistema judiciário, o tráfico de drogas, a vingança, a corrupção, retira o foco exclusivo na resolução do crime, já que se trata de um dolo sistêmico e indissolúvel. Sendo assim, o romance se aproxima da narrativa criminal, focando nas complexidades morais e éticas associadas ao feminicídio e à sociedade patriarcal. As narrativas criminais, aqui, são mais amplas, pois narram aspectos dos crimes ligados à desigualdade de gênero, explorando a vida e morte das personagens para além da investigação policial tradicional.

Diante das subjetividades narrativas e de todo o (in)tenso enredo de *Mulheres empilhadas*, as cenas ganham força, já que representam tanta verossimilhança, contudo, já que não temos “vaginas voadoras” só nos resta crer que a Justiça possa agir de maneira sensata, ou seja, sem prevaricar o universo masculino. Patrícia Melo destaca questões como o machismo, misoginia, discriminação no trabalho, violência doméstica, assédio e medo de agressões sexuais, ilustrando a realidade cruel que muitas mulheres enfrentam diariamente. Cada feminicídio não é apenas uma perda individual, mas também acarreta impactos devastadores nas famílias das vítimas, nas comunidades e na sociedade como um todo, por isso envolve a necessidade de não apenas responsabilizar os perpetradores, mas também educar, conscientizar e implementar políticas que promovam a igualdade de gênero e protejam as mulheres das violências.

Além de narrativas que refletem a violência física e verbal, o romance de Melo também aborda temas sociais mais amplos, como o racismo e a desigualdade, apresentando uma visão crítica da cultura brasileira, descortinando o espelho da sociedade e destacando não apenas a brutalidade dos crimes, mas também a resiliência e a busca por identidade das protagonistas femininas. Sua escrita é lacônica e cortante, com um humor corrosivo que não hesita em confrontar a morte e a violência de frente, se destacando no cenário literário contemporâneo brasileiro e internacional, sendo traduzida para diversos idiomas. Com isso, *Mulheres empilhadas* não se limita a uma simples representação da violência, mas também promove a sororidade e a conscientização sobre a importância de lutar contra todas as formas de opressão feminina.

Conclui-se que, de maneira geral, as autoras brasileiras, como Conceição Evaristo, Eliana Alvez Cruz, Aline Bei, Carla Madeira, Patrícia Melo e tantas outras não apenas narram histórias de violência. Tais escritoras, em sua produção literária, convidam leitoras e leitores a refletirem e agirem contra as injustiças enfrentadas pelas mulheres, ecoando vozes e gritos por um mundo livre de violência e injustiça, já que os corpos femininos não são “Coisa de pertença” de ninguém além de cada uma das mulheres.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução: Maria Helena Kühner. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2022.

BUTLER, Judith. *A força da não violência*. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2021.

COLLINS, Patricia Hill e BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Trad. Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

EVARISTO, Conceição. *Poemas da recordação e outros movimentos*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Malê, 2021.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*; tradução de Raquel Ramalhete. 42ª Edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.

GEFIS (Grupo de Estudos Feministas e Interseccionais). Letras no Feminino com Patrícia Melo. Entrevista no YouTube em 07/04/2021, duração de 95 minutos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7-puX5zITto&t=1s>. Acesso em: 08 jul. 2024.

LEITE, Ligia Chiappini Moraes. *O foco narrativo*. 10ª ed. 5ª impressão, São Paulo, Editora Ática, 2007.

MELO, Patrícia. *Mulheres empilhadas*. 1ªed. São Paulo: LeYa, 2019.

SASSE, Pedro. *As narrativas criminais na literatura brasileira*. 2019. Tese (Doutorado em Estudos de Literatura) Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/handle/1/10095>>. Acesso em: 09 jul. 2024.

SEGATO, Rita Laura. *Las estructuras elementales de la violencia: ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003.

SEGATO, Rita Laura. *La guerra contra las mujeres*. Traficantes de Sueños. 1ª edición, Madrid, 2016.

SOARES, Angélica. *Mulheres de Abril*, de Maria Teresa Horta: matrizes de um novo Portugal. In: CUSATI, M. L. (Org.). *Atti del Congresso Internazionale Il Portogallo e i mari: un incontro tra culture*. V. 2. Napoli: Liguori Editore, 1997.

TORRES, Maximiliano. Corpo e resistência: Maria Teresa Horta e a poética do “basta!”. *Diadorim*, Rio de Janeiro, Revista 19 volume 1, Jan-Jun, 2017. p. 92-101.

VAREJÃO & SCHWARCZ, Adriana & Lilia Moritz. *Pérola imperfeita: a história e as histórias na obra de Adriana Varejão*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Cobogó (Companhia das Letras), 2014.

VERGÈS, Françoise. *Uma teoria feminista da violência*. São Paulo. Ubu Editora, 2021.

VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. São Paulo. Ubu Editora, 2020.

Recebido em 02/07/2024.

Aceito em 25/07/2024.

TECENDO RESISTÊNCIAS: O CORPO TRAVESTI CONTRA O “CISTEMA” COLONIAL DE GÊNERO EM “A NOITE NÃO VAI PERMITIR QUE AMANHEÇA”, DE CAMILA SOSA VILLADA

WEAVING RESISTANCE: THE TRANSVESTI BODY AGAINST THE COLONIAL GENDER “SYSTEM” IN “THE NIGHT WON’T ALLOW THE DAWN”, BY CAMILA SOSA VILLADA

RESUMO

O presente trabalho visa realizar uma leitura sobre a vivência de um corpo travesti resistente às normas do “CISTema” colonial de gênero no conto “A noite não vai permitir que amanheça”, presente na obra *Sou uma tola por te querer* (2022), da autora argentina Camila Sosa Villada. A narrativa retrata aspectos da vida de uma travesti parda, que tem como meio de sobrevivência a prostituição, na cidade de Córdoba, na Argentina, e traz aspectos de sua vivência em uma noite de trabalho, onde aparecem quatro rapazes ricos e jovens e a levam para uma casa em um condomínio fechado. Nesse espaço, são apresentadas várias situações nas quais se podem perceber questões de gênero, classe e raça. A partir disso, pretende-se contribuir com a relação da existência e resistência do corpo travesti e arte literária, dentro de uma perspectiva que almeja reconhecer as experiências das feminidades e mulheridades. Para tanto, nos baseamos no conceito de Transfeminismo, de Letícia Nascimento (2021), e na representação do corpo para Berenice Bento (2017). Dentro desses aspectos, no conto de Villada, podemos refletir acerca da falta de reconhecimento da sociedade em relação às mulheres travestis, estas que, muitas vezes, têm o status de humanidade negado, pois não é levada em consideração a pluralidade que abarca as mulheridades e feminilidades.

Palavras-chave: Travesti. Corpo. Transfeminismo. Mulheridades. Camila Villada.

ABSTRACT

The present work aims to carry out a reading of the experience of a transvestite body resistant to the norms of the colonial “CISTeme” of gender in the short story: “The night will not allow you to dawn”, present in the work “Sou uma tola por te quer” (2022), by Argentine author, Camila Sosa Villada. The narrative portrays aspects of the life of a brown transvestite, whose means of survival is prostitution, in the city of Córdoba, Argentina, and brings aspects of her experience on a work night, where four rich young men appear and take her for a house in a gated community. In this space, various situations are presented, in which issues of gender, class and race can be perceived. From this, we intend to contribute to the relationship between the existence and

Maria Helena Lustosa Fernandes

Mestranda em Letras (PPGL/UFPB). E-mail: maria.hlf@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-8444-6247>

Amanda Ramalho de Freitas Brito

Doutorado em Letras (PPGL/UFPB). Universidade Federal da Paraíba. E-mail: amanda.ramalho@academico.ufpb.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9753-891X>

resistance of the transvestite body and literary art, within a perspective that aims to recognize the experiences of femininity and womanhood. To do so, we based ourselves on the concept of Transfeminism, by Letícia Nascimento (2021) and the representation of the body by Berenice Bento (2017). Within these aspects, in Villada's story, we can reflect on society's lack of recognition in relation to transvestite women, who often have the status of humanity denied, as the plurality that encompasses women and femininities is not taken into account.

Keywords: Transvestite. Body. Transfeminism. Women. Camila Villada.

Introdução

Mi territorio está en constante lucha por los derechos, con un Pueblo cuyas voces cada vez son más fuertes, y aún quedan Muchas luchas por librar y muchos derechos por conquistar, el Pueblo poco a poco va despertando, uniéndose y escuchando.
Checha Kadener

Sabe-se que as mulheres transexuais e travestis sempre tiveram que lutar para ter reconhecimento e aceitação nos mais diversos espaços sociais. Isso se reflete na importância da apropriação da linguagem, da fala e da escrita, uma vez que por meio do poder das palavras é possível a construção de lugares de pertencimentos para esses corpos na sociedade. De acordo com Villada, em citação recuperada do prefácio do romance *O parque das irmãs magníficas*, a escrita foi o seu primeiro travestismo. Assim, nos diz que: “Tive de inventar meus próprios papéis porque ninguém havia pensado em personagens para travestis como eu.” (Villada, 2021, p.10). Nesse sentido, a autora cria, por meio da literatura, um espaço de representatividades ao transcender a estética universal por matizes da experiência, que podemos compreender como proposta de subversão dos indicadores sociais de subalternidade impostos pelos discursos normativos de gênero e sexualidade. A experiência, atrelada ao corpo, marca o que Dussel (2015) argui como uma práxis de cultura transmoderna, que positiva a carnalidade real, a existência concreta e subjetiva, assim:

O conceito estrito de “transmoderno” indica essa novidade radical que significa o surgimento – como se a partir do nada – da exterioridade, da alteridade, do sempre distinto, de culturas universais em desenvolvimento, que assumem os desafios da Modernidade e, até mesmo, da pós-modernidade euro-americana, mas que respondem a partir de outro lugar, other location (Dussel, 2002), do ponto de sua própria experiência cultural, diferente da euro-americana, portanto capaz de responder com soluções completamente impossíveis para a cultura moderna única. (Dussel, p. 63, 2015).

Sobre isso, Dussel (2012) ressalta a importância de reconhecer a relação entre subjetividade e comunidade. Isto possibilitará realizar uma crítica à história escrita pela modernidade a partir do *locus* de enunciação ou da alteridade como colocado anteriormente. Logo, o transmoderno é o que está além do discurso universal da modernidade. A relação crítica da modernidade nas obras de Camila Sosa Villada se dá justamente a partir dessa invenção de um lugar de escrita que une a experiência subjetiva à comunidade, presentificando uma ausência e refletindo, por meio dos espaços urbanos, os processos de marginalização de uma subjetividade que se distingue de um “eu” universal e cartesiano. Em “A noite não vai permitir que amanheça”, de Villada, entre o cenário urbano da prostituição e o desejo de uma travesti de fazer uma receita de scones da mãe para os amigos, reverbera-se a emoção e os afetos familiares em meio a vulnerabilidade social das travestis nas ruas de Córdoba:

Estou ali, naquela sacada da rua Mendoza, a Julieta travesti, a Eva que discursa para multidão alguma; se aquela sacada falasse, minha mãe do céu, em pleno julho, com umas meias pretas, botas vermelhas e uma jaqueta inflável que mal cobre a bunda. Faz muito frio. É uma noite ideal para pendurar as luvas, mas resisto, pois suportar acaba virando um hábito. Não é por nenhuma inteligência especial (Villada, 2022, p.43).

O testemunho do espaço acompanha simbolicamente as cartografias do Eu, travestida pela referência literária a própria história trágica de Julieta e Eva, que adquirem na narrativa uma consciência simbólica de afirmação de um feminino, mesmo diante da negação destes femininos: Julieta shakespeariana, Julieta Travesti e Eva. Essa última como síntese cósmica desses femininos. Nesse sentido, entendemos Eva como um corpo insurgente às regras do Mestre. Por isso, esse discurso para “multidão alguma”. A negação da frase pontua as invisibilidades de prostitutas e travestis prostitutas, e simultaneamente é uma interpelação para quem não está nesta “multidão alguma”, o corpo travesti, excluído pela multidão. Há no sentido antitético dado à palavra “multidão alguma” uma reverência poética às camadas subjetivas da mulher travesti que está com uma “jaqueta inflável que mal cobre a bunda”, no inverno frio da Argentina. Ela resiste, porque a palavra travestida de discurso se torna memória, espaço no qual a personagem narradora enfrenta as ruas e a violência dos homens e resiste pela palavra-afeto, representada na narrativa pela receita de scones e pelo chá ofertado aos amigos.

Ao inventar os próprios papéis por meio da construção literária de personagens travestis, Villada subverte os processos de patologização colocados pelo discurso binário. Para Nascimento (2021, p.107), “quando os corpos trans* assumem processos de produções discursivas sobre suas subjetividades, passam a rechaçar o pensamento colonizador e os processos de patologização”. Ainda no que tange aos processos de produções das pessoas trans, Jesus também elenca que (2022, p.11):

Engana-se terrivelmente quem acha que nossa jornada é para fora, ela é para dentro. Mas quem ouve a pessoa trans? – Age-se como se não falássemos. Quem a lê? – Age-se como se não escrevêssemos... [...] Somos tão estigmatizadas. Silenciadas. Ridicularizadas. Violentadas. Invisibilizadas. O machismo e a transfobia nos perseguem, ferem e causam sofrimento. O aumento da visibilidade tem sido positivo para a nossa população (2022, p.11).

Neste cenário, temos a escrita de Camila Sosa Villada, uma atriz e escritora travesti, nascida em La Falda, Argentina. Formou-se em Comunicação Social e Teatro, na Universidade Nacional de Córdoba. No ano de 2009, estreou seu primeiro espetáculo como atriz, *Carnes tolendas: retrato escénico de un travesti*. Envolvida em diversos trabalhos nos palcos, no cinema e na televisão, começou a dedicar-se à escrita. É conhecida por suas obras literárias que abordam temas como identidade, gênero e marginalização. É autora das seguintes obras: *El viaje inútil* (2018) - *A viagem inútil*; *La novia de Sandro* (2015) - *A noiva de Sandro*; *Tesis sobre una domesticación* (2019) - *Uma tese sobre a domesticação*). Esses três livros serão lançados no Brasil no presente mês de julho de 2024, e a autora irá ao evento de lançamento em São Paulo. *Soy una tonta por quererte* (2022) - *Sou uma tola por te querer*, lançado no Brasil em 2022, e *Las Malas* (2019) - *O parque das irmãs magníficas*, lançado no Brasil em 2019, que ganhou o prêmio literário *Sor Juana Inés de la Cruz*, *Finestres de Narrativa* e o *Grand Prix de l'Héroïne Madame Figaro*, ovacionado pela crítica e sucesso de público, foi traduzido para diversos idiomas.

Sou uma louca por te querer é uma obra formada por nove contos que contém as mais diversas personagens trans*, trazendo as várias realidades humanas, abordando suas resistências e vivências. A partir disto, o presente trabalho visa realizar uma leitura sobre a vivência de um corpo travesti resistente às normas do “CISistema” colonial de gênero no conto “A noite não vai permitir que amanheça”.

Nesse conto escolhido para análise, é retratada a vida de uma travesti parda, que tem como meio de sobrevivência a prostituição, na cidade de Córdoba, na Argentina. A narrativa aborda aspectos de sua vivência em uma noite de trabalho, onde aparecem quatro rapazes ricos e jovens e a levam para uma casa em um condomínio fechado, uma festa onde ocorrem várias situações entre a travesti, os rapazes e alguns convidados, e podem-se perceber questões de gênero, classe e raça. Como elenca Nascimento, “Em uma perspectiva histórica de gênero e sexualidade, as transgeneridades ocupam um lugar de não existência: como mulheres transexuais e travestis, somos forasteiras da humanidade, estrangeiras do gênero” (Nascimento, 2021, p.49). Desse modo, tem-se a escrita de Villada como uma forma de resistência.

A noite vai permitir que amanheça: travestismo literário e resistência

*A noite é profunda: gela sobre o parque. Árvores muito antigas,
que acabam de perder suas folhas, parecem suplicar ao céu algo
indecifrável, mas vital para a vegetação.*

Camila de Sosa Villada

O conto “A noite não vai permitir que amanheça” está inserido no livro *Soy una tonta por quererte* (*Sou uma tola por te querer* – 2022), os títulos das obras relacionam o tempo da experiência ao desejo aparentemente tolo de querer-te, o pronome oblíquo aponta para um sujeito oculto, então, inferimos que, no caso do respectivo conto, pode remeter ao luxo do chá da tarde que a protagonista oferta aos amigos após conseguir o dinheiro para fazer os scones (receita de pães da culinária argentina): “convidar os meus amigos para tomar chá é o meu pequeno luxo, o luxo das travestis pobres” (Villada, 2022, p. 42); ou a tenra fantasia com rapazes bonitos que ela encontra numa noite de prostituição: “o sonho de toda biscate da cidade. O sonho dos meus amigos veados e também um pouco o meu. Uma suruba com garotos bonitos.” (Villada, 2022, p.47).

No primeiro caso, a tolice é a ênfase, a hipérbole do desejo ainda não realizado de se permitir ter um luxo mesmo diante da possibilidade de não se ter nada para saciar a fome. No segundo caso, reflete o desapontamento diante da estupidez dos rapazes que a menosprezam e reiteram o olhar do CISTema de inferiorização, ridicularizando-a ao citar os bigodes como forma de zombar da personagem e ao afirmar que ela não é uma mulher: “ – Cuidado para não se espetar nos bigodes – diz um do banco traseiro” (...). “Dois deles expõem sua queixa: trouxeram uma travesti em vez de uma mulher” (Villada, 2022, p.45, 48). Conforme discute Letícia Nascimento (2021), o CISTema colonial de gênero anula as experiências das mulheres transexuais e travestis, ao esvaziar os sentidos diversos do feminino, sedimentado pela ótica do binarismo. Isso delimita a negação do devir-a-ser, uma vez que utilizam dispositivos jurídicos e linguísticos para regular o que é ser mulher, portanto, naturaliza-se o processo de desumanização dessas mulheres.

No conto, o discurso dos homens sobre o corpo da mulher travesti é um símbolo do CISTema depreciativo do falocentrismo. Procura por meio do deboche e da humilhação anular a subjetividade da mulher travesti. À vista disso, o conto apresenta duas linhas de argumentação: a denúncia e a resistência. Essa colocada em perspectiva pela altivez reflexiva da personagem e pelo lugar de pertencimento criado pela escrita, pela narrativa, ideia circunscrita pela própria instância de narradora testemunha e pelo afeto. O afeto é na narrativa de Villada uma ética de vida centrada na relação entre os corpos e entre a personagem e sua ancestralidade, é uma ética da partilha. “A palavra amor é um substantivo, mas a maioria dos mais perspicazes teóricos dedicados ao tema reconhece que todos amaríamos melhor se pensássemos o amor como ação”. (bell hooks, 2021, p.46). A ação é representada no conto pela

receita de scones. Em relação à denúncia, é reverberada pela obra ao escancarar como o CISTema é violento e brutal.

A capa da edição brasileira, ilustrada por Paula Cruz, chama atenção pelas mãos adornadas sobre um espaço azul que parece marcar simbolicamente o corpo sobre o céu ou sobre a noite. Interessante notar que, em um recorte ocidental, a mão simboliza, conforme coloca Chevalier e Gheerbrant (1998, p.589), “as ideias de atividade, ao mesmo tempo que as de poder e de dominação”. Temos, assim, os sentidos da práxis de uma vivência, da ação noturna da personagem travesti e prostituta do conto, numa posição social de subalternidade imposta pelos conflitos sociais, mas, ao mesmo tempo, ela estabelece uma linha de poder e delimita a relação com os clientes a partir de um reconhecimento das próprias necessidades e desejos: “me recrimino por não saber ganhar dinheiro como prostituta, por ser melindrosa, pois se não gosto do cliente, prefiro passar longe, porque se estou com sono, prefiro ficar dormindo.” (Villada, 2022, p. 46). O poder no conto também se estabelece por aquilo que Dussel (2012) nomeia de a ética da corporalidade da vida. Os sentidos expressos a partir da experiência do corpo, esse como lugar de reconhecimento de si. O corpo também está representado na ilustração da edição argentina, pela qual se ressalta a boca como símbolo da palavra.

Figura 1: capa da edição brasileira¹



“A noite não vai permitir que amanheça” inicia com uma citação de Claudia Rodríguez, do texto “Vêm por minha causa”, que traz uma receita de sushi, os ingredientes que devem conter para obter êxito, porém, é retratado que, para as travestis pobres, quaisquer ingredientes servem.

¹ Capa adaptada do projeto gráfico original de Compañía por Fábio Oliveira; ilustração de capa, Paula Cruz.

Uma boa receita de sushi exige que se use um tipo especial de arroz à venda em qualquer supermercado, grão curto, branco, suave, com alto teor de amido, que dê uma consistência extremamente pegajosa ao saboroso prato. Arroz de uma variedade japonesa dos arbóreo e carnaroli italianos, o mesmo que serve para fazer risotos. Uma vez cozido, seu grão é brilhante e tem uma agradável textura, firme e de bom sabor. Para as travestis pobres, porém, definitivamente qualquer arroz serve, qualquer vinagre, inclusive qualquer queijo, apesar de na China não se misturar arroz com queijo (Villada, 2022, p.41).

Percebe-se não apenas a questão de ser travesti, mas também, uma travesti pobre, a questão de classe, que, no decorrer da narrativa, irá aparecer diversas vezes. Outro ponto a ser destacado é o fato de que Villada começa sua narrativa trazendo um trecho do texto da chilena Claudia Rodríguez, escritora e dramaturga travesti. Desse modo, tem-se uma autora travesti citando outra autora travesti, como diz Amara Moira, uma escritora travesti brasileira, sobre a circulação de seus textos:

[...] narrativas das minhas vivências travestis, militantes, eu pouco a pouco encontrando motivos para escrever, propósitos na literatura para além da experimentação verbal. Escrever agora, ora bolas, não era só escrever, mas sobreviver, a gente cavando um futuro para chamar de nosso, insistindo em pensar palavras para as nossas próprias versões, nos assenhorando do direito à palavra (Moira, 2022, p.56).

Então, é de suma importância a escrita de pessoas trans, pois é uma forma de reconhecimento e pertencimento diante da sociedade, pois as versões são contadas por elas próprias, corroborando com a ideia de Nascimento, ao afirmar que é necessário a escrita/fala das experiências de pessoas trans, pois é preciso que se leve em conta a pluralidade das mulheridades e feminilidades,

[...] entendo que o feminismo e a sociedade, em geral, precisam aprender a ouvir as experiências das mulheridades e feminilidades levado em conta sua pluralidade. Falo a partir de minha experiência como mulher travesti, negra, gorda, subalternizada pelo racismo, pelo cissexismo e pela gordofobia. Escrevo a partir da minha própria carne, fabricada em meio a gritos diversos de dores, alegrias, esperanças, saudades, sonhos e esquecimento” (Nascimento, 2021, p.21).

Logo após a citação de Rodríguez, a narrativa traz a descrição da personagem travesti do conto: “Sou uma travesti parda com algo de senhora inglesa por dentro” (Villada, 2022, p.41). Sempre que sua condição financeira permite, ela faz scones com

chá e chama os amigos, a receita foi sua mãe que a ensinou, “De modo que estou fazendo scones porque me sobrou algum dinheirinho e quis me dar essa satisfação. De vez em quando tenho fases boas” (Villada, 2022, p.42). A partir disso, a personagem começa a descrever suas noites de trabalho como prostituta, desse modo, a personagem é uma travesti parda, pobre e prostituta.

A personagem aborda a questão da prostituição como algo difícil, pois nem sempre o lucro é bom e mal dá para suprir as necessidades básicas: “[...] as noites de sorte são escassas e espalhadas entre milhares de noites tristes, repetidas uma atrás da outra, nas quais o lucro mal chega para um pedaço de pão preto. Épocas do ano em que ser prostituta pesa como um casaco de pedras” (Villada, 2022, p.42). Sabe-se que a prostituição é o meio de sustento mais recorrente das travestis, pois elas não encontram espaços no mundo de trabalho formal apenas pelo fato de serem travestis, vivem à margem da sociedade, então, a única forma de conseguir sobreviver é essa. De acordo com Nascimento, no que tange à prostituição das pessoas trans:

A grande questão é que, para muitas, essa [a prostituição] é a única opção de trabalho, já que os empregos formais excluem travestis e transexuais não apenas por conta da transfobia estrutural, mas também pelo fato de elas não terem componentes mínimos exigidos em muitos empregos, tais como o ensino médio completo. Ou seja, a vulnerabilização de classe é um componente importante que empurra travestis e transexuais para um aniquilamento social anterior ao extermínio físico (Nascimento, 2021, p.178-179).

Soma-se a isso o fato de que muitas pessoas trans são expulsas de casa e da escola na adolescência, ou seja, sem uma educação formal e uma rede de apoio familiar, as travestis precisam ir em busca de formas de sobrevivência, o que resulta no fato da prostituição ser a única opção.

A personagem do conto segue explanando suas dificuldades acerca do seu trabalho nas noites: “É uma noite ideal para pendurar as luvas, mas resisto, pois suportar acaba virando um hábito. Não é por nenhuma inteligência em especial” (Villada, 2022, p.43). Resistir é a única opção de sobrevivência, pois é preciso ter o dinheiro do aluguel. Diante dessa resistência para sobreviver, aparecem quatro rapazes brancos, de uns vinte e cinco anos, ricos, jogadores de rúgbi, dentro de um carro e negociam com ela, querem levá-la para uma festa em um condomínio fechado, dar um presente a um amigo que vai para a Itália. Os rapazes não querem pagar o que ela propõe, mas, logo em seguida, chegam a um acordo e ela entra no carro.

Sinto escorrer a transpiração pelas pernas, as costas completamente molhadas e não sei onde está a personagem da comerciante de carne capaz de lidar com gente como essa. Onde ela está quando mais preciso dela. Procuo-a dentro de mim e não a encontro. Só estamos a travesti que precisa juntar dinheiro para pagar alguma parte de todos os meses de aluguel que deve e a esbaforida que

vai transar com os filhinhos de papai em um condomínio fechado (Villada, 2022, p.43).

E diante dessa luta pela sobrevivência, a ter que se submeter a determinadas situações, há uma luta travada consigo mesma, é preciso enfrentar vivências com esses rapazes para poder ter moradia e alimentação:

Me recrimino por não saber ganhar dinheiro como prostituta, por ser melindrosa, pois se não gosto do cliente prefiro passar longe, porque se estou com sono, prefiro ficar dormindo. Tanta frescura para sair para trabalhar e sempre, invariavelmente, chega um momento do mês em que os piolhos começam a me comer viva e tenho que recorrer a coisas como estas. Estar num carro com imbecis como esses, indo a um lugar que não conheço para fazer sabe-se lá o quê (Villada, 2022, p.46).

Ao chegar ao lugar desconhecido, a travesti se depara com mais rapazes como os do carro, uma casa que já foi uma igreja, muitas bebidas e drogas. E os rapazes seguem discriminando-a em relação a sua condição social, financeira. Nesse sentido, um dos rapazes diz: “- Só posso lhe oferecer água para tomar. Acho que não vai gostar do que a gente toma, são os vinhos do meu pai” (Villada, 2022, p.48).

Além da discriminação em relação à classe, há também o estigma social relacionado à sua identidade de gênero, tendo em vista que “o entendimento de nós se faz na relação com o não nós. Por isso, a autodeterminação se dá em uma relação pessoal, mas também coletiva, e, inclusive, em uma relação com aqueles que, de modo exterior a nossas existências trans*, também fazem parte de nossas construções subjetivas” (Nascimento, 2021, p.104). Assim, na narrativa, percebe-se que não há uma autodeterminação no coletivo, pois em vários momentos a travesti é estigmatizada no masculino. Ainda de acordo com Nascimento,

A cisgeneridade não se constitui como gênero original, pois, na verdade, os ideais performativos criados pelo CISTema colonial moderno de gênero são sempre inalcançáveis. Então, a partir deste, experiências diversas de gênero foram sendo criadas no decorrer do tempo e do espaço (Nascimento, 2021, p.105).

É perceptível a falta de compreensão da diversidade de gênero da sociedade, pois os ideais performativos criados pelo CISTema estão fortemente presentes: “A interrogação de se nós, mulheres transexuais e travestis, somos ou não mulheres, é um martelar constante, dúvida produzida pelo não enquadramento de nossas experiências dentro do CISTema colonial de gênero” (Nascimento, 2021, p.17). Na narrativa de Villada, os rapazes têm falas ofensivas relacionadas à travesti parda. Abaixo, seguem alguns trechos que reverberam isso:

Ele imediatamente encaixa sua mala no buraco negro que existe entre minhas nádegas e se roça todo.– *Cuidado para não se espetar nos bigodes* – diz um do banco traseiro” (Villada, 2022, p.43). Dois deles expõem sua queixa: *trouxeram uma travesti em vez de uma mulher. Ainda por cima não está operada e seu nariz é horrível. “Olha os peitinhos dela, obrigado mas não (...) O mão-boba se faz de ofendido, dizendo como podem acreditar nesse traveco e não em mim* (Villada, 2022, p.48 e 49).

Após a personagem concluir o trabalho com os rapazes, aparecem algumas garotas e uma delas também profere uma violência verbal à travesti: “– Você não podem pagar por essa esculhambação – diz uma das garotas enquanto prova do mesmo mesclado que eu provei” (Villada, 2022, p.51). Desse modo, vemos uma vulnerabilização da existência da travesti, pois não é respeitado nem sequer seu status de humanidade, como bem pontua Nascimento: “em uma perspectiva histórica de gênero e sexualidade, as transgeneridades ocupam um lugar de não existência: como mulheres transexuais e travestis, somos forasteiras da humanidade, estrangeiras do gênero” (2021, p.49).

Em meio a tudo, a personagem passa por todas essas violências, mas, há um reconhecimento individual: “Ser a única fêmea entre todos esses orangotangos com mocassins Gola e camisas Key Biscayne” (Villada, 2022, p.47). Como elenca Bento (2017, p.41), “o que faz um sujeito afirmar que pertence a outro gênero é um sentimento”. Ainda de acordo com a autora citada, “o poder que tem o discurso para realizar aquilo que nomeia está relacionado com a performatividade, ou seja, com a capacidade dos atos linguísticos citarem reiteradamente as normas de gênero, fazendo poder atuar como e no discurso” (Bento, 2017, p.42). E ainda no que tange à performatividade materializada no discurso, temos a ideia de Nascimento:

Os corpos trans* são revolucionários quer performando identidades normativas em diálogo com o gênero binário cisgênero, quer performando subversões normativas. As corporalidade trans* são feitas em diálogo com as normas, é na relação com as normas impostas que todos os corpos trans* ou cis são produzidos. Somos todas cópias, não há origem, há uma ininterrupta produção performativa de nossas subjetividades em materialidades generificadas. Gênero é discurso, um discurso materializado estilisticamente em performances variadas (Nascimento, 2021, p.154-155).

Desse modo, podemos inferir a afirmação da personagem como uma personificação do eu, o pertencimento travesti:

[...] nós, travestis, assim como as mulheres transexuais, e ainda outras formas de nomeação que podemos performar dentro do transfeminismo, estabelecemos critérios de reconhecimento mútuo

de nossas identidades, e essas validações coletivas são importantes, já que trazem um senso de pertencimento coletivo que potencializa nossa existência” (Nascimento, 2021, p.154).

Soma-se a isso o fato de que se constituir socialmente é um ato de poder, a afirmação verbal, a escrita, mesmo que sejam meios simbólicos, abarcam o pertencimento coletivo. De acordo com Bento,

As unidades que as identidades proclamam são construídas no interior do jogo do poder e da exclusão; elas são o resultado não de uma totalidade natural inevitável ou primordial, mas de um processo de fechamento, de produção e reprodução de margens, delimitadas por fronteiras discursivamente intransponíveis. A constituição de uma identidade social é, portanto, um ato de poder (Bento, 2017, p.202).

Para a travesti parda, depois de ter feito seu trabalho, transando com vários dos rapazes, ao final, não lhe pagam o combinado, pois alegam que ela não transou com todos; então, além de toda violência e humilhação, ela ainda não recebe o que foi acordado. Diante disso, ela “leva” um relógio como forma de pagamento:

Ao chegar na pensão, deixo sobre a mesinha de cabeceira um relógio que tem pinta de ser muito caro e que encontrei do lado da cama, debaixo de um almofadão bordado jogado no chão. Enfiei-o na calcinha. Foi como enfiar um cubo de gelo. De manhã, vou até a galeria Planeta vender o relógio ao preço que o comprador oferecer. Nem sequer vou pechinchar. Para mim está de muito bom tamanho esse dinheiro. Não me assusta que eles possam ir até a pensão para pedir o relógio de volta. Em geral, nunca se queixam dos meus roubos, nem fazem nenhuma denúncia. Desconfio que a reputação deles valha mais (Villada, 2022, p.52).

Apesar do sofrimento que foi para a travesti ter tido que submeter a essa noite de trabalho, ela ainda considera que o “dinheirinho” adquirido está de bom tamanho, o que retoma o início da narrativa, a citação de Rodríguez que dá início ao conto, que para travesti pobre qualquer arroz serve. Além do fato de citar a reputação dos clientes, que geralmente usufruem dos serviços das travestis de forma escondida, sem ninguém saber; sendo assim, preferem perder algum bem material a ter sua reputação atingida.

Após o lucro da noite, a personagem faz as contas do que resta ao pagar alguns meses do aluguel e chega à conclusão que foi uma noite de sorte, compra tudo que necessita para fazer scones e chama os amigos. E assim traz mais um segredo sobre os scones, que metaforicamente é um segredo sobre a resistência e sobre o travestismo literário, ao trazer um sentido da união entre experiência e escrita e entre seus pares, assim, para ficarem levinhos e bem fermentados é preciso deixar a massa resfriar na

geladeira ao menos por uma hora, deixando a massa na geladeira e não a amassando, simplesmente uni-la (Villada, 2022).

Considerações finais

O presente trabalho buscou abordar as resistências da personagem travesti do conto de Villada, trazendo as vivências de um corpo travesti resistente às normas do “CIStema” colonial de gênero.

Diante da explanação feita, podemos ver a importância da escrita que aborda as questões das pessoas trans narradas por elas próprias, somado ao fato da representação trans dentro da própria narrativa, a personagem que retrata as violências sofridas de um corpo travesti. Camila Villada nos arrebatou com sua escrita potente, poética e tão necessária para que haja um mundo que abarque a existência das travestis, uma ponte para haver um lugar de pertencimento não só individual, mas também coletivo. Sendo assim, que possamos ter uma sociedade mais igualitária e humanizada que respeite as outreridades e pluralidades.

Referências

BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. 3ª ed. Salvador: Editora Devires, 2017.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRENT, Alain. *Dicionários de símbolos*. Vera. C.S; Raul de Sá Barbosa; Angela Melim; Lúcia Melim (tradução). Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

DUSSEL, Henrique. *Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão*. Ephraim F. Alves; Jaime A. Clasen; Lúcia M.E. Orth (tradução). Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012.

DUSSEL, Henrique. *Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação*. Brasília: Revista Sociedade e Estado – Volume 31, Número 1, 2016.

HOOKS, Bell. *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*. Stephanie Borges (tradução). São Paulo: Elefante, 2021.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Nascimento em livros. In: MOIRA, Amara [et.al]. *Vidas trans: a luta de transgêneros brasileiros em busca de seu espaço social*. 2ª ed. Bauru: Astral Cultural, 2022. p. 11-12.

MOIRA, Amara. Destino amargo. *In*: MOIRA, Amara [et.al]. *Vidas trans: a luta de transgêneros brasileiros em busca de seu espaço social*. 2ª ed. Bauru: Astral Cultural, 2022. p. 16-57.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

VILLADA, Camila Sosa. A noite não vai permitir que amanheça. *In*: VILLADA, Camila Sosa. *Sou um tola por te querer*. Tradução: Joca Reiners Terron. São Paulo: Planeta do Brasil, 2022. p. 41-52.

Recebido em 29/02/2024.

Aceito em 18/07/2024.

SER OU NÃO SER AGATHA BELL?: A EXPERIÊNCIA DA VIDA PRIVADA DE CHINAZA OKAFOR EM “OS CASAMENTEIROS”, DE ADICHIE

TO BE OR NOT TO BE AGATHA BELL?: CHINAZA OKAFOR'S PRIVATE LIFE EXPERIENCE IN ADICHIE'S "THE ARRANGERS OF MARRIAGE"

RESUMO

A participação feminina em sociedade é marcada por reivindicações constantes por direitos e equidade na esfera social, seja em âmbito público ou privado. Sendo assim, torna-se imperativo [re]pensar os lugares que elas ocupam, bem como a forma como elas foram durante muito tempo representadas. Destarte, este artigo propõe-se a analisar o papel da personagem Agatha Bell no conto “Os casamenteiros”, escrito por Chimamanda Nigozi Adichie, que compõe a coletânea de narrativas de contos intitulada *No seu pescoço* (2017). Para tanto, utilizamos as contribuições teóricas de Bonnici (2004), Cooper (2007), Vergès (2020), Spivak (1997), Pinto (2007), Davis (2016), Ribeiro (2018) e Cardoso (2022). Sendo assim, utilizou-se pesquisa de natureza qualitativa e descritiva de cunho documental e bibliográfico para a construção das discussões teóricas e análise do *corpus*. Os estudos aqui desenvolvidos apontam para a necessidade de não se aceitar mais os papéis socialmente convencionados ao feminino com base em preceitos essencialistas, bem como a relação entre gênero, classe e raça não deve ser utilizada como uma categoria para delegar um *locus* de inferioridade ao gênero feminino.

Palavras-chave: Literatura. Feminino. Os casamenteiros. Chimamanda Ngozi Adichie.

ABSTRACT

Female participation in society is marked by constant demands for rights and equity in the social sphere, whether in the public or private sphere. Therefore, it becomes imperative to [re]think the places they occupy, as well as the way they have been represented for a long time. Therefore, this article aims to analyze the role of the character Agatha Bell in the short story “The Matchmakers”, written by Chimamanda Nigozi Adichie, which makes up the collection of short narratives *The Thing Around Your Neck* (2017). To this end, we used the theoretical contributions of Bonnici (2004),

Clara Mayara de Almeida Vasconcelos

Profa. Dra. do Colegiado de Letras da Universidade de Pernambuco – UPE, Campus Garanhuns. E-mail: clara.mavasconcelos@upe.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7282-7814>

Rafael Francisco Braz

Doutorando no Programa de Pós-graduação em Literatura e Interculturalidade. Doutor em Psicologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia - UFRN/PPgPsi. Professor no Departamento de Letras da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Campus Guarabira. E-mail: rafael franciscobrazprof@servidor.uepb.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6155-6182>

Elaine Torres Nascimento

Discente do Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS) da Universidade de Pernambuco – UPE, Campus Garanhuns. E-mail: elaine.torres@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-1239-7818>

Cooper (2007), Vergès (2020), Spivak (1997), Pinto (2007), Davis (2016), Ribeiro (2018) and Cardoso (2022). Therefore, qualitative and descriptive research of a documentary and bibliographic nature was used to construct theoretical discussions and analyze the corpus. The studies developed here point to the need to no longer accept socially conventional female roles based on essentialist precepts, as well as the relationship between gender, class and race should not be used as a category to delegate a female inferiority *locus*.

Keywords: Literature. Feminine. The Arrangers of Marriage. Chimamanda Ngozi Adichie.

Introdução

A literatura, enquanto produto social, não está alheia aos acontecimentos que circundam os seres humanos em suas mais diferentes vivências. Dessa maneira, não se pode considerar que as formações discursivas e ideológicas que permeiam as tramas literárias devem possuir um tom de neutralidade. Ao contrário, o posicionamento ou a suposta pretensão de uma escrita neutra constituem-se como um ato político por excelências.

Considerando que a participação feminina em sociedade é marcada por reivindicações constantes por direitos e equidade na esfera social, seja em âmbito público ou privado, torna-se imperativo [re]pensar os lugares que elas ocupam, bem como a forma como elas foram durante muito tempo representadas.

Neste contexto, observa-se como a escrita de Chimamanda Ngozi Adichie abre espaço para diversas ponderações acerca da representação do feminino, bem como do papel que ele desempenha na sociedade. Ao destacar mulheres em contextos transculturados e corpos em trânsito, o leitor é apresentado a diversas mulheres em situações variadas na coletânea de contos *No seu pescoço*, publicada em 2017.

Destarte, este artigo propõe-se a analisar o papel da personagem Agatha Bell no conto “Os casamenteiros”, escrito por Chimamanda Ngozi Adichie (2017). O objetivo é compreender como a narradora-protagonista encontra-se em um contexto transculturado em que ela luta contra as práticas de colonialidade que tentam promover o apagamento de seus valores culturais em favor dos costumes dos Estados Unidos por meio de seu *ethos* da sociedade da prosperidade. Para tanto, utilizamos as contribuições teóricas de Bonnici (2004), Cooper (2007), Vergès (2020), Spivak (1997), Pinto (2007), Davis (2016), Ribeiro (2018) e Cardoso (2022).

Sendo assim, utilizou-se pesquisa de natureza qualitativa e descritiva de cunho documental e bibliográfico para a construção das discussões teóricas e análise do *corpus*. Os estudos aqui desenvolvidos apontam para a necessidade de não se aceitar mais os papéis socialmente convencionados ao feminino com base em preceitos essencialistas, bem como a relação entre gênero, classe e raça não deve ser utilizada como uma categoria para delegar um *locus* de inferioridade ao gênero feminino.

Dessa forma, este artigo está organizado em três seções além da introdução e das considerações finais, a saber: *Projeto Literário de Chimamanda Ngozi Adichie*, o qual apresenta um breve panorama sobre a própria biografia e as problemáticas nos diversos gêneros produzidos pela autora nigeriana. Na seção *Feminismo negro: por que e para quem?*, em que se promove uma discussão sobre o lugar da mulher em sociedade, bem como a importância do feminismo negro para pensar o lugar que as mulheres ocupam a partir da divisão feita por meio da relação entre gênero, raça e classe. Por fim, na seção *O corpo fronteiro de Chinaza Okafor*, etapa em que se realiza a análise do conto “Os casamenteiros” a partir da personagem Chinaza Okafor e das relações de objetificação da protagonista promovidas por parte de seu esposo em decorrência do contexto patriarcal.

Projeto Literário de Chimamanda Ngozi Adichie

Na minha família, eu sou a filha que mais se interessa pela história de quem somos, nossas terras ancestrais, nossas tradições. Meus irmãos não têm tanto interesse nisso. Mas não posso ter voz ativa, porque a cultura Igbo favorece os homens e só eles podem participar das reuniões em que as decisões familiares mais importantes são tomadas. (Chimamanda Ngozi Adichie, 2015, p. 47).

O projeto literário de Chimamanda Ngozi Adichie, que nasceu em Enugu, em 15 de setembro de 1977. Ela se apresenta como uma contadora e narradora de histórias, uma vez que seu trabalho está atravessado ora pela oralidade ora pela escrita. Neste sentido, a escritora narra em sua conferência da TED¹ (*Technology, entertainment and design*) *Sejamos Todas Feministas*, o tema da ancestralidade, ela afirma não pode ter voz ativa nas decisões familiares, pois “apesar de ser a pessoa mais ligada a esses assuntos, não posso frequentar as reuniões. Não tenho direito a voz. Porque sou mulher”. (Adichie, 2015, p. 48)

Sendo assim, ela ao narrar às histórias familiares que ouviu, considera que à sua bisavó era uma feminista. Dito isto, ela resistiu e, protestou quando se viu privada de espaço e acesso ao mundo por ser mulher. Foge da casa de um homem com quem ela não queria se casar e se casou com o homem que escolheu, relata Adichie (2015) nesse livro. Desse modo, a escrita de Chimamanda Adichie traz algumas reflexões de sua própria biografia e as vincula as problemáticas sobre desigualdades de raça e gênero, na Nigéria e do seu tempo.

Dessa forma, suas obras estão entre os gêneros romances, contos e as conferências TED, que se tornaram mundialmente conhecidas e no Brasil foram publicadas pela editora Companhia das Letras e destacam-se os seguintes títulos: *Hibisco Roxo* (*Purple*

¹ ADICHIE, Chimamanda Ngozi. Conferência TED: Nós deveríamos ser todos feministas. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mSO5EgN1MII>. Acesso: 23. Jul. 2024 às 20:34.

Hibiscus) escrito em 2003, que trata na sua ficção as tensões da personagem Kambili e a relações com seus familiares, entrelaçadas com as questões da religião e a tirania de seu pai.

Em 2006 (2008), o romance *Meio Sol Amarelo* (*Half of a Yellow Sun*), que narrativa é contada por Ugwu, o empregado do professor universitário Odegnibo. Nele, o cenário no qual Adichie foi educada, Nsukka, é o território no qual a história da guerra de Biafra se desenvolveu. Neste romance, vemos pelas lentes da personagem-narrador as relações das tensões internas da Nigéria. Sobre esta perspectiva, e de acordo com o argumento de Hall (2020),

Em vez de pensar as culturas nacionais como unificadas, deveríamos pensá-las como constituindo um *dispositivo discursivo* que representa a diferença como unidade ou identidade. Elas são atravessadas por profundas divisões e diferenças internas, sendo ‘unificadas’ apenas através do exercício de diferentes formas de poder cultural. (HALL, 2020, p. 36, *grifo do autor*).

No livro de contos *No Seu Pescoço* (*The Thing Around Your Neck*) em 2009, coletânea de doze histórias na África e nos Estados Unidos, das quais o conto “Os Casamenteiro”, *corpus* desta análise. No romance *Americanah* em 2013, a protagonista Ifemelu, acompanhamos um pouco da biografia da própria Chimamanda Adichie que remonta através da sua narrativa um complexo caminho de retorno entre as lembranças de seu passado e, logo, através da trama narrativa, percebemos ora as dificuldades e ora os desafios da adaptação como imigrante, além disso, os choques culturais, como a autora afirma em seu livro *Os perigos de uma história única* (2019) que:

Só descobriu ser negra quando chegou aos Estados Unidos e foi confrontada com todos os clichês que perseguem a diáspora africana. “Não me via como negra, porque, na Nigéria, todo mundo é negro”, explica. “Então, vim para os Estados Unidos e percebi que era negra, o que não tem a ver só com a cor da minha pele. [...] “Aqui ser chamado de negro tem um significado. Não é uma identidade livre de valor, é repleta de estereótipos negativos. Na Nigéria, o sucesso negro é comum, enquanto nos EUA percebi que era extraordinário ser negro e se sair bem” (Adichie, 2019, p. 78).

Em *Sejamos todas feministas* (*We Should All Be Feminists*) a escritora ganha maior visibilidade social e acadêmica, pelo seu relato pessoal e o seu posicionamento como sujeito feminista. Como ela mesma afirma, “em todos os lugares do mundo, existem milhares de artigos e livros ensinando o que as mulheres devem fazer, como devem ou não devem ser para atrair e agradar os homens. Livros sobre como os homens devem agradar as mulheres são poucos” (Adichie, 2015, p. 27).

Dessa forma, Chimamanda é tida como intelectual engajada devido ao teor de suas publicações, pois elas são indispensáveis para apresentar um retrato mimético e mais próximo da Nigéria do século XXI. Nessa perspectiva, a presença de Chimamanda em contextos acadêmicos também pode se tratar do fato da autora ocupar esse entre-lugar, ou seja, alcançou posições de visibilidade e privilégio.

Ao mesmo tempo em que escreve em língua inglesa e reside em um país central durante parte do seu tempo, o faz de modo a levantar aos questionamentos e as críticas acerca da herança colonial deixada pelos próprios responsáveis por definir o que tem valor literário e o que não tem para o mundo ocidental.

Ainda pesquisando a biografia de Chimamanda Ngozi Adichie encontramos semelhanças com histórias de suas personagens e, especialmente, à visibilidade para mulheres negras da Nigéria e, também, ao continente africano. Durante entrevista ao Jornal *El País*², no ano de 2017, a escritora que é considerada uma feminista e escritora pós-colonial, descreveu as personagens femininas de suas obras:

Minhas personagens normalmente me surpreendem, não as planejo demais. Muitas escritoras reclamam que suas figuras femininas precisam ser simpáticas para leitores e críticos. Quando o personagem é masculino, a crítica não vai por esse lado, é se é completo ou não, mas, com as mulheres, muitas vezes se reduz a se eu gosto ou não. E não acho que elas deveriam agir para agradar. Não me interessam os protagonistas simples, mas os que façam qualquer tipo de coisas. E eu faço isso deliberadamente. (Jiménez, p. 4, 2017)

Seguindo esta linha de pensamento, o trabalho da escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, juntamente a outros autores pertencentes a nacionalidades “periféricas”, é essencial para formação histórico-cultural da contemporaneidade, já que essas narrativas reformulam argumentam a respeito da presença negra na História que muitas das vezes, fora apagada pela colonização, ou mesma, negligenciadas. Nesse sentido, Bhabha (2013) afirma que:

a presença negra atravessa a narrativa representativa do conceito de pessoa ocidental: seu passado amarrado a traçoeiros estereótipos de primitivismo e degeneração não produzirá uma história de progresso civil, um espaço para o Socius; seu presente, desmembrado e deslocado, não conterà a imagem de identidade que é questionada na dialética mente/corpo e resolvida na epistemologia da aparência e realidade. (Bhabha, 2013, p. 80).

² JIMÉNEZ, Claudia Salazar. Chimamanda Ngozi Adichie: “Nossa época obriga a tomar partido”. *EL País*, 2017. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/01/cultura/1506882356_458023.html. Acesso em: 23 Jul.2024.

No Manifesto, *Para Educar Crianças Feministas (Dear Ijeawele, or a Feminist Manifesto in Fifteen Suggestions)*, em 201, o qual a autora responde a uma amiga, a partir de uma carta algumas sugestões sobre como essa pode criar a filha, dentre os conselhos feministas, os quais se destacam: a) “Diga-lhe para falar, para se manifestar, para gritar sempre que se sentir incomodada com alguma coisa” (Adichie, 2017, p. 50). E b) “Ensine-lhe que, para amar, ela precisa se entregar emocionalmente, mas que também deve esperar receber” (Adichie, 2017, p. 70).

Portanto, em 2020, após a morte do pai ela escreve *Notas sobre o luto (Notes on Grief)*, publicadas e lançadas no Brasil, no início de maio de 2021. Antes de completar um ano de luto pelo pai, Chimamanda Adichie perde também à sua mãe. Chimamanda entende que seu jeito de sentir o luto se diferencia da cultura Igbo, desta forma ela comenta que: “esse jeito africano de lidar com o luto tem seu valor; o luto exteriorizado, performático e expressivo, no qual se atende a todos os telefonemas e se conta e reconta o que aconteceu, no qual o isolamento é um anátema e “pare de chorar um refrão” (Adichie, 2021, p. 24).

Feminismo negro: por que e para quem?

O feminismo negro não é uma luta meramente identitária, até porque branquitude e masculinidade também são identidades. Pensar feminismos negros é pensar projetos democráticos. (Djamila Ribeiro, 2018, p. 07)

Contígua à busca por igualdade e pelo reconhecimento de gênero enfrentado por todas as mulheres emerge, em meio à história do feminismo, a necessidade de um olhar específico para outra realidade, enfatizando a interseccionalidade, já que a busca por um espaço que durante muito tempo foi tratado como escaramuça dentro do próprio movimento, marcado pela hegemonia branca, é assim, em um contexto complexo e único, impelido no anseio de superar os entraves impostos pelo racismo estrutural e pelo sexíssimo, que surge o movimento feminista negro.

É válido ressaltar, que as demandas das mulheres negras e suas particularidades foram invisibilizadas não apenas pelo movimento feminista, mas pelo próprio movimento negro, ao limitar o olhar sobre as questões femininas negras ao âmbito racial, isso se deve à estrutura patriarcal da sociedade que gera os privilégios de gênero e, nesse sentido, abarca todas mulheres, de todas as etnias e condições socioeconômicas, mostrando -se resistente mesmo quando o racismo está em pauta. Dessa forma, faz-se oportuno, mesmo no movimento negro, a marginalização da figura feminina com vistas a não promover abalos nas estruturas de dominação e poder impostas na sociedade.

Nessa trajetória, as mulheres brancas buscavam conquistar direitos e espaços, pela igualdade de gênero, o que de fato as movia era o discurso que pautava as relações homem-mulher (Pinto, 2007), deixando de lado as mulheres negras, que continuavam a ser vistas apenas como cuidadoras e trabalhadoras domésticas. Essas, já estavam no mercado de trabalho, em sua maioria em empregos precarizados, quando, na segunda onda, mulheres negras começaram a debater sobre suas especificidades, suas lutas não eram apenas por direitos trabalhistas, mas também pelo reconhecimento de sua humanidade e dignidade.

É claro que não há a intenção de negar a importância do feminismo hegemônico, mas momentos da história, como a conquista pelo homem negro, este, deu palco para escancarar o racismo existente quando na oportunidade as sufragistas brancas expressaram total descontentamento com reclamações expressamente racistas. Davis (2016), expõe:

Embora tenham colaborado de forma inestimável para a campanha antiescravista, as mulheres brancas quase nunca conseguiram compreender a complexidade da situação da mulher escrava. As mulheres negras eram mulheres de fato, mas suas vivências durante a escravatura –trabalho pesado de seus companheiros, igualdade no interior da família, resistência, açoitamentos e estupro– as encorajavam a desenvolver certos traços de personalidade que as diferenciavam da maioria das mulheres brancas. (Davis, 2016, p. 40)

Sob esse aspecto, a denúncia de racismo no feminismo universal não é uma particularidade das negras, mulheres de diversas etnias acusam a presença dessa prática no movimento. Nesse sentido, entende-se que “feminismo não é um movimento uniforme, pois suas manifestações variam de acordo com o grupo social em que se insere” (Ribeiro, 2016, p. 13) e no caso do feminismo negro a tentativa de uma homogeneização seria ignorar vivências de colorismo, etnia, gênero e orientação sexual que permeiam esses grupos já marginalizados, contribuindo para uma segregar ainda mais esse grupo.

Neste sentido, os feminismos negros transcendem a perspectiva tradicional identitária corroborando a ideia de interseccionalidade a partir da trajetória de denúncias e de lutas do feminismo negro que visam promover políticas emancipatórias a fim de contribuir para uma sociedade menos injusta (Cardoso, 2022).

No contexto nacional, seria insolência limitar um marco para a história do feminismo negro, uma vez que esse é originado da resistência histórica das mulheres afro-brasileiras, desde os tempos da escravidão, percorre a trajetória social brasileira durante e pós- colonialismo e ganha força, no século XX, com mulheres negras trazendo à luz as realidades por elas vividas e buscando a sua inserção nos espaços de debate público e na formulação de políticas públicas do país.

Atualmente, com a expansão das mídias sociais e, conseqüentemente, um significativo aumento nas discussões sociais a respeito de questões relacionadas à

raça, ao gênero e a identidade, as lutas do feminismo negro têm ganhado visibilidade, figuras negras como por exemplo, a filósofa Djamila Ribeiro, ao argumentar sobre a necessidade de reconhecer e valorizar o lugar de fala das mulheres negras uma vez que “pensar lugar de fala é uma postura ética, pois ‘saber o lugar de onde falamos é fundamental para pensarmos as hierarquias, as questões de desigualdade, racismo e sexismo’” (Ribeiro, 2019, p. 83)

A definição de lugar de fala, segundo Ribeiro (2019), dirige à reflexão sobre as continuidades temporais e, também, à interseccionalidade que têm caracterizado a literatura produzida pelas escritoras negras. Desse modo, não se pode analisar o gênero isolado de raça, de classe e de uma série de outras questões.

Ribeiro (2019, p. 37) parte das considerações teóricas de Simone de Beauvoir (1985), por ter percebido que, em meios androcêntricos, a mulher é o outro por “não ter a reciprocidade do olhar do homem”, e avança também para a reformulação do conceito construído por Grada Kilomba, ao notar que “a mulher negra é o “outro do outro”, posição que a coloca num local de mais difícil reciprocidade”, que a origem colonial, patriarcal e escravocrata, já que a escrita de autoria feminina vem contrariar essa tradição, quando a mulher debate sua especificidade, abrindo possibilidades de novas veredas.

Neste sentido, Conceição Evaristo não apenas desafia as estruturas dominantes de poder e representação, mas também enfatizam a importância da representação positiva e do protagonismo das mulheres negras na sociedade contemporânea.

Para tanto, a visibilidade que o feminismo negro busca por meio de suas ações e posicionamentos tem um papel importante para estimular outras mulheres a confrontar essa sociedade ainda marcada pela branquitude e que resiste em diferentes esferas – política, academias, literatura, mídias sociais – ao empoderamento da mulher negra na tentativa de obscurecer a diversidade de experiências e resistência, perpetuando narrativas que não representam a realidade completa de suas vidas.

O corpo fronteiriço de Chinaza Okafor

O que é ser um protagonista? De acordo com o dicionário *Oxford Languages*³, pode-se compreender, a partir da história do teatro como: “diz-se de ou o personagem mais importante do teatro grego clássico, em torno do qual se constrói a trama”, por sua vez, em sentido figurado, “diz-se de ou indivíduo que tem papel de destaque num acontecimento”.

Partindo desse ponto de vista, faz-se necessário refletir sobre o lugar que Chinaza Okafor ocupa no conto “Os casamenteiros” de Chimamanda Ngozi Adichie. A coletânea *No seu pescoço* foi publicado em 2017, a narrativa apresenta aos leitores um casal que contraiu núpcias há pouco tempo. Sob a ótica da narradora-personagem,

³ Informações disponíveis em: <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt>.

Chinaza Agatha Okafor, acompanha-se a sua experiência privada com Ofodile Emeka Udenwa.

Assim, a trama desvela aos poucos os deslocamentos culturais que Chinaza enfrenta ao se casar com Ofodile e, por isso, ao precisar sair de Lagos, na Nigéria e ir morar em Nova York, nos Estados Unidos (EUA). As suas aspirações são confrontadas com a nova realidade, à qual depara-se no país de chegada. A miríade de sonhos e expectativas criadas a partir das narrativas de prosperidade que os EUA teriam a oferecer é rapidamente suplantada pelas dificuldades com as quais os imigrantes se defrontam.

A primeira decepção da personagem ocorre quando ela chega a casa, conforme se pode verificar a seguir:

“Chegamos”, disse ele. Ele tinha usado a palavra “casa” para se referir ao lugar onde íamos morar. Eu imaginara uma aleia plana que serpenteava por um gramado cor de pepino até uma porta que dava num saguão, quadros serenos nas paredes. Uma casa como aquelas dos brancos recém-casados nos filmes americanos que passavam aos sábados à noite na NTA.

Ele acendeu a luz na sala de estar, onde havia apenas um sofá bege bem no meio, torto, como se tivesse sido largado ali por acidente. Fazia calor; o ar estava pesado, com um cheiro de bolor antigo.

“Vou mostrar o lugar para você”, disse ele.

O quarto menor tinha um colchão sem lençóis enfiado num canto. O quarto maior tinha uma cama e uma cômoda, além de um telefone sobre o chão acarpetado. Ainda assim, faltava aos dois quartos uma sensação de espaço, como se as paredes tivessem ficado desconfortáveis uma com a outra, tendo tão pouco entre elas (Adichie, 2017, p. 180-181).

Na passagem acima, nota-se como o *American Dream* construído por Chinaza se desmorona ao encontrar uma casa – na verdade um apartamento – que não correspondia com as expectativas que criara. O *Ethos* de prosperidade e ascensão sociais criados pela mídia sobre a sociedade dos Estados Unidos estava muito longe de serem alcançados. A idealização de um lar nos moldes dos filmes hollywoodianos se esvaía diante de seus olhos e muitas outras abdições viriam pela frente.

À medida que a narrativa de desenvolve, percebe-se que a relação entre gênero, classe e raça também se encontram imbrincadas, pois a protagonista, uma mulher negra e pobre que perdeu os pais e foi criada pelos tios, era tratada como uma empregada na casa dos familiares. Quando os seus tios decidem agir como casamenteiros e escolhem um rapaz também nigeriano, mas que mora nos EUA e é médico para se casar com a sobrinha, esta não pode se opor à decisão.

Para não soar como grosseria ou ingratidão, a jovem se casa com o rapaz que mal conhece. Logo, a condição da mulher na sociedade é marcada por um espaço hostil, um campo de batalhas em que ela não possui direitos e, quando possui, não

pode usufruir deles de forma plena, pois as convenções sociais atuam como amarras. Contudo, é necessário ressaltar que tais construtos sociais não são naturais e, por isso, não devem ser considerados sob uma ótica essencialista, pois não passam de formações ideológicas que, sob a ótica de Jacques Derrida, são passíveis de desconstruções.

Essa lógica remete à metáfora da colonização, conforme salientada por Bonnici (2004), a qual está estruturada na relação entre metrópole e colônia como um par masculino-feminino. Desse modo, o padrão branco, civilizado e superior seria típico do masculino, ou seja, a metrópole. Por outro lado, o seu oposto, o selvagem e inferior seria o feminino e, por isso, a colônia. Tais relações se perpetuam até hoje e podem ser encontradas em “Os casamenteiros”.

Ademais, o lugar da mulher em sociedade também é perpassado por outras relações de hierarquia, pois ela é duplamente marginalizada, pois enfrenta a marginalização por parte da sociedade patriarcal branca e também pelos homens de seu próprio povo. Cooper (2007) faz a seguinte observação:

A maioria de nossas mulheres não são heroínas, mas não sei se a maioria de qualquer raça de mulheres são heroínas. Basta-me saber que, embora aos olhos do mais alto tribunal da América ela fosse considerada nada mais do que um bem, uma coisa irresponsável, um bloco monótono, a ser arrastado para lá ou para cá pela vontade de um proprietário, a mulher afro-americana manteve ideais jamais concebido de feminilidade sem vergonha de ninguém. Repousando ou fermentando em mentes não treinadas, tais ideais não podiam ser ouvidos no tribunal da nação. A mulher branca pelo menos poderia pleitear sua própria emancipação; a mulher negra, duplamente escravizada, só podia sofrer, lutar e ficar em silêncio (Cooper, 2007, p. 2, tradução nossa)⁴.

A objetificação do corpo feminino é apresentada em vários momentos da narrativa, desde o despertar de Chinaza em sua nova casa até os momentos de imposição de tentativas de apagamento de seus costumes por parte de seu esposo, o qual sempre está em busca de aceitação na sociedade branca americana.

Meu marido me acordou imprensando seu corpo pesado em cima do meu. Seu peito achatou os meus seios.

“Bom dia”, eu disse, abrindo meus olhos grudados de sono. Ele grunhiu, um som que podia ser uma resposta ao meu cumprimento

⁴ No original: “*The majority of our women are not heroines but I do not know that a majority of any race of women are heroines. It is enough for me to know that while in the eyes of the highest tribunal in America she was deemed no more than a chattel, an irresponsible thing, a dull block, to be drawn hither or thither at the volition of an owner, the Afro American woman maintained ideals of womanhood unshamed by any ever conceived. Resting or fermenting in untutored minds, such ideals could not claim a hearing at the bar of the nation. The white woman could least plead for her own emancipation; the black woman, doubly enslaved, could but suffer and struggle and be silent*”. (Disponível em: <https://www.blackpast.org/african-american-history/1893-anna-julia-cooper-womens-cause-one-and-universal/>. Acesso em: 12 out. 2021).

ou parte do ritual que estava realizando. Ele ergueu seu corpo para puxar minha camisola até acima da minha cintura.

“Espere...” eu disse, para que ele me deixasse tirar a camisola, para que não parecesse tão rápido. Mas ele já havia apertado a boca contra a minha. Outra coisa que os casamenteiros se esquecem de mencionar — bocas que contam a história do sono, que parecem meladas como chiclete, que têm o cheiro das latas de lixo do mercado Ogbete. Sua respiração fazia um som áspero enquanto ele se movia, como se suas narinas fossem estreitas demais para o ar que precisava sair dali. Quando finalmente parou de me dar estocadas, soltou seu peso todo em cima de mim, inclusive o das pernas. Eu só me mexi quando ele saiu para ir ao banheiro. Abaixei minha camisola e cobri meu quadril com ela. (Adichie, 2017, p. 181-182).

A violência pela qual a personagem passa por parte de seu marido no dia seguinte à sua chegada à sua casa viola os limites que a mulher impõe sobre o seu corpo. A narradora-protagonista demonstra como o seu esposo não respeita as suas vontades e desejos, os quais foram suplantados pelos de Ofodile. Assim, a passagem remonta ao pensamento de Cooper (2007) no que concerne à condição da mulher negra duplamente escravizada, bem como ao pensamento de Bonnici (2005) sobre a metáfora da colonização. Todavia, Chinaza tenta promover um exercício de desconstrução da condição que vive, pois mesmo tendo de agir como anjo do lar por imposição do patriarcado, o seu desejo é poder estudar e trabalhar para não ter que continuar se submetendo às práticas androcêntricas.

Por sua vez, a negação de sua identidade e de seus valores culturais, a começar pela mudança do nome ou, pelo menos, a utilização do seu nome em inglês é uma das primeiras coisas que a protagonista precisa encarar, em seguida não pode utilizar a sua língua Igbo tanto em âmbito público, quanto no privado. Tal situação ocorre primeiramente quando a vizinha Shirley do apartamento 3A os visita e cumprimenta a protagonista: “Você deve dizer ‘oi’ para as pessoas aqui, não ‘você é bem-vinda’. ‘Ela não é da minha idade.’ ‘Aqui não é assim. Todo mundo diz oi.’” (Adichie, 2017, p. 185).

Considerando a transculturação de Ofodile e Chinaza, percebe-se que o primeiro está mais acostumado com os costumes ocidentais, enquanto a segunda ainda está em processo de compreensão dos novos valores e comportamentos. Mesmo assim, enquanto sujeito em trânsito, Chinaza não compreende o motivo que leva o esposo a cegamente negar a sua cultura. Desse modo, ocorre, além do deslocamento geográfico, um deslocamento linguístico resultante das práticas colonialistas e imperialistas que se reconfiguram como a imposição da colonialidade do poder, bem como também não se dissocia do poder da colonialidade.

No processo de busca por mobilidade social nos EUA, Ofodile nunca utilizou o seu nome Igbo, sempre foi Dave Bell, atitude que Chinaza era relutante em aceitar, mas que o fazia a pedido do marido:

“Você não entende como as coisas funcionam neste país. Se você quiser chegar a algum lugar, tem que ser o mais normal possível. Se não for, vai ser largada na beira da estrada. Tem que usar seu nome inglês aqui.”

“Eu nunca usei, meu nome inglês só existe na minha certidão de nascimento. Fui Chinaza Okafor minha vida inteira.”

“Você vai se acostumar, amor”, disse ele, esticando a mão e fazendo um carinho na minha bochecha. “Pode acreditar.”

Ao preencher um formulário para requerer meu número de seguridade social no dia seguinte, o nome que ele colocou em letras maiúsculas foi AGATHA BELL (Adichie, 2017, p. 186).

Para Chinaza Okafor, a protagonista passa a ser Agatha Bell, ou seja, deslocada geográfica, cultural e linguisticamente, ela se vê forçada a adquirir os valores americanos, chegando a ganhar de presente do marido “[...] um livro chamado Receitas americanas de uma boa dona de casa, grosso como uma Bíblia” (Adichie, 2017, p. 192), pois ele não queria ficar conhecido no prédio com um morador com costumes diferentes, especialmente pelo odor da comida díspar da comida americana. No manifesto *Para Educar Crianças Femininas* (2017), Adichie faz uma crítica da construção de que cozinhar é um —teste de boa esposa||:

Saber cozinhar não é algo que vem pré-instalado na vagina. Cozinhar se aprende. Cozinhar –o serviço doméstico em geral –é uma habilidade que se adquire na vida, e que teoricamente homens e mulheres deveriam ter. É também uma habilidade que às vezes escapa tanto aos homens quanto às mulheres. (Adichie, 2017, p. 10)

Chinaza, agora Agatha encontra amizade em Nia, uma pessoa que seria improvável, se levasse em consideração os valores culturais de seu país. Cabeleireira, antiga *affair* de Dave, independente e desprendida dos padrões de comportamento que confinam as mulheres a relacionamentos monogâmicos, Nia ofereceu amizade a Agatha sem tentar cercear os seus costumes.

Ao perceber que Nia adotara um nome Suaíli, mesmo sendo uma cidadã americana, Agatha procurava os motivos que levavam Dave a impedi-la de usar o seu nome original, porque uma pessoa natural dos EUA podia adotar um nome de origem africana, mas Agatha, enquanto nigeriana, não poderia ser quem sempre foi? – Chinaza!

A amizade entre Agatha e Nia se fortalece, chegando ao ponto de a cabeleireira lhe oferecer uma possibilidade de oportunidade de emprego na *Macy's*. Entretanto, Agatha não pode aceitar, uma vez que não possui ainda o visto para trabalho. Mas, à medida que a amizade se fortalece a protagonista se sente mais à vontade por ter encontrado alguém que a aceita como é. Daí a necessidade de as mulheres terem uma rede de apoio para se ajudarem. Ademais, Nia proporcionou a sua companhia, uma vez que Agatha estava sozinha na maior parte do tempo.

Nia passou a me visitar depois do trabalho, e bebia uma lata de refrigerante diet que ela própria levava e ficava me vendo cozinhar. Eu desligava o ar-condicionado e abria a janela para deixar o ar quente entrar, de modo que ela pudesse fumar. Nia falava das mulheres que iam ao seu salão e dos homens com quem saía. Ela pontilhava todas as suas conversas com palavras como o substantivo “clitóris” e o adjetivo “foda”. Eu gostava de escutá-la. Gostava do fato de que, quando sorria, deixava à mostra um dente quebrado, com um triângulo perfeito faltando na ponta. Ela sempre ia embora antes de meu novo marido chegar em casa (Adichie, 2017, p. 195).

Embora Dave tivesse dito a Agatha que Nia não era uma boa companhia, a amizade delas perdurava, o que seria fundamental no futuro. Assim, observa-se como o machismo, o androcentrismo e o patriarcado rotulam as mulheres que devem ou não ser aceitas em sociedade, pois “[...] o preço a ser pago foi e continua sendo pesado. O sistema contra o qual lutamos relegou à inexistência saberes científicos, estéticas e categorias inteiras de seres humanos” (Vergès, 2020, p. 31).

“Além do mais, do jeito que as coisas andam ruins na Nigéria, o que você teria feito?”, perguntou ele.

“Não tem gente com mestrado desempregada, andando pela rua sem rumo?”, acrescentou, friamente.

“Por que você casou comigo?”, perguntei.

“Eu queria uma esposa nigeriana e minha mãe disse que você era uma menina boa, tranquila. Disse que talvez fosse até virgem”, disse ele, sorrindo, e parecendo ainda mais cansado ao fazê-lo. “Eu provavelmente deveria contar a ela que estava muito enganada.”

Joguei mais cupons no chão, juntei as mãos e enfiei as unhas na carne.

“Eu fiquei feliz quando vi sua foto”, continuou ele, estalando os lábios. “Você tinha a pele clara. Eu tinha que pensar na aparência dos meus filhos. Negros de pele clara se dão melhor nos Estados Unidos.” (Adichie, 2017, p. 197).

Na citação acima, a fala de Dave expressa e configura um tom misógino, essencialista e eugênico. A mulher não passa de mero objeto que serve apenas para reproduzir e cuidar do lar. A menção que faz à virgindade que, sob a ótica patriarcal, seria um símbolo de pureza e distinção do comportamento feminino coloca em xeque o comportamento e o caráter feminino quando o esposo diz que a mãe estava enganada em relação à mulher que indicara para o seu filho.

Tal representação do feminino evoca o pensamento de Zolin (2005) em relação à representação do feminino nas literaturas canônicas que apresentavam dois padrões de mulheres: o inaceitável, ao expor a mulher como um ser amoral e perigoso, pois não seguia as convenções sociais; e o aceitável, que é a figura maternal, ingênua e subjugada à figura masculina.

É importante também salientar como Dave não considera a identidade feminina a ponto de tomar decisões sem consultar a esposa e também sem informá-la sobre as suas ações do passado que afetam diretamente a vida da protagonista no presente, como o seu casamento com uma mulher americana. Mesmo que Agatha se sinta ofendida por não ter sido informada sobre as escolhas passadas do marido, ele também não considera importante a figura da esposa, tratando-a como um ser em falta.

Neste sentido, Dave outremiza e objetifica a figura feminina. Quando Gayatri Spivak (1997) pergunta em seu trabalho se o subalterno pode falar, neste caso observa-se que não pode. A figura feminina é emudecida, silenciada. No entanto, o seu silêncio é barulhento e ecoa, levando as mulheres a requerem os seus lugares como sujeitos de sua própria história. A serem as protagonistas de suas próprias narrativas.

Dessa forma, Chimamanda Ngozi Adichie promove no conto “Os casamenteiros”, bem como nas demais narrativas que compõem a coletânea, promove uma leitura e representações desconstrutoras, pois não se deve naturalizar a divisão dos papéis sociais com base em gênero. Não é mais tolerável e/ou aceitável continuar a repetir essa formação ideológica e discursiva pautada em um padrão dual que segrega as mulheres de acordo com o que é conveniente ao masculino.

Logo, *No seu pescoço* é uma obra que denuncia o patriarcado em suas diferentes camadas, o qual segue uma perspectiva neoliberal. Essa postura do patriarcado é uma estrutura que, conforme destaca Vergès (2020, p. 17-18), “[...] os homens investem de diferentes formas. Chefes de Estados adotam um patriarcado “soft”, feminista e humanista, que contrasta com um patriarcado vulgar, racista, homofóbico e transfóbico, o qual se gaba de agarrar as “mulheres pela buceta”.

É insustentável manter uma sociedade baseada em um padrão que situa o homem como núcleo e a mulher como um sujeito que se encontra à margem da sociedade, principalmente quando o seu comportamento não coaduna com o que os homens esperam. Assim, a identidade feminina, em especial no que concerne a questões de gênero, raça e classe social, não pode mais ser considerada um objeto que está nas mãos de um sujeito que insiste em tratar a alteridade feminina como algo em falta e/ou esvaziado.

Considerações Finais

Ao término deste trabalho, observa-se que o objetivo principal proposto foi atingido ao se promover reflexões sobre a representação da protagonista Chinaza Okafor e as violências que ela sofre ao longo da narrativa; em especial, a tentativa de apagamento dos seus valores culturais por parte de seu esposo com o objetivo de ascender socialmente ao incorporar os costumes da sociedade dos Estados Unidos.

Ao decorrer da narrativa, verifica-se como Chinaza é forçada a se transformar em Agatha Bell para poder ser aceita pela sociedade norte-americana e por seu marido, cujo propósito é tornar-se um cidadão respeitado nos Estados Unidos, pois

quanto mais próximo de padrões ocidentais brancos, como por exemplo, a utilização de seu nome inglês e a adoção do idioma europeu, mais fácil seria a mobilidade social ascendente para ele.

Dessa forma, em um contexto marcado pela transculturação, o entre-lugar e por corpos em trânsito, a narradora denuncia as práticas de colonialidade que perduram nas sociedades, ao reforçar as relações duais branco-negro, masculino-feminino, ocidente-orientes, civilizado-selvagem entre tantas outras que ainda prevalecem, por meio da outremização e objetificação de Chinaza Okafor.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Meio Sol Amarelo*. – São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Hibisco Roxo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Americanah*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Sejamos todas feministas*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Para educar crianças feministas: um manifesto*. – 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Conferência TED: Nós deveríamos ser todos feministas*. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mSO5EgN1MII>. Acesso: 23. Jul. 2024 às 20:34.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Os perigos de uma história única*. 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Nota sobre o luto*. 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. 2 v.. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BONNICI, Thomas. Teoria e crítica Pós-colonialistas. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (Orgs.). *Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. Maringá: Eduem (Editora da Universidade de Maringá), 2005, p. 223-229.

CARDOSO, Nirvana Frances Soares; MAGALHÃES, Maria José. *Contributos do feminismo negro e de(s)colonial para a prevenção da violência de género: uma revisão de literatura*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto

CARNEIRO, Sueli. *Mulheres em movimento*. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ea/a/Zs869RQTMGGDj586JD7nr6k/?lang=pt#>. Acesso em 24 jul. 2024.

DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. tradução Heci Regina Candiani. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2020.

JIMÉNEZ, Claudia Salazar. Chimamanda Ngozi Adichie: “Nossa época obriga a tomar partido”. *EL País*, 2017. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/01/cultura/1506882356_458023.html. Acesso em: 23 Jul. 2024.

PINTO, Giselle. *Gênero, raça e pós-graduação: um estudo sobre a presença de mulheres negras nos cursos de mestrado da Universidade Federal Fluminense*. Niterói: 2007. 31p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007

RIBEIRO, Djamila. Feminismo negro pra que? In: *Você já é feminista!*. São Paulo: Pólen, 2016.p. 83 - 86.

RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Can the subaltern speak? In: B. Ashcroft, G. Griffiths, et al (Ed.). *The post-colonial studies reader*. New York: Routledge, 1997a.

VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. Traduzido por Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

ZOLIN, Lúcia Osana. Crítica feminista. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (Orgs.). *Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. 3. ed. (revista e ampliada). Maringá: Eduem, 2005, p. 217-242.

(1893) Anna Julia Cooper. “**Women’s Cause is One And Universal**”. Disponível em: <https://www.blackpast.org/african-american-history/1893-anna-julia-cooper-womens-cause-one-and-universal/>. Acesso em: 12 out. 2021.

Recebido em 26/06/2024.

Aceito em 26/07/2024.

ESPAÇOS DIMINUTOS E DINÂMICAS ENTRE MULHERES: A RESISTÊNCIA FEMININA NA NARRATIVA “SOLITÁRIA”, DE ELIANA ALVES CRUZ

DIMINISHED SPACES AND WOMEN DYNAMICS: FEMALE RESISTANCE IN “SOLITARY”, BY ELIANA ALVES CRUZ

RESUMO

Vivendo numa realidade em que sua potencial revolta interna poderia acarretar na perda das relações de trabalho e de seu sustento, d. Eunice e Mabel, mãe e filha, personagens principais da narrativa *Solitária*, de Eliana Alves Cruz (2022), desenvolvem meios de resistência em espaços minúsculos a elas delegados. Partindo disso, o presente artigo tem como objetivo analisar a narrativa através dos caminhos que levam d. Eunice, empregada doméstica em um condomínio de luxo, aos movimentos de resistência e de ruptura. Na mesma direção, intenciona-se trazer à tona os movimentos de Mabel, contemplando as relações femininas existentes na obra e o modo como suas atitudes convergem em direção à subversão dos espaços diminutos e das relações de poder. Para a análise desse romance contemporâneo que convida o/a leitor/a a uma perspectiva decolonial, abordaremos perspectivas teóricas para uma crítica literária sob o mesmo viés, a comunhão feminina e o empoderamento como um componente da resistência (Lugones, 2020; Castro, 2020; Vergès, 2019; Nascimento, 2019; Berth, 2019).

Palavras-chave: Eliana Alves Cruz. Crítica literária decolonial. Decolonialidade. Resistência feminina. Empoderamento.

ABSTRACT

Living in a reality where their potential intern rebellion might result on the loss of work relations and their own livelihood, d. Eunice and Mabel, mother and daughter, main characters of the novel intitled *Solitary*, by Eliana Alves Cruz (2022), develop means of resistance on the diminished spaces assigned to them. Therefore, the following paper aims to analyze the narrative through the path which lead d. Eunice, housemaid in a luxury condominium, to movements of resistance and rupture. Additionally, it is brought to light Mabel’s movements, scrutinizing the female relations on the novel and the way their attitudes converge towards the subversion of these diminished spaces and power relations. To achieve an analysis that invites the reader to a decolonial perspective, we will approach theoretical perspectives to a literary critic through the same outlook, female communion and empowerment as a component of resistance (Lugones, 2020; Castro, 2020; Vergès, 2019; Nascimento, 2019; Berth, 2019).

Yasmin de Andrade Alves

Doutoranda em Letras (PPGL/UFPB). Mestrado em Letras (PPGL/UFPB). Licenciatura em Letras/Português (UFPB). E-mail: yasminandradealves99@gmail.com Orcid: 0000-0002-2704-4172

Maria Luiza Diniz Milanez

Doutoranda em Letras (PPGL/UFPB). Mestrado em Letras (PPGL/UFPB). Licenciatura em Letras/Inglês (UFPB). E-mail: luizamilanez@hotmail.com. Orcid: 0000-0003-1635-5220

Keywords: Eliana Alves Cruz. Decolonial literary critic. Decoloniality. Female resistance. Empowerment.

Introdução

Hostilizadas frequentemente com um discurso meritocrático, sentem que estão fadadas a sempre ser aquilo: o chão da fábrica; a faxineira invisível; a empregada doméstica que vive em um quartinho, cria as crianças da patroa e mal vê as suas. Há estruturas que insistem em empurrar para baixo mulheres negras e/ou não brancas, e são necessárias quantidades absurdas de esforço empregado para, pelo menos, proporcionar a conquista da melhor qualidade de vida para as futuras gerações.

Entretanto, vimos, na emergência dos estudos decoloniais, que há uma tomada constante de consciência das estruturas, das violências físicas e epistemológicas, no rastro de corpos negros e originários deixado pelo chamado desenvolvimento do país. Faz-se necessário, nesse sentido, tomar as rédeas, unir forças e lutar por cada grama de evolução que se possa ter, e a arte – neste caso específico, a literatura – é uma das ferramentas e estratégias que promovem reflexão acerca das lutas identitárias que clamam por mudança social.

Ao viver numa realidade onde sua potencial revolta interna poderia acarretar na perda da pobre troca que recebe em retorno ao seu trabalho árduo, d. Eunice, personagem da obra *Solitária* (Cruz, 2022), engole a seco todas as difíceis situações às quais é submetida. Vendo sua filha, Mabel, na época aspirante a médica, ela se agarra neste fato para garantir sua sobrevivência e a ascensão de sua filha. Anos trabalhando na casa da mesma família, d. Eunice passa por um processo que começa no âmago de seu ser, amparando aquelas que lhe são iguais, como Dadá e Irene, trocando histórias com suas semelhantes como estratégia para manter sua sanidade.

Dessa forma, visando a linguagem literária como espaço político de resistência e denúncia, o presente artigo tem como objetivo analisar a obra supracitada através dos caminhos que levam d. Eunice aos movimentos de resistência e de ruptura, o que envolve, por exemplo, desafiar sua patroa e deixar seu local de trabalho, bem como realizar denúncias contra crimes realizados por esta família. Da mesma maneira, intenciona-se trazer à tona os movimentos de Mabel, contemplando as relações femininas existentes na obra e o modo como suas atitudes convergem em direção à subversão dos espaços diminutos e das relações de poder.

É válido destacar que a obra literária *Solitária* é um romance contemporâneo, havendo poucos estudos a seu respeito. Sua autora, Eliana Alves Cruz, nasceu na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1966. É escritora, roteirista, jornalista e apresentadora de TV. Seu romance de estreia, *Água de barrela* (2016), publicado pela Malê Editora, apresenta um projeto estético baseado na narrativa da sua trajetória familiar a partir do século XIX, iniciando-se na África. Além dele, a autora publicou os romances *O crime do cais do Valongo* (2018), *Nada digo de ti, que em ti não veja* (2020) e, por último,

Solitária (2022). Foi vencedora do Prêmio Jabuti Contos 2022, além de ter publicado antologias. Sendo assim, a fim de detectar a quebra de barreiras em seu último romance publicado, o empoderamento individual e coletivo, esta pesquisa abordará os estudos de Lugones (2020), Castro (2020), Vergès (2019), Nascimento (2019) e Berth (2019).

Perspectivas teóricas para uma crítica literária decolonial

Para pensarmos na literatura como instrumento de possíveis contra-narrativas, sobretudo quando relacionada à autoria feminina, faz-se necessário destacar que tipo de relações permeiam o desenvolvimento dessas conjunturas e como são moldadas para fins de controle. Em *Solitária*, de Eliana Alves Cruz, encontramos a realidade de mulheres negras que trabalham no serviço doméstico, em um âmbito de extrema hierarquização, posto que o ambiente da narrativa é a contraposição entre um condomínio de luxo e um *quartinho* de empregada. Ademais, além da teia de relações entre a força laboral do condomínio e seus patrões, emergem questões de gênero, tanto no tocante ao reforço patriarcal dos papéis sociais quanto às violências sofridas pelas mulheres negras. Para tal, debruçamo-nos, inicialmente, sobre a indiferença diante da violência sofrida pelas mulheres como consequência de um sistema de colonialidade.

Maria Lugones (2020, p. 54) compreende que a indiferença perante a violência sofrida pelas mulheres permeia “as transformações sociais profundas em nossas estruturas comunais”. Nesse sentido, podemos afirmar que o aspecto da indiferença está presente não apenas na separação das categorias de raça, gênero, classe e sexualidade, mas, também, nas estruturas que sustentam nossas hierarquias sociais. Assim, a autora propõe uma nova perspectiva a respeito do que é entendido por *colonialidade do poder*, proposto por Quijano (2019), ao reforçar que essa análise é pautada no padrão de poder capitalista eurocêntrico e global.

Quijano (2019), em *Colonialidad y modernidade-racionalidad*, parte da ideia de que a conquista das Américas configura-se como um poder global que articula todo o planeta, pautado na brutal concentração dos recursos do mundo e no benefício e controle das classes dominantes europeias. O colonialismo, uma relação de dominação direta, política, social e cultural dos europeus sobre os conquistados de todos os continentes, cria, neste viés, categorias raciais, étnicas, antropológica ou nacionais como uma forma de significação a-histórica. Assim, todas as relações sociais são operadas por essa estrutura de poder, o que situa a cultura europeia em oposição às outras culturas, ou seja, uma relação de dominação colonial, não apenas uma subordinação. A colonialidade, por sua vez, é uma consequência do processo de colonialismo, e se situa no imaginário, nas subjetividades/intersubjetividades, nas relações de poder, enraizada nas ideias, na cultura, no comportamento, nas crenças, nas identidades, sendo, portanto, onipresente.

Três pontos centrais são desenvolvidos em torno da colonialidade do poder: a colonialidade do saber, a colonialidade do ser e a decolonialidade. Lugones (2020)

nomeia esse cruzamento de “sistema moderno-colonial de gênero” e afirma que caracterizá-lo dessa maneira - colonial/moderno - permite ver a imposição colonial em profundidade e seu alcance historicamente destrutivo. É pertinente, ademais, destacar que esse sistema se sustenta, além de outros fatores, sobre a dissolução incisiva e compulsória de solidariedade entre as pessoas que são vítimas da dominação constituinte da colonialidade, incluindo, principalmente, as mulheres. Pensando nisso, torna-se impossível não relacionarmos a solidariedade entre mulheres como uma estratégia de driblar os poderes de dominação da colonialidade, estritamente patriarcal, branca e heterossexual.

Nesse âmbito, ao mencionar Quijano, Lugones (2020) destaca que o poder se estrutura em relações de dominação, exploração e conflito. Essas três categorias estariam intrinsecamente associadas a quatro partes da vida humana, que são comandadas por atores sociais que disputam esse controle. Podemos citar, então, o sexo, o trabalho, a autoridade coletiva e a subjetividade/intersubjetividade como partes integrantes da vida humana, sujeitas às estruturas de poder que sustentam a colonialidade (Lugones, 2020). Nesse sentido, todas as áreas da vida que compreendem a atuação do sujeito estariam atravessadas pela modernidade e pela colonialidade do poder.

Entretanto, é preciso reconhecer que um ponto de vista capitalista, eurocêntrico e global acaba por invisibilizar as mulheres colonizadas, que são destituídas de poder e encontram-se em estado de subordinação, assim configurando-se em nova forma de violência epistemológica. Quando acrescida de termos raciais, a organização do gênero no sistema moderno/colonial (ou seja, dimorfismo biológico, organização patriarcal e heterossexual das relações sociais) ganha uma nova perspectiva. A própria invenção da “raça” “indica a reorganização das relações de superioridade e inferioridade estabelecidas por meio da dominação” (Lugones, 2020, p. 56). É, portanto, um encaixe das relações humanas em termos essencialmente biológicos, de maneira a impulsionar teorias eurocêntricas – e androcêntricas – a respeito dos papéis e das divisões sociais.

Na cadeia das classificações eurocêntricas, a dominação passa a ser intersubjetiva, à medida que, ao reproduzi-las, permite-se o surgimento de novas identidades geoculturais e sociais. Sendo assim, o termo *colonialidade* se refere a algo que vai além da classificação racial. Segundo a estudiosa,

ela é um fenômeno mais amplo, um dos eixos do sistema de poder e, como tal, atravessa o controle do acesso ao sexo, a autoridade coletiva, o trabalho e a subjetividade/intersubjetividade, e atravessa também a produção de conhecimento a partir do próprio interior dessas relações intersubjetivas. Ou seja, toda forma de controle do sexo, da subjetividade, da autoridade e do trabalho existe em conexão com a colonialidade. (Lugones, 2020, p. 57)

Se pensarmos nas relações de trabalho, nota-se que o trabalho bem assalariado sempre foi direcionado ao branco europeu. Assim, o entrecruzamento entre trabalho e raça destaca a fusão entre as experiências do colonialismo e da colonialidade com

as necessidades do sistema capitalista (Quijano *apud* Lugones, 2020, p. 58). Ainda conforme Quijano, “o eurocentrismo naturaliza a experiência das pessoas dentro do padrão de poder”. Dessa maneira, seguindo uma lógica eurocêntrica capitalista e evolutiva, a população aparece dividida em dicotomias, sobretudo na modernidade: superior x inferior; racional x irracional; tradicional x moderna; primitiva x civilizada. É válido salientar, a respeito desta última, que o primitivo é uma qualificação associada ao ponto de partida anterior à história, ou seja, sem história própria, portanto, primitivo, ao passo que o civilizado teria uma identidade histórica.

Assim, a interseccionalidade das categorias de gênero e raça é inseparável, logo, “o processo é binário, dicotômico e hierárquico” (Lugones, 2020, p. 60). Dessa forma, as mulheres que não estão situadas na posição superior dessa ordem binária - brancas e europeias - são vítimas das relações de violência nas supracitadas áreas da vida humana, incluindo o trabalho (as funções que exercem, a remuneração ou a ausência dela, dentre outros fatores), bem como a família e a vida sexual. Importa mencionar que as mulheres não brancas, excluídas do trabalho assalariado, não eram apenas subordinadas. Mulheres racializadas eram caracterizadas como fêmeas, mas sem feminilidade, transformadas em animais dentro do capitalismo eurocêntrico global.

Não à toa, o feminismo hegemônico branco tornou a categoria “mulher” semelhante à de “mulher branca”, excluindo e sendo condizente com a indiferença diante das violências e marginalização sofridas pelas mulheres latinas, indígenas, negras e orientais. Também foi atribuída a imagem de “fêmea agressiva”, sobretudo às escravizadas cujo estereótipo foi perpetuado até os dias atuais. Sem a intersecção das categorias, as mulheres racializadas não aparecem e são fadadas a um lugar que naturaliza a violência perpetrada contra elas. Tal categorização, que promulga uma visão de vivência única do ser feminino, torna-se extremamente prejudicial para aquelas que vivem, segundo Lugones (2020), nas entrelinhas da categoria mulher. Portanto, ao fundirmos as categorias “mulher” e “raça”, conseguimos enxergar as mulheres de cor, que têm um extenso histórico de resistência e sobrevivência. Tais categorias também excluem pessoas que não se enquadram no dimorfismo eurocêntrico de gênero, juntamente com quem possui orientação sexual que foge da norma do “natural” e reprodutivo.

Pensando de maneira mais enfática no contexto racista e misógino da sociedade brasileira, Susana de Castro (2020), em seu artigo *Condescendência: Estratégia Pater-Colonial de Poder*, reforça a presença de aspectos não-materiais nas dinâmicas de poder. Fora a intimidação e a violência sofridas por povos originários e pela população negra, que aqui chegou à força, é posta a ferramenta do poder da narrativa do “vencedor”, que é espalhada de forma hegemônica em escolas e lares do país. De acordo com essa narrativa, os colonizadores teriam nos resgatado de nossa própria barbárie enquanto povo “primitivo”, animalesco e não-capitalizado. Para justificar a apropriação de corpos negros e indígenas, eles utilizam uma narrativa condescendente e desumanizadora, afirmando, assim, seu papel de salvador e intelectualmente superior. Adicionalmente, é elaborado, também, o descarte da riqueza cultural dos povos, sendo objetivado o total apagamento epistemológico com o intuito da não contestação da ordem “superior”

que lhes foi imposta. Logo, com o capital construído a partir da violação de terras longínquas, apagando seus saberes, seu modo de vida e seu espírito de sociedade, a modernidade europeia é desenvolvida (Castro, 2020, p. 143).

Como afirma a pesquisadora, a raiz epistemológica do racismo nas sociedades contemporâneas: “sua raiz está no poder de quem controla a produção de conhecimento, o poder de classificar e hierarquizar os seres humanos a partir de um ideal supostamente neutro de humanidade” (Castro, 2020, p. 144). A partir desta visão hegemônica, é destacada a bestialização dos corpos não-europeus como forma de validação do controle, sendo este direcionado à exploração de trabalho forçado, de alto desgaste físico e da violência sexual e miscigenação forçada.

Ao aplicar este pensamento considerando a realidade brasileira, Castro (2020) reitera o preconceito institucional que permeia nossa estratificação, que ignora totalmente as contribuições advindas de povos originários e afrodescendentes. Isto é ocasionado na reprodução de concepções violentas que são expressas tanto nas escolas como em meios de comunicação e nas falas. Pontua-se, então, que o racismo luso-tropical talvez “[...] seja o mais perverso de todos, pois escamoteia o preconceito utilizando-se de formas de tratamento condescendentes e paternalistas” (Castro, 2020, p. 150).

Advindo deste saber universalizador, é ainda disseminada na atualidade a espera de que a população negra e indígena seja grata às migalhas de oportunidades e dificuldade de ascensão social que lhes foi imposta (Castro, 2020). É contestada toda e qualquer política pública direcionada a este público, pois, afinal, para todos os efeitos na sociedade brasileira de influência europeia, quando a escravatura foi abolida, todas as diferenças também o foram. Tornamo-nos iguais, e, assim, de iguais oportunidades. Passa-se a ser, ao ver da reprodução do pensamento europeu, “natural” que essas populações estejam sempre em estado de subserviência aos brancos, simplesmente porque não teriam habilidades a nível suficiente para alcançar uma posição de maior estratificação social.

Nessa direção, Vergès (2019) nos traz a discussão específica das mulheres que se ocupam de limpar o mundo. Trabalho indispensável, realizado de maneira quase universal por mulheres, torna-se capitalizado por baixa remuneração, deixando milhares delas marginalizadas na dupla jornada de um trabalho que, de acordo com o pensamento hegemônico, é natural ao ser feminino. Não por acaso, os esforços contínuos para a perpetuação do *status quo* em relação à servitude, especialmente vindo de mulheres brancas e burguesas, viriam não por benefício geral, mas para benefício próprio:

A vida confortável das mulheres da burguesia só é possível em um mundo onde milhões de mulheres racializadas e exploradas proporcionam esse conforto, fabricando suas roupas, limpando suas casas e os escritórios onde trabalham, tomando conta de seus filhos, cuidando das necessidades sexuais de seus maridos, irmãos e companheiros. [...] elas têm como passatempo discutir a

legitimidade das coisas, reclamar que não querem ser “incomodadas” no metrô ou aspirar a postos de liderança de empresas. (Vergès, 2019, p. 17-18)

É indispensável mencionar Vergès como parte desta análise, posto que seu ponto de vista vai além da interseccionalidade e rebate diretamente o capitalismo, ao pensar seus impactos de maneira global. O trabalho doméstico, além de outros associados de forma compulsória ao termo “mulher”, é tomado como um aspecto que estereotipa as mulheres de cor, sobretudo negras, e ignora o tipo de serviço como uma atividade laboral, o que, socialmente, tem como consequência a baixa remuneração, o desprestígio e a precariedade.

Contrapondo-se ao feminismo civilizatório, que adotou os objetivos da missão civilizatória decolonial, idealizando políticas de cunho imperialista e neoliberal de interesse único de uma classe específica, uma visão feminista decolonial sobre a literatura produzida por mulheres e sobre narrativas que denunciam seus *status* levamos a pensar criticamente a respeito da invisibilidade sobre a superexploração que é imposta às mulheres racializadas.

Dessa forma, concordamos com a perspectiva de Vergès (2019), ao mencionar que o trabalho de limpeza, materializado no trabalho doméstico, é considerado parte daquilo que as mulheres devem fazer por natureza, sem o direito de reclamar. Na ótica capitalista, esse tipo de trabalho é gratuito e não constitui moeda de troca, dado que às mulheres é determinado que cuidem. Esses trabalhos são, portanto, invisíveis e realizados por vidas descartáveis (Vergès, 2019).

Levando em consideração a indústria da limpeza, as trabalhadoras ficam expostas a situações não apenas de perigo, como também de hierarquias. Estas últimas não foram pensadas como um problema pelo feminismo branco, que tem como marca principal o colonialismo e as relações de poder, ignorando os alcances das lutas das mulheres de demais grupos sociais. No caminho contrário, o feminismo decolonial se inscreve no movimento de “reapropriação científica e filosófica que revisa a narrativa europeia do mundo” (Vergès, 2019, p. 31), ao adotar uma visão contestadora da ideologia que transforma as mulheres, negras(os), povos indígenas, asiáticos e africanos em seres inferiores e inaptos.

Portanto, conforme Vergès (2019, p. 51), “nenhuma instituição me parece escapar ao racismo estrutural: nem a escola, nem o tribunal, nem a prisão, nem o hospital, nem o Exército, nem a arte, nem a cultura, nem a polícia”. É nesse âmbito que iremos, na próxima seção, trazer à tona as condições das mulheres negras no mercado de trabalho brasileiro, sob uma ótica feminista decolonial, a fim de buscar relacionar esses aspectos ao *corpus* desta pesquisa, demonstrando, por meio da crítica literária, como esse fenômeno ocorre no romance. Logo, considerando o exposto, levaremos em conta a formação da estrutura social brasileira e suas hierarquias, identificando o espaço reservado às mulheres negras na história.

Mulheres negras brasileiras nas mãos do mercado de trabalho

Pensar a realidade social de mulheres negras brasileiras é considerar o racismo estrutural que permeia as relações de trabalho e de gênero. Além de fortemente ligado ao fenômeno do capitalismo global, o mercado de trabalho determina papéis para os indivíduos, tratando-os, ou não, como sujeitos, definindo a situação na qual se encontram os subalternos, dentre os quais estão as mulheres de cor.

Nesse viés, Beatriz Nascimento (2019) afirma que a sociedade brasileira carrega consigo aspectos que ainda são relacionados à época colonial. O sistema colonial implantado no Brasil foi estabelecido de maneira hierarquizada, chegando a ser, conforme a autora, uma sociedade de castas, ou seja, uma comunidade em que os diversos grupos realizam papéis bastante diferenciados entre si, configurando uma desigualdade baseada em relações de superioridade e inferioridade (níveis sociais).

Centrados no senhor de terras, a economia e o trabalho giravam em torno das necessidades financeiras de uma elite, tendo como mão de obra a força de trabalho dos escravizados. Dessa forma, instala-se um sistema de trabalho patriarcal, posto que, dentre os escravizados, encontra-se a mulher negra, produtora - em seu sentido de *reprodução* - dessa mão de obra. A mulher branca, por sua vez, exerce o papel de mãe e esposa, dona do lar, de forma que, nas palavras de Nascimento (2019, p. 259), “seu papel é assinalado pelo ócio, mantendo-se amada, respeitada e idealizada naquilo que o ócio lhe representava como suporte ideológico”.

72

Numa sociedade em que a exploração do indivíduo é a mola propulsora do desenvolvimento econômico para o Ocidente, a mulher negra, com sua capacidade produtiva, sofre com a primeira determinação da condição do ser *mulher*. Logo, ela é usada como “o suporte para a instituição escravocrata” e “recai sobre ela o peso da dominação senhorial” (Nascimento, 2019, p. 260). Essas marcas permaneceram na modernidade, mesmo com o dinamismo e a variedade de atividades produtivas. Entretanto, o critério racial torna-se um mecanismo de seleção dessas atividades, conferindo papéis de maior subordinação às mulheres negras e mantendo-as nos lugares mais baixos da hierarquia.

Um fator importante que resulta desse processo é a internalização, por parte dos grupos negros, dos lugares inferiores que lhes são atribuídos. Segundo a autora, isso confere um longo processo de continuidade do sentimento de desobrigação, no sentido de que penetrar nos espaços dos brancos não lhes parece uma opção. Numa visão panorâmica e histórica, essa perpetuação do processo de domínio social e privilégio racial ressoa sobre as mulheres negras no momento em que continuam coagidas aos mesmos papéis da época colonial.

Sendo assim, o seu papel como trabalhadora continua relacionado a empregos domésticos, como é denunciado em *Solitária*, em que Mabel, personagem principal, interrompe o ciclo de sua família, tornando-se a primeira a cursar uma graduação. Ao tentar exercer outros papéis e adentrar espaços de maior prestígio, a educação, por exemplo, apresenta-se como empecilho:

Como a educação é um requisito para o acesso às melhores condições na hierarquia de empregos, deduz-se que as populações de cor e as mulheres brancas não estariam capacitadas para assumir os empregos de maior status, tendo, conseqüentemente, maior remuneração. Nesse contexto, a mulher negra tem possibilidades menores que qualquer um outro grupo social. (Nascimento, 2019, p. 262)

Portanto, importa não apenas saber acerca dos processos históricos e sociais, como também entender as formas de reação diante desses contextos. Para isso, seguiremos adiante com a análise dos processos de resistência, que têm como consequência a comunhão feminina e a ocupação de espaços que lhe foram negados. Partimos, então, para a ação transgressora das mulheres negras frente a imposições e dominações de caráter branco, patriarcal e imperialista, e seguiremos para a obra *Solitária*, de Eliana Alves Cruz.

Comunhão feminina e resistência

Em sua célebre obra *Empoderamento*, Berth (2019) conceitualiza o termo aplicando-o à realidade brasileira. A teórica faz uso do estudo de Stromquist, para estabelecer as dimensões necessárias para um processo de empoderamento, que consiste em quatro parâmetros: dimensão cognitiva, psicológica, política e econômica (Stromquist apud Berth, 2019, p. 32). Em detalhes, as categorias demonstram que é preciso uma visão crítica do meio em que se vive, de autoestima, que culmina na crescente vontade de mobilização e na consciência das dinâmicas de poder, e, finalmente, numa renda independente. Esses requisitos, trabalhando em consonância, resultam na identificação de capacidades (Berth, 2019) e na não culpabilização, em especial, das vítimas.

A Teoria do Empoderamento possui uma definição, mencionada por Berth (2019), que possibilita traçar pontos de partida para a análise da comunhão feminina. O empoderamento seria, nesse sentido, uma construção que reúne forças e competências individuais, “sistemas naturais de suporte e comportamento pró-ativo no âmbito das políticas e mudanças sociais” (Rappaport, 1981, 1984 apud Berth, 2019, p. 24). Logo, o empoderamento é ação que une o bem-estar individual ao meio social.

De forma consoante, Berth (2019, p. 35) traz à tona a relação entre o individual e o coletivo nos processos de empoderamento. Quando tomado por um sentido estritamente individual, o empoderamento transforma-se num controle pessoal, num domínio dos processos cognitivos. Seria uma visão individualista, baseada na autonomia e independência, mas que, ao mesmo tempo, descarta as práticas cotidianas dos grupos e as estruturas de poder. O individualismo, preponderante na ideologia neoliberal, arrisca os movimentos de solidariedade e desconecta as pessoas do espaço que ocupam no contexto político, histórico e social.

Apesar disso, é necessário que o empoderamento também tenha uma concepção individual, dado que a coletividade é a junção de vários indivíduos e que, para um empoderamento coletivo, é preciso o empoderamento pessoal. Por outro lado, este último não deve ser voltado aos interesses pessoais de forma descontextualizada, e a isto se deve a importância da consciência do seu *eu* social e suas implicações (Berth, 2019, p. 35).

Dessa forma, é possível colocarmos em diálogo as teorias que abarcam a decolonialidade com o processo de construção narrativa do texto *Solitária*, especificamente no que tange as personagens principais, d. Eunice, empregada doméstica, e Mabel, sua filha. O romance convoca, portanto, a teoria, de forma que apresenta ao leitor não apenas elementos de denúncia social, mas, também, a própria emancipação por meio dos movimentos de ruptura e de estratégias que contemplam intersecções. São mulheres que buscam quebrar a reprodução de padrões em que são mantidas nas casas de seus empregadores, muitas delas retiradas de casa, ainda crianças, para trabalhar exaustivamente até a velhice, ou em situações análogas à escravidão, como é o caso da personagem Dadá. Mulheres que, como pontuado anteriormente, vivem às margens, por causa da colonialidade.

A resistência de d. Eunice e de Mabel e os espaços diminutos

Caminhemos em consonância com d. Eunice, em companhia de sua filha, Mabel. Duas mulheres, duas gerações, atitudes e visões conflitantes, causando estremezimento na dinâmica de sua relação. Para compreender as contribuições das atitudes de mãe e filha como fator que desencadeia uma resistência às dinâmicas de poder, faz-se necessário falar da perspectiva de Mabel acerca das condições de vida que lhe foram impostas.

A narrativa *Solitária* é inaugurada através dos olhos da filha de d. Eunice, que foi exposta desde muito nova à realidade de ser empregada doméstica e ser obrigada a dormir na casa dos patrões. A antiga patroa para quem Mabel (que era apenas uma criança) e d. Eunice trabalharam por tantos anos – uma assalariada, a outra não – é indiciada por um crime que é revelado apenas na parte final da narrativa. Marca-se, com impacto, a divergência de atitudes das duas em relação às situações que lhes acontecem. “O que faço com essa gente toda? A senhora precisa denunciar, precisa falar... A senhora não é esca... – Ela me encarou com fúria” (Cruz, 2022).

Mabel, de geração posterior, tem atitudes explosivas em comparação com a sua mãe. Com mais acesso ao conhecimento e à educação formal, Mabel é munida de empoderamento individual (Berth, 2019), porém, aparentemente não tem total discernimento da necessidade do empoderamento coletivo, o empoderamento de mudança. Isto posto, enquanto ela enxerga a necessidade de mudança da realidade em que vive, ainda não tem sucesso na mobilização com outras mulheres, culminando, assim, em sua conexão falha com sua mãe, o que só melhorará ao final da narrativa.

Após isso, o tempo muda sensivelmente e nos leva à época em que Mabel começou a frequentar a casa de d. Lúcia, até então patroa de sua mãe. A personagem logo percebe os espaços diminutos em que as empregadas têm que se confinar, dando a impressão da própria diminuição em face dos grandes espaços dos patrões, como demonstrado no fragmento a seguir: “Entre o espelho e a pia, uma prateleira com um pote, um tubo de pasta de dentes e uma escova dentro. Tudo no diminutivo” (Cruz, 2022, p. 14). O vocabulário da narrativa intensifica e denuncia essa realidade: “reparei mais uma vez que, para quem era patrão, tudo era ‘inho’: quartinho, apartamentinho, banheirinho...” (Cruz, 2022, p. 35).

Indo além, Mabel compreende a tarefa de sua mãe em ser uma mulher que abre os espaços burgueses, invisível (Vergès, 2019). Para não levar reclamações, o que já ocorre com o advento de ter levado sua filha ao local de trabalho, d. Eunice se esforça para suprimi-la o quanto pode, para não colocar em risco sua única fonte de renda:

Comecei a rir alto com o desenho que continuava passando na tv. Ela arregalou os olhos e virou a cabeça para os lados, apressada, como se estivéssemos sendo vigiadas ou nos escondendo da polícia. Pôs o dedo indicador na boca e fez um ruidoso “ssssshhhhh”. Eu não podia dar sinais de que eu respirava, sentia fome, sede, vontade de fazer xixi, ria ou existia... no quartinho? (Cruz, 2022, p. 15)

A concepção de Mabel sobre o mundo, com o peso de inúmeras responsabilidades nas costas, é de muita revolta, principalmente pela disparidade entre sua realidade e a realidade, por exemplo, da filha da patroa. Com ciúmes da relação entre sua mãe e Camila (filha de d. Lucia), ela se ressentia pelo fato de não lhe ser permitida uma infância digna, sem responsabilidades que não lhe cabem. “Eu vivia ali e já estava, como dizia todo mundo, ‘grandinha” (Cruz, 2022, p. 39).

Crescendo explorada como uma ajudante da mãe na casa dos patrões, a personagem sofre com a maturidade precoce, chegando a ter relações sexuais com um dos filhos do porteiro. A educação sexual em sua vida foi nula, e não havia abertura com sua mãe para conversar sobre métodos contraceptivos, criando uma barreira envergonhada que nenhuma das duas teria coragem de cruzar. Com o auxílio de sua patroa, que não queria perder seus privilégios de mulher branca e burguesa que pagava uma empregada e tinha duas, Mabel opta por realizar um aborto.

Ouvi minha mãe e outras empregadas do prédio cochicharem num debate a meia-voz pelos corredores.

– Pra mim é assassina, sim! Não se tira uma vida inocente... a criança não tem culpa de nada!

– Assassina, Eunice? protestou Hilda, a cuidadora do general. - O que você sabia da vida com a idade dela? Não diga isso, querida... Ainda não é uma vida formada.

– Não aceito, Hilda. Não consigo entender... pra mim é assassinato e acabou! (Cruz, 2022, p. 49)

Rodeada de divergências, torturada pela opinião negativa de sua mãe, que não sabia o que ocorria, Mabel, com o apoio financeiro de sua patroa, realiza seu aborto de forma solitária. Após o procedimento, Mabel se sente mudada: “[...] olhei para o espelho do elevador e disse: ‘Bom dia, Irene. Bom dia, Eunice’. Via meu rosto misturado com o delas” (Cruz, 2022, p. 60). Nesse momento, ela percebe que não está distante da realidade de sua mãe e da antiga babá criança que trabalhavam naquela casa, que, assim como suas companheiras, precisa se esforçar para garantir sua sobrevivência.

Apesar de inteligente, Mabel precisaria da ajuda mútua daquelas que são suas iguais, da motivação efervescente vinda de sua mãe, do carinho gratuito vindo de Dadá, do momento revelador que teve com sua mãe e Irene, quando a babá-criança, perdida naquele apartamento gigante, não conseguiu evitar que o filho de sua patroa se afogasse. Ela compreende que é muito difícil sair da vida de solitária, uma prisão, do quatinho, banheirinho, destinado àqueles que devem permanecer estáticos onde estão, invisíveis e sem reclamar (Vergès, 2019).

A narrativa de Mabel é finalizada com a frustração dela ao perceber que, ao crescer, em comparação com Camila, filha dos patrões, ela e a mãe distanciaram-se uma da outra, e de si mesmas (Cruz, 2022, p. 64). D. Eunice inicia seu contar de maneira incerta, não sabe ao certo se deve voltar-se contra a família que lhe forneceu emprego por tanto tempo. Sentimentalista, ela se apega à memória de Camila, de quem Mabel se ressentia por lhe ter arrancado de sua infância. “[...] ela não entende que a menina também é minha filha! Nunca que vou gostar menos dela e mais da outra” (Cruz, 2022, p. 69). Como podemos enxergar, a personagem reforça uma visão que é muito presente da realidade da burguesia que possui empregadas domésticas: é reiterada a visão de que sua funcionária seria membro da família, assim abrindo espaço para exigências que ultrapassam as obrigações da profissão como, por exemplo, criar os filhos dos patrões.

Apesar disso, d. Eunice atua, em muitos momentos, como agente de união feminina, assim, empoderando as mulheres ao seu redor. Ademais, a personagem também demonstra ter mais sensibilidade em suas relações interpessoais com outras mulheres como maneira até mesmo de garantir sua fonte de renda, que serve ao propósito de tentar fazer sua filha ascender socialmente. Em confronto com sua filha, que fez alusão à escravidão quando a mãe se mostra receosa em depor contra sua patroa, no momento da investigação do crime, ela reflete angustiada sobre sua posição:

[...] não conseguia me ver sentada na frente de um delegado para depor contra a mãe de Camila. D. Lúcia, chorando muito, me jurou que foi sem querer... Mas, **na voz de Mabel, ecoava a da minha mãe**, que me advertiu desde o dia em que comecei a trabalhar naquela casa. (Cruz, 2022, p. 68. Grifo nosso.)

D. Eunice sente o peso do posicionamento de sua filha, que lhe remete à sua própria mãe e lhe traz uma visão mais crítica sobre os fatos, lhe lembra das histórias que sua avó - que era escravizada - contava para sua mãe (Cruz, 2022, p. 72). Ela remonta

aos tempos em que primeiro começou a trabalhar na casa de d. Lúcia, aludindo ao momento em que foi deixada sozinha em casa enquanto a patroa ia fazer compras, se deparando com uma carteira cheia de dinheiro deixada para trás. Era um teste, e d. Eunice passou. “[...] se antes havia coisas que eu achava difícil compreender, naquele primeiro dia comecei a entender tudo” (Cruz, 2022, p. 73).

Embora sempre se demonstre dócil e conformada, d. Eunice entende que, para aquelas pessoas, ela não passa de um ser inferior, ali presente para realizar seus desejos enquanto permanece estática e invisível, sempre carregando as palavras de sua mãe como eterno conselho. Mesmo assim, com os avisos ancestrais e com sua intuição afiada, d. Eunice não percebe o momento em que torna-se negligente com a criação de sua filha, sendo esse um de seus grandes arrependimentos. No sentimento falho de que possuía outra filha, ela perde a vida escolar de Mabel, o momento em que começa a namorar, se envolver fisicamente com um rapaz, engravidar e o processo solitário de seu aborto (Cruz, 2022, p. 82).

Para que haja resistência, são necessários acontecimentos que impulsionam a personagem para tomar atitudes, derivadas, sobretudo, de uma consciência de não pertencimento e de uma vontade de transcender estruturas enraizadas. Antes da ruptura, há rachaduras, ou seja, a visão de diversas possibilidades, que encontra, em suas companheiras, aliadas. Esse movimento prepara o ambiente para a formação de uma comunhão feminina, que vai além da relação entre mãe e filha. A comunhão atravessa essas mulheres, de forma que se reconheçam uma na outra, como grupo, impulsionando-se conjuntamente. O início desse processo se dá verdadeiramente na ocasião em que d. Codinha, mãe de Eunice, está para falecer. Após muito esforço para conseguir uma folga de seu trabalho, Mabel e Eunice compartilham de um momento único com d. Codinha:

- E você, Eunice, não acha que tá na hora de cuidar da sua vida? Engoli em seco. Entendi o que ela queria dizer mas... o que eu faria? Não estudei, achava que não era capaz de nada e não tinha a boa aparência que as empresas pediam. Não tinha ido à escola como Mabel.
- Mamãe, eu... Sim, a senhora tá certa.
- Então não perde tempo, minha filha... Vá, você consegue. Sua filha pode lhe ensinar tanta coisa... Aproveite enquanto ainda tem todos os dentes. [...] Tomamos uma sopa de legumes antes de dormirmos abraçadas, envoltas na colcha de retalhos que tínhamos feito juntas anos atrás, ensinando Mabel a costurar fuxicos. Mas de manhã não teve o café com aipim cozido e manteiga de sempre.
- D. Codinha não amanheceu conosco. Acordou em algum lugar bem longe de sua capelinha no canto do nosso quintal. (Cruz, 2022, p. 95)

As palavras de sua mãe muito doente tocam d. Eunice, e trazem à tona aquilo que há muito tempo estava adormecido, seu impulso pela mudança. O momento vivido entre três gerações, perto do altar multirreligioso de sua casa, trazem o aconchego,

a autoestima, e a motivação necessários para que a personagem tome seus primeiros passos.

Outro acontecimento que leva d. Eunice a se motivar ainda mais para tomar atitudes em relação à sua realidade é quando sua filha presta o vestibular. Seus patrões, já inconformados com a possibilidade da filha da empregada passar para a faculdade de medicina, organizam uma festa para sua filha, com o máximo de barulho possível, para o dia anterior à prova¹. Ao se esforçar para equilibrar a raiva de sua filha aos patrões, Eunice nota, mais uma vez, a semelhança de sua filha com a avó. “As duas estavam de mãos dadas nas extremidades, com as mãos entrelaçadas por cima de mim” (Cruz, 2022, p. 97).

Para Mabel, a situação já chega em seu momento de ruptura. Aprovada no vestibular, vítima dos deboches dos patrões de sua mãe, que esnobavam dela, apontando a quantia de dinheiro que necessita ser empregada para cursar medicina, ela se enfurece. Ao assistir sua filha, tão decidida, sair pelo apartamento, d. Eunice reflete sobre a própria situação, na qual se acostumou a algo ruim, mas conhecido (Cruz, 2022, p. 104). Feliz por sua filha, acalentada pelo amor que vive com o porteiro do prédio, Jurandir, ela finalmente se sente pronta para tomar o próximo passo: seguir o conselho de sua mãe.

Com a força de sua mãe, sua filha, Irene e Dadá, d. Eunice deixa a solitária, o quartinho, o banheirinho, o lugar de confinamento e diminuto. Ela recusa as falas de sua ex-patroa ao relatar “todo o bem que nos tinha feito” (Cruz, 2022, p. 107), num movimento desonesto, e pelo qual obviamente já havia se preparado. D. Lúcia puxa os medicamentos que foram utilizados no processo de abortamento de Mabel, afinal, não havia sido um movimento de irmandade, mas, sim, uma ação movida pela necessidade de escravização. D. Eunice lamenta não ter sido aquela a saber o que havia se passado com Mabel.

Confluindo com todos esses movimentos, após livrar-se do quartinho de empregada, d. Eunice passa um tempo sem ter contato com sua antiga patroa. Com seus direitos pagos às pressas pela urgência do caso de Dadá, que sofreu com condições análogas a escravidão e provocou um grande burburinho no condomínio – a maioria provavelmente tendo também empregadas domésticas irregulares (Cruz, 2022, p. 113) – ela vive, agora, em sua própria casa, onde sua mãe também vivia. Após um tempo, d. Eunice recebe uma ligação de d. Lúcia, ela liga para avisar que sua filha irá sair num intercâmbio, e que haverá uma festa de despedida para ela. Ela a chama para ensinar a nova empregada doméstica a fazer a feijoada que Camila ama, utilizando-se novamente do discurso emotivo de que ela fazia parte da família: “Ela disse que vi a menina crescer e que ela fazia questão da minha presença na despedida” (Cruz, 2022, p.

¹ O desenvolvimento de ações que inibem a ascensão de grupos subalternos pode ser melhor compreendido, neste caso, através do que Cida Bento nomeia como “pacto de branquitude” (2022). A esse respeito, a autora diz que “é a supremacia branca incrustada na branquitude, uma relação de dominação de um grupo sobre outro, como tantas que observamos cotidianamente ao nosso redor, na política, na cultura, na economia e que assegura privilégios para um dos grupos e relega péssimas condições de trabalho, de vida, ou até a morte, para o outro” (Bento, 2022, p. 14-15).

115). Com a promessa de um dia pago para ensinar a receita, d. Eunice não pensa duas vezes em ir, já pensando nos livros que Mabel está se esforçando tanto para comprar.

Entretanto, d. Eunice não espera ter que assistir a cena de um crime se desenrolar em sua frente. A nova empregada, Luzia, tem um filho de quatro anos. Nos entremeios de fazer uma feijoada, ingredientes faltando, tanto Eunice quanto Luzia ocupam-se de diferentes tarefas, e é necessário que Luzia vá ao mercado comprar o restante dos ingredientes enquanto Eunice inicia os trabalhos na cozinha. Na falta de alguém para olhar Gi, Luzia pede à Camila para que cuide dele, rapidamente, para que possa fazer sua tarefa (Cruz, 2022, p. 119).

O fim é desastroso, ao sentir falta da mãe, Gi incomoda Camila que, não tendo paciência, fecha o menino em seu quarto com alguns papéis e lápis para colorir, o menino sobe na cômoda para alcançar o parapeito e chamar sua mãe e cai pela janela. A cena do crime é clara, houve negligência com o menino, que, aos quatro anos, não poderia ficar sem supervisão. Todavia, d. Lúcia se esforça, neste momento, para encobrir o crime de sua filha e garantir que não haja consequências legislativas para ela (Cruz, 2022, p. 131).

Quando enfim chegou o dia em que os policiais chamaram Eunice à delegacia, Mabel, Jurandir, João e Cacau estavam bastante apreensivos. O que ela diria aos oficiais sobre o dia da morte do menino Gilberto? Com a intenção de assumir para si a responsabilidade e livrar a filha, d. Lúcia combinara com as pessoas presentes no apartamento de dizer que ela estava em casa no momento do acidente. **Ela mesma não acreditava que Camila ou qualquer outra pessoa ali tivesse alguma responsabilidade. E mais: tinha certeza absoluta de que sairiam desse “desagradável incidente” sem maiores complicações.** [...] Eunice, pelo amor que sempre devotara a Camila, teve até febre no dia anterior ao depoimento. (Cruz, 2022, p. 145, grifo nosso)

Na certeza da impunidade, d. Lúcia ainda busca culpabilizar a mãe de Gi, não apenas pelo incidente, mas por ter colocado um filho no mundo. Filho este que, mesmo aos quatro anos de idade, é visto como adulto pela patroa, mais uma vida descartável (Vergès, 2019). Apesar de seu vínculo com a filha da patroa, o jogo emocional utilizado por sua ex-patroa para que tivesse pena de Camila, Eunice decide contar a verdade, “Camila não era mais criança e precisava saber disso” (Cruz, 2022, p. 147). Em seu último movimento de ruptura, d. Eunice reúne toda a força adquirida através das relações com suas semelhantes, Dadá, Mabel, d. Codinha, Luzia, Irene, e denuncia o grave crime de Camila em seu depoimento à polícia. Finalmente, Eunice é dona de sua própria vida, vive por si, e não se deixa manipular por aqueles que acreditam que sua existência lhes é servir e sempre se manter abaixo, nunca evoluindo.

Considerações finais

O romance *Solitária* pode ser considerado, diante do exposto, uma obra que traz à tona narrativas que se reproduzem ao longo dos séculos, moldando-se conforme os tempos. Seu enredo, que mescla acontecimentos que impulsionam tomadas de atitude das personagens, demonstra contextos de opressão de gênero, raça e classe, abrindo espaço e convidando a crítica literária para sua expansão e análise. Assim, ao termos como objetivo analisar a obra através dos caminhos que levam d. Eunice aos movimentos de resistência e ruptura, percebemos que a narrativa é construída de atitudes que evoluem até os momentos cruciais de confronto direto.

A resistência em *Solitária* é muito mais, entretanto, do que atitudes/ações. É possível perceber que ela é desenvolvida conforme as percepções das personagens, bem como sua consciência de que estão em uma cadeia de relações de poder, que são materializadas através, sobretudo, dos espaços diminutos, como demonstrado ao longo das seções: é o quartinho, o banheirinho, o espacinho. A relação de tamanho entre os ambientes ocupados pelas protagonistas e aqueles usufruídos por seus patrões é, também, uma resistência; por meio da linguagem literária, Eliana Alves Cruz denuncia e expõe de que maneira as divergências e os frutos da colonialidade são encontrados no cotidiano, que inclui o mercado de trabalho.

Por fim, aliadas às percepções das personagens, estão suas relações interpessoais que, principalmente entre mãe e filha, trouxeram o desconforto necessário para a tomada de decisões, um empoderamento coletivo (Berth, 2019). Promovendo a articulação entre teorias decoloniais e crítica literária, o presente artigo destrinchou os comportamentos e relações das personagens d. Eunice e Mabel, acompanhando o desenvolvimento de suas narrativas e suas jornadas rumo à emancipação. Rumo ao seu próprio espaço, que não seja diminuto e que “tem o cheiro da nossa própria vida” (Cruz, 2022, p. 147).

Referências

BENTO, Cida. *Pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BERTH, Joice. *Empoderamento*. São Paulo: Pólen, 2019.

CASTRO, Susana de. Condescendência: estratégia pater-colonial de poder. In.: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 140-153.

CRUZ, Eliana Alves. *Solitária*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In.: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 53-83.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. In.: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 259-264.

VERGÊS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu, 2019.

Recebido em 10/03/2024.

Aceito em 11/07/2024.

RETRATOS DO AMOR ERÓTICO NA LÍRICA DE ELISA LUCINDA: UMA LEITURA DE “EL DESEO, A LIRA DOS AMANTES”

PICTURES OF EROTIC LOVE IN THE ELISA LUCINDA'S LYRICS: A READING OF “EL DESEO, A LIRA DOS AMANTES”

RESUMO

Elisa Lucinda é uma poetisa, atriz e performista capixaba com vasta produção lírica, de modo que grande parte de seus poemas está condensada na antologia *Vozes Guardadas*, publicada pela Editora Record, em 2016. Uma proposta que perpassa boa parte dos textos lucindianos é justamente um direcionamento que nos diz de uma voz lírica que clama e conclama vozes femininas demarcadamente negras, de forma que entendemos que este é também um projeto estético da autora, já que ela própria é bastante atuante na luta contra o sistema de opressão perpetrado a partir dos paradigmas da colonização/colonialidade e da masculinidade. Dessa maneira, o objetivo principal deste trabalho é refletir sobre o amor como uma forma de pulsão erótica na seção de poemas “El deseo, a lira dos amantes”, da antologia de Lucinda, compreendendo essas vozes como constitutivas das forças da decolonização. Nesta seção em especial, existe um tema que perpassa quase todos os poemas, que é justamente o jogo e/ou a relação erótica entre a sujeita lírica e seu interlocutor, de modo que esta relação pode ser entendida também como uma manifestação plena da subjetividade dessa mulher (voz lírica). Nos textos em questão, podemos vislumbrar um corpo feminino negro que se configura como instrumento de realização erótica, de forma que o erotismo presente na lírica lucindiana vai de encontro à ideia de corpo negro objetificado e estereotipado. Nossa pesquisa se ampara nas reflexões de Lorde (2021), hooks (2010), Evaristo (2005), entre outros.

Palavras-chave: Erotismo. Elisa Lucinda. Poesia negra brasileira.

ABSTRACT

Elisa Lucinda is a poet, actress, and performer from Espírito Santo with a vast lyrical production, so much so that a large part of her poems is condensed in the anthology *Vozes Guardadas*, published by Editora Record in 2016. A recurring theme in many of Lucinda's texts is a direction that speaks of a lyrical voice that shout (and invoke) distinctly black female voices, making it clear that this is also an aesthetic project of the author, as she herself is very active in the fight against the system of oppression perpetrated by the paradigms of colonization/coloniality and masculinity. Thus, the main objective of this work is to reflect on love as a form of erotic drive in the section of poems “El deseo, a lira dos amantes”, from Lucinda's anthology, understanding these voices as constitutive forces of decolonization. In this particular section, there

Yago Viegas da Silva

Mestre e Doutorando em Letras (PPGL/UFPB). E-mail: yagoviegas.ufpb1@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-9487-5763>

is a theme that permeates almost all the poems, which is precisely the game and/or erotic relationship between the lyrical subject and their interlocutor, in such a way that this relationship can also be understood as a full manifestation of the subjectivity of this woman (lyrical voice). In the texts in question, we can glimpse a Black female body that is configured as an instrument of erotic realization, so that the eroticism present in Lucinda's lyrics goes against the idea of an objectified and stereotyped Black body. Our research is based on the reflections of Lorde (2021), Hooks (2010), Evaristo (2005), among others.

Keywords: Eroticism. Elisa Lucinda. Black Brazilian poetry.

Introdução

A poesia negra do nosso tempo mobiliza uma série de sentidos que nos ajudam a pensá-la como um espaço importante de visibilidade e representação do que sempre foi alvo dos mais excludentes e violentos processos de apagamento: sua ancestralidade, suas crenças, seus saberes. Nesse sentido, essa poesia (re)age como uma força que vai na contramão da política colonial branca, ao instaurar possibilidades de vivências que não estejam limitados ao paradigma da dor.

Conscientizar-se acerca da potência da poesia negra hoje é, talvez, a chave para entender o poder que emana dela. Esse poder nos faculta uma tomada de consciência no que tange ao reconhecimento da face política e humana que advém dos seus textos, que carregam, mesmo em face de propostas mais centradas nas pulsões emocionais, a desconstrução de diversos paradigmas impostos sobre seus corpos, focalizando na liberdade como método de luta anticolonial.

Se, por um lado, é urgente pensarmos nas diversas formas de manifestação provenientes da poesia de autoria negra no contexto brasileiro, por outro, é possível perceber uma certa limitação por parte da crítica literária no que diz respeito ao reconhecimento de quais formas são essas, como elas ocorrem e que forças remodeladoras elas estão realizando. Nesse sentido, em meio à pluralidade de vozes poéticas de escritores negros e de escritoras negras, nos deparamos com uma literatura feita a partir de lugares de fala que conversam com a diversidade e com a coletividade, de forma que as suas vozes se configuram como a voz de muitos(as).

É o caso, por exemplo, de Elisa Lucinda, poeta capixaba nascida em 1962 e que publicou em 2016 a antologia *Vozes Guardadas* pela Editora Record. Dividida em duas grandes seções, essa antologia nos presenteia com uma série quase interminável de poemas que perpassam diversos temas e vão nos apresentando propostas de intervenção no mundo e interlocução com outros indivíduos, sobre os quais a voz lírica apoia sentimentos, conhecimentos, desejos etc.

Vozes Guardadas, como o próprio título sugere, é uma obra na qual a materialidade da voz (não apenas da possibilidade fonética realizada, mas da voz enquanto matéria do pensar e sentir; voz como existência) está em voga desde o título. A voz, nesse sentido,

é o instrumento sobre o qual a lírica lucindiana se apoiará, e mais, a voz aparece como possibilidade de reescrita de aspectos históricos e culturais relacionados à população negra, especialmente à feminina. A voz, portanto, na sua forma plural, convoca todas as mulheres com as quais a poesia de Elisa conversa, com destaque para as mulheres negras que foram e, de certa forma, ainda são objeto de políticas de apagamento resultantes dos projetos da colonização e da colonialidade, aqui entendida como uma metodologia sistemática política, histórica e cultural que prega a superioridade de um grupo (branco, heterossexual, europeu) sobre outros.

Dessa forma, os aspectos da colonialidade sobre o qual apoiamos nossa concepção está de acordo com Grosfoguel (2007), quando a reflete:

[...] Colonialidade permite-nos compreender a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais, produzidas por culturas e estruturas coloniais no sistema-mundo capitalista/moderno/colonial/patriarcal. “Colonialidade do poder” se refere a um processo de estruturação crucial no sistema-mundo moderno/colonial que articula regiões periféricas na divisão internacional do trabalho com a hierarquia racial/étnica (Grosfoguel, 2007, p. 219).

Para o autor, a colonialidade, tal qual vemos hoje, é uma herança que se estabelece principalmente a partir da hierarquização de marcadores como raça, gênero, etnia e lugar. Nesse sentido, o erotismo lucindiano, como uma força que se contrapõe à colonialidade, funciona como um método de operar, pela linguagem, uma política que pode desestabilizar a herança colonial que explorou os negros como forma de geração de capital. Ao fazê-lo, a colonização reduziu os corpos negros à condição de objeto, sendo as mulheres negras as mais penalizadas nesse sentido. Quando desestabiliza, a poesia da poetisa capixaba, que é também mulher negra, combate o projeto da colonialidade, lançando outros olhares e afetos para os corpos e as vidas das mulheres negras no mundo.

Nesse ínterim, a intenção da poesia negra de autoria feminina estabelece uma relação de luta contra as colonialidades ainda existentes. Ela pode significar uma estratégia de (re)existência porque não busca apenas resistir às imposições, mas também elaborar novas formas de existência, de maneira que estas são opostas àquelas pensadas a partir da lógica colonial, que é essencialmente exploratória, genocida, discriminatória e preconceituosa.

Ademais, é necessário situar de maneira mais precisa a poesia de Elisa Lucinda como uma força lírica expoente no Brasil. Essa lírica, em seu projeto/vontade de “falar” as *Vozes Guardadas*, vai nos apresentando imagens-símbolo caros tanto à poesia de autoria negra e feminina quanto às sujeitas que se colocam no centro dessa realização poética: as mulheres pretas.

Entre essas imagens de força, destacamos o erotismo como um tema que atravessa boa parte dos textos da antologia em análise. O erótico na poesia de Elisa

Lucinda opera de várias maneiras: ora ele é mais sutil e aparece através de um diálogo amoroso, ora ele vem através da memória da sujeita lírica que vislumbra lembranças de um passado distante ou recente e sobre o qual chega a sentir no próprio corpo a pulsão do prazer, ora ele aparece escandalizado através da marcação gráfica e semântica que nos leva a conhecer um ato erótico-sexual em sua realização, entre outros modos.

O aspecto sobre o qual nos debruçamos é, portanto, o do erotismo como força remodeladora e transformadora tanto da vida dessas mulheres quanto da poesia que se propõem a fazer; uma poesia centrada na descaracterização desses corpos negros femininos como imagens da beleza rebelde ou do pecado; pelo contrário, o erotismo para o qual a lírica de Lucinda se volta, por exemplo, é aquele que dá à mulher negra a plena realização dos seus desejos.

O erotismo como pulsão de vida para mulheres negras

Em nosso propósito de refletir sobre o erotismo como força geradora e remodeladora da realidade sobre os corpos das mulheres negras a partir da ótica da poesia de Elisa Lucinda, nos voltamos às ideias de Audre Lorde (2021). A estudiosa estadunidense, ao discorrer sobre as práticas coloniais engendradas sobre os corpos de mulheres negras como uma maneira de silenciamento das forças interiores, afirma:

O erótico é um recurso intrínseco a cada uma de nós, localizado em um plano profundamente feminino e espiritual, e que tem firmes raízes no poder de nossos sentimentos reprimidos e desconsiderados. Para se perpetuar, toda opressão precisa corromper ou deturpar as várias fontes de poder na cultura do oprimido que podem fornecer a energia necessária à mudança. No caso das mulheres negras, isso significou a supressão do erótico como fonte considerável de poder e de informação ao longo de nossas vidas. (Lorde, 2021, p. 67).

Concordamos com Lorde, ao mesmo tempo em que conclamamos a poesia lucindiana como força dismanteladora dessas políticas de opressão e silenciamento. De acordo com a pensadora citada, o erótico é um aspecto natural da vida das mulheres e, portanto, das mulheres pretas, alocado em um local tão profundo e antigo que se funde à própria existência. Esse erotismo, que na ótica da violência colonial branca poderia significar uma força motriz e, portanto, uma possibilidade de resistência, fora reprimido com violências ao ponto de naturalizar-se a ideia de que ele era perigoso ou inexistente, o que justificaria o uso da metáfora “da cor do pecado” associado a esses corpos. O processo de objetificação, nesse sentido, funciona como uma política de morte da subjetividade, à medida em que apaga/anula a possibilidade da experiência erótica, que é também experiência de vida.

A anulação da experiência erótica nos corpos das mulheres pretas significou, durante muito tempo, a ideia de que esses corpos eram indignos ou impossíveis de serem amados, conforme reflete hooks:

O sistema escravocrata e as divisões raciais criaram condições muito difíceis para que os negros nutrissem seu crescimento espiritual. Falo de condições difíceis, não impossíveis. Mas precisamos reconhecer que a opressão e a exploração distorcem e impedem a nossa capacidade de amar. (hooks, 2010).

A ideia defendida por hooks dialoga com a proposição de Lorde no que diz respeito à supressão da pulsão erótica como força de vida. Ao anular essa pulsão, o sistema escravista, essencialmente branco, colonial, cristão e machista, objetifica os corpos negros e impossibilita a realização tanto do amor-próprio, como se essas mulheres fossem incapazes de se amarem, como do amor recíproco, pois se sentem também impossibilitadas de serem amadas.

Para que o sistema colonial branco funcione perfeitamente, toda a força capaz de gerar conflitos com o opressor deve ser violentamente reprimida. Em relação aos corpos negros masculinos, a ideia de que eram incapazes de raciocinar logicamente fora, durante muito tempo, apontada por eugenistas que defendiam a superioridade dos brancos. No que diz respeito aos corpos negros femininos, contudo, essa supressão e opressão foram ainda mais violentas, pois pretendiam, na medida em que desconsideravam também a questão lógica do pensamento, anular a possibilidade do desejo, do amor e das subjetividades, reduzindo-os a objetos para uso e descarte dos brancos.

Desmantelar as políticas de morte e silenciamento organizadas sobre os corpos das mulheres negras, ouvir as *Vozes Guardadas* dessas mulheres, marcando os seus lugares como sujeitas que pensam e sentem é, pois, uma das propostas reformuladoras da realidade que reconhecemos na literatura de autoria negra feminina. Já sistematizar esse dismantelo, transformando-o numa política arrebatadora, que atinja os mais excludentes espaços para as mulheres negras, é uma prática encabeçada também pelas poetisas pretas. Considerando, no entanto, a busca por uma manifestação da subjetividade e do sentir que extrapola as correntes do machismo branco, reconhecemos que a poesia orquestrada por Elisa Lucinda convoca sentidos que nos fornecem uma comunhão de forças para assistir à reconfiguração do mundo através da poesia e, acima de tudo, participar dela.

Nesses termos, pensamos a poesia lucindiana como uma estratégia também de descaracterização do paradigma da dor. Essa descaracterização, contudo, não é de natureza negatória, na verdade, ela é ressignificadora desse paradigma: ao tempo em que considera a dor como uma realidade, provoca uma reelaboração do mundo através da palavra.

Em sua obra intitulada *Dororidade*, Vilma Piedade (2019), reflete:

Quando eu argumentei que Dororidade carrega, no seu significado, a dor provocada em todas as mulheres pelo machismo, destaquei que quando se trata de nós, mulheres pretas, têm um agravo nessa dor, agravo provocado pelo racismo. Racismo que vem da criação branca para manutenção de poder... E o machismo é racista. Aí entra a Raça. E entra Gênero. Entra Classe. Sai a Sororidade e entra a Dororidade (Piedade, 2019, p. 46).

É interessante considerar que Piedade, estudiosa e também mulher negra, está se referindo à Dororidade como um aspecto da vida que atravessa as experiências comuns às mulheres pretas. A readequação conceitual da sororidade (solidariedade entre as mulheres) feita pela Dororidade representa um movimento que está para muito além dessa solidariedade. Ela objetiva representar uma realidade que marca especificamente a vida das mulheres negras, seja referente às condições de gênero e classe, seja relativa às raízes históricas do racismo, que ainda é sentido de maneira forte na vida de todas essas mulheres.

Nesse sentido, a tese defendida pela pensadora dá conta também de chamar a atenção para o fato de que o paradigma da dor não deve imperar na existência das mulheres pretas. Assim, a Dororidade afirma, em diálogo com os feminismos negros e decoloniais, a possibilidade da existência de um feminismo que se conscientiza também das questões de gênero e raça que atingem as mulheres negras, de modo que, ao elaborar o mundo a partir de uma ótica que não considera apenas as questões de gênero, instaura uma política que reconhece a importância da intersecção das questões de raça, classe e gênero associadas à existência dessas mulheres.

Consideramos, portanto, a Dororidade um conceito fundamental para entendermos a quebra da lógica colonial branca rumo a uma realidade na qual as subjetividades das mulheres pretas desestabilizam as políticas de morte e silenciamento. Essa desestabilização age também como uma rebeldia contra os sistemas que impõem o sofrimento, reestabelecendo as faculdades humanas às pessoas que outrora foram objetificadas.

O sofrimento, portanto, pode dar espaço a novas realidades. bell hooks nos diz:

Quando nós, mulheres negras, experimentamos a força transformadora do amor em nossas vidas, assumimos atitudes capazes de alterar completamente as estruturas sociais existentes. [...] Quando conhecemos o amor, quando amamos, é possível enxergar o passado com outros olhos; é possível transformar o presente e sonhar o futuro. Esse é o poder do amor. O amor cura (hooks, 2010).

Desse modo, a fala da pensadora, a partir da própria experiência e da coletividade, denota a transformação de uma realidade de sofrimento e abnegação em uma realidade que experiencia o amor como ação poderosa. O amor, nesse sentido, é a força através

da qual as mulheres negras apoiam sua vida e sentem-se capazes de se amarem e de serem amadas.

Enquanto cura, como afirma hooks (2010), o amor estabelece uma nova ordem que supera a desordem estabelecida sobre o corpo negro feminino, revoga as dores, sem as esquecer, e manifesta o sentido da força que é amar e ser amada. Esses corpos, antes símbolo do pecado da carne, reelaboram o mundo e invocam o direito à subjetividade e a tudo aquilo que se liga a ela: o sexo, a solidude, o gozo e a própria vida.

Retratos eróticos em “El deso, a lira dos amantes”

O erotismo em Elisa Lucinda opera de várias formas. Mais camuflado ou mais escancarado, ele está sempre representando a existência de uma sujeita que evoca a memória ou a imagem do prazer como elemento fundamental da sua subjetividade.

A experiência do/com o corpo é resultado de uma vida experienciada e na qual a *práxis* assume também a sua função de aspecto identitário da pessoa. Diferentemente da lógica cartesiana, na qual a identidade é fruto apenas da psique (Dussel, 2016), na lírica lucindiana, em *Vozes Guardadas*, é possível vislumbrar uma experiência corporal que tem fortes influências sobre a formação da identidade da mulher negra.

Em “Precious memory of the body”, por exemplo, a corporeidade estabelece uma relação de dependência sublime com a memória erótica, que, muito embora aconteça na *psiquê*, pode ser sentida na pele também:

Quando penso em você
é no corpo que a coisa dá.
Alarma-se.
Vem de dentro um impulso
de sensação sensacional,
vem por dentro das pernas,
vem por dentro delas, entre elas, eu acho.
Ou virá dos países baixos?

Penso em você,
e na mesma hora de repente,
responde aqui no baixo ventre
um gostoso igual, mas diferente,
nesta base,
como se você estivesse aqui,
quase.

É um processo isso.
Uma viagem.
Uma experiência de, pela memória
acessar o gozo outra vez, reprise.
Gostoso e repetido.

Chama-se orgasmo evocativo.
(Lucinda, 2016, p. 485)

O poema, cujo título poderia ser traduzido para o português como “Preciosas memórias do corpo”, é composto por vinte e um versos, alocados em três estrofes. Já no título sugere-se a relação harmoniosa entre o corpo e a alma (memória), de modo que um elemento não se sobrepõe ao outro.

Nos dois primeiros versos da primeira estrofe, é possível verificar uma voz lírica que diz: “quando penso em você / é no corpo que a coisa dá”. Essa coisa, inicialmente inominada, é apresentada nos versos subsequentes, quando percebemos que a voz lírica está falando de uma memória erótica cujo interlocutor está deslocado tanto no tempo quanto no espaço. Este deslocamento espaço-temporal relacionado ao erotismo é, sem dúvida, outro tema recorrente na lírica de Lucinda.

À nossa leitura interessa, pois, a maneira como este erotismo diz do lugar de uma mulher negra que chama seu homem a partir da rememoração e como, ao fazê-lo, sente novamente, e quantas vezes mais o fizer, mais sentirá, como é possível verificar na terceira estrofe, as sensações do amor-sexo no corpo.

O corpo, instrumento do desejo, *locus* do prazer, não é submisso à memória. Pelo contrário, ele é o espaço vital onde a memória tanto se deposita quanto materializa-se para fazer com que essa voz, mesmo distante e aparentemente sozinha, tenha novas experiências amorosas/eróticas e se construa subjetivamente como mulher que ama e é amada.

Há, ainda na primeira estrofe, a partir do terceiro verso, a elaboração quase imagética de como esse frenesi erótico acontece: imediatamente após lembrar-se, o corpo alarma-se, como um despertar súbito, e a “sensação sensacional”¹ emerge do meio das penas: “vem por dentro das pernas, / vem por dentro delas, entre elas, eu acho. / Ou virá dos países baixos?”. Parece-nos, a princípio, que há um distanciamento entre a cabeça, até como se fosse a cabeça do poema, nos dois primeiros versos, e o corpo, exatamente as partes mais baixas, que poderiam ser uma referência direta à vagina, já que a eu lírica opta pelo uso do termo “países baixos”. Contudo, o poema está falando de um movimento de encontro entre a memória (de cima) e o desejo que surge dos símbolos sexuais do corpo (de baixo), a fim de tornar a experiência sensorial do erotismo mais vívida, como é possível verificar na segunda estrofe.

A partir do nono verso, já na segunda estrofe, a voz lírica recupera os sentidos da relação entre memória e corpo que inicia na estrofe anterior. Ela diz que, ao pensar, imediatamente o ventre responde e a memória passa a ser tão eficaz como recurso de vida que chega a ser uma metáfora do próprio ato, como se esse interlocutor amado estivesse ali também, ou quase isso, já que a memória do prazer não corresponderá completamente ao ato em si.

Esta mesma estrofe aponta para a individualidade, do ponto de vista material, desse corpo na plena realização erótico-amorosa. É interessante como a voz lírica diz

¹ Interessante a recorrência ao fonema da consoante S, que remete ao sussurro e à proximidade desse “sensacional” também como “sensorial”.

no verso doze, “um gostoso igual, mas diferente”, e podemos pensar: diferente por quê? Certamente porque há um outro jogo em voga, que está para muito além do jogo entre essa voz lírica e seu objeto de desejo. O jogo, agora outro, é o da memória e do corpo. É tão gostoso quando o prazer em si, o que pode justificar o uso dos adjetivos “igual” e diferente” (verso doze).

O amor é, portanto, o mote semântico do poema. O jogo de sedução, que já não acontece no campo da realidade factual, torna-se possível a partir da realidade da memória. O jogo intenso e vívido entre os corpos nos aponta para esses mesmos corpos libertos da dor:

[...] o amor é intensidade; não nos presenteia com a eternidade, mas com a vivacidade, esse minuto no qual se entreabrem as portas do tempo e do espaço – aqui é mais além e agora é sempre. No amor tudo é dois e tudo tende a ser um. (Paz, 1994, p. 117-118).

De acordo com o autor e em conformidade com o que há no poema, é pelo amor (*eros*) que esse momento de rememoração transforma a vida da sujeita lírica. O amor, desse modo, é o fogo que acende a chama da memória, de modo que é através dele que essa união, mesmo onírica, é possível. Esse onirismo, que possibilita a re-existência do desejo e do prazer, é também a comunhão desses corpos em um instante que é “além, agora e sempre”, como afirma o autor. Assim, considerando o poder da memória e a materialização quase plena do prazer a partir da lembrança, concluímos que essa eternidade soa também como a vivacidade. O eterno, nesse sentido, não é aquilo que não tem fim, mas aquilo que é poderoso e simbólico mesmo diante do deslocamento existente entre esses corpos que se desejam e se têm.

A terceira e última estrofe do poema, composta por seis versos, encerra o sentido dessa rememoração e sua importância no confidente jogo de sedução entre o corpo e a alma no seu desejo referente ao homem amado. Como diz a voz lírica: tudo isso é um processo. É, ao mesmo tempo, processo e viagem, o que torna ainda mais potente o deslocamento, pois a própria voz lírica sai desse lugar inerte e vai, através da memória e em função do desejo, a outros lugares.

Viajar, nessa perspectiva, funciona também como experiência palpável do desejo, pois o resultado dessa viagem, como seria o do sexo, é o gozo (verso vinte e um). Dessa forma, o poema tem um sentido cíclico e movimentos que se interligam: a relação da memória com as sensações do corpo, a relação de causa e consequência entre essa memória e a imediata fluência corporal, o quase arrebatamento do espaço e do tempo, de modo que a voz lírica viaja por outros lugares e, finalmente, o “orgasmo evocativo” como resultado do processo.

Esse aspecto cíclico, como a sujeita lírica marca quando fala em acessar o gozo outra vez, repetido, gostoso, se confunde com o próprio movimento sexual. A poesia de Elisa Lucinda joga com esses sentidos à medida em que confunde, ou melhor, funde a função memorialística com a função motora, ou seja, o pensamento e a ação são praticamente uma coisa só.

Evocar, como aparece no último verso do poema, é a ação de chamar. No caso de “Precious memory of the body”, a voz lírica evoca o gozo tal como as mulheres negras reivindicam-no. A esse respeito, Luiz Silva Cuti reflete:

A vertente erótica da literatura negro-brasileira tem gerado textos que rompem com a conotação de sofrimento atribuída ao corpo negro e de objeto de uso do branco. O erotismo surge para libertar do flagelo o corpo aprisionado pela ideologia racista que, por meio da imagem que dele promove, o mantém preso ao pelourinho. (Cuti, 2010, p. 90).

Nesse sentido, possível vislumbrar que manifestações do pensar, sentir e agir a poesia de autoria negra feminina brasileira tem construído. As formas de opressão às mulheres negras têm sido substituídas por uma confluência de desejos e uma pluralidade de identidades como nunca tínhamos visto.

Elisa Lucinda, quando afirma na sua poesia uma relação do pensar o gozo e senti-lo num processo que funciona também como um ato erótico, reestabelece uma nova ordem poética: a mulher negra que escreve sobre coisas que mulheres negras sentem também, mas que não é só isso. É muito mais abrangente do que uma perspectiva estética, como estamos acostumados a partir das leituras historiográficas; é, portanto, uma poesia que chama a atenção para o gozo como elemento pontual da vida, mas que é na vida que tudo se torna possível.

Em “Pensamento, pátio da liberdade”, o erotismo está também ligado ao pensamento e aparece mais escancarado:

No meio da reunião
planilhas orçamentos
documentos prazos contratos sobre a mesa...

E surge-me tua boca.
Macia. Gostosa. Cantante.
Surgira? Ou ancorei-me nela para partir desta sala executiva
rumo ao paraíso certo dos teus beijos?

Ó meu desejo,
Derramo a memória de nós sobre os homens desanimadores
que presidem as reuniões ornadas de pura burocracia.

Pois o que eu queria
era deitar pelada na referida mesa agora,
à espera do teu pau em mim.
Dadivosa,
entregue,
fonte,
cachoeira,

soberana,
sobre a tábua firme de madeira,
espantando conservadores do local

Que beleza!
Que reunião que nada...
Nada mal, já vem vindo teu pau!
(Lucinda, 2016, p. 488)

O poema, composto por vinte e três versos organizados em cinco estrofes, nos apresenta uma típica cena dos ambientes capitalistas: uma sala de reuniões, espaço no qual o que prevalece é a organização e a objetividade. A lírica começa a ganhar vida quando a voz lírica, a qual imaginamos ser uma mulher, dados os usos das caracterizações femininas na terceira estrofe, começa a acessar, através do pensamento, um interlocutor sobre o qual tece uma série de proposições eróticas.

Na primeira estrofe, há um recurso bastante interessante, que é a presença da figura de enumeração, geralmente marcada pelo uso das vírgulas, mas que, nesse caso, a poetisa optou por suprimi-las. Essa supressão faz com que a leitura dos elementos enumerados ocorra sem nenhuma pausa, o que pode apontar para uma percepção quase frenética da voz lírica neste espaço: ela vê tudo e discorre sobre esses objetos como quem observa um trem passando rapidamente, como ocorre no clássico “Poema sem sete faces”, de Drummond de Andrade.

Na segunda estrofe, a partir do verso quatro, a sujeita lírica invoca o primeiro símbolo erótico do desejado: a boca. Agora, em oposição do que ocorrera nos dois primeiros versos, nos quais o rápido movimento impossibilita uma descrição mais minuciosa do ambiente, a cena é paralisada e essa boca é cautelosamente adjetivada: “Macia. Gostosa. Cantante.” Esses adjetivos colaboram para a intensificação da importância desse interlocutor. Não são, portanto, classificações ao acaso, pelo contrário, são bastante importantes para conhecermos quem é esse homem.

A terceira estrofe recupera novamente a importância da memória na constituição dessa cena, pois há uma espécie de desvinculação entre a realidade palpável, que é a da reunião, da mesa cheia de documentos, etc, e a realidade desejada, a da realização erótica, do homem de boca macia e, evidentemente, da possibilidade do beijo, como aparece nos últimos versos da estrofe três.

A partir da estrofe quatro, conjugando os sentidos desse homem sobre a qual a sujeita lírica deposita a memória-desejo, aparece transfigurado um outro objeto: a mesa. Na narração poética primeira, essa mesa era o símbolo da fadiga da reunião. Sobre ela depositavam-se os documentos enfadonhos, a burocracia. Agora, essa mesa é também um arquétipo da possibilidade do prazer, como se diz nos versos onze a treze: “Pois o que eu queria / era deitar pelada na referida mesa agora, / à espera de teu pau em mim”.

A marcação gráfica “teu pau” escancara a liturgia poética e fornece uma informação ainda mais poderosa acerca desse grande desejo: pensar é necessário,

sentir também e falar é urgente. A imagem da relação sexual dos dois sobre a mesa é um verdadeiro fetiche da voz lírica. Ela quer sair desse ambiente de conservadores (verso 20), espantá-los e, ao mesmo tempo, aproveitar essa dita mesa para possuir e ser possuída por seu homem e pelo pau dele.

Como afirmamos anteriormente, a linha entre a possibilidade e a realidade é muito tênue na lírica de Elisa Lucinda. Em “Pensamento, pátio da liberdade!”, a última estrofe funciona como esse limiar entre o pensar ter e o ter de fato.

Composta por apenas três versos, que se iniciam com uma interjeição (“que beleza”, verso vinte e um), a voz lírica escancara o desejo, nega de vez a reunião em “que reunião que nada...” (verso vinte e dois) e encerra dizendo: “nada mal, já vem vindo teu pau!”. Ficamos, portanto, pensando se esse “já vem vindo” é uma referência à vontade de ser colocada na mesa (estrofe quatro) ou uma previsão de algo que está para acontecer de fato.

As adjetivações são importantes para a poesia lucindiana à medida em que nos oferecem muitas informações sobre os sujeitos envolvidos na dança erótica. Esse erotismo, como defendido, pode variar de várias formas, até mesmo dentro do mesmo poema, mas no texto em questão encontramos um erótico mais pornográfico, escancarado, que busca não apenas o gozo, mas também o sexo em si. Ao adjetivar-se, na estrofe quatro, quando a sujeita lírica diz: dadivosa, entregue, fonte, cachoeira, soberana, há a metamorfose dessa mulher, que passa de uma pessoa dos negócios inserida numa reunião cheia de burocracias a uma oferenda colocada, ou melhor, que se colocou, sobre a mesa e que quer ser possuída, consumida, comida.

Dessa forma, verificamos que Elisa Lucinda elabora uma poesia que, ao reelaborar a linguagem e o mundo, reconhece que as mulheres pretas são, também, musas, como afirma Conceição Evaristo:

Percebe-se que na literatura brasileira a mulher negra não aparece como musa ou heroína romântica, aliás, representação nem sempre relevante para as mulheres brancas em geral. A representação literária da mulher negra, ainda ancorada em imagens de seu passado escravo, de corpo-procriação e/ou corpo-objeto de prazer do macho senhor, não desenha para ela a imagem de mulher-mãe, perfil desenhado para as mulheres brancas em geral (Evaristo, 2005, p. 2).

Essa mulher possuída sobre a mesa do escritório ou aquela mulher que pensa e sente a pulsão erótica emergir do seu ventre são, portanto, personagens de uma história que propõe também uma reformulação do olhar que a literatura lançou às mulheres negras. Elas saem do fundo das casas senhoriais, das cozinhas e das periferias e assumem papéis nos quais reconfiguram a realidade, reivindicando políticas de vida, pautadas na alegria, no prazer, no gozo.

Além disso, reconhecemos que a proposição de Conceição Evaristo acerca dos corpos negros femininos como objetos de prazer dos homens brancos é uma reflexão

que nos ajuda a pensar na transfiguração que esses corpos têm vivido. No poema “Pensamento, pátio da liberdade!”, por exemplo, verificamos uma sujeita lírica que pensa com o corpo a possibilidade de uma transa que também simboliza uma liberdade sonhada. Em ambos os casos, o corpo dessa sujeita é o instrumento que vivencia o desejo e reivindica o direito ao amor.

Considerações finais

Reconhecer a potência poético-política da produção literária de Elisa Lucinda nos é útil de várias formas: primeiro, temos contato com uma mulher preta brasileira envolvida em políticas de reafirmação de tantas outras pessoas no mundo; segundo, reconhecemos o quão sugestiva e generosa é a lírica de Lucinda, que grita e sussurra ao mesmo tempo, que escancara e também degenera um passado de abnegações; terceiro porque, enquanto faz poesia como arte, faz também um movimento que a alavanca como uma das mais importantes poetisas brasileiras, de modo que sua poesia conversa com a vida e sobre a vida.

Assim, ao investigarmos a confluência de vozes que há em *Vozes Guardadas*, bem como na seção sobre a qual este trabalho se volta de maneira mais específica, localizamos uma poesia comprometida com uma proposta de reconfiguração do mundo a partir da linguagem poética. Nesse sentido, consideramos que o erótico em Elisa Lucinda está fortemente associado a uma política de voz que pluraliza as possibilidades da existência das mulheres negras ao mesmo tempo em que nega e combate as políticas de silêncio e violência.

Desse modo, pensamos que o erótico como possibilidade de marcar o lugar dos corpos das mulheres negras no mundo instaura um trabalho com a palavra que certamente não se limita à semântica lírica. Na verdade, esse erotismo é também um retrato de um movimento pensado e executado pelas mulheres negras como uma revolução que visa reordenar a ordem naturalizada, na qual as mulheres negras estão na base de uma pirâmide que as coloca abaixo dos homens negros, mulheres brancas e homens brancos.

Nesse ínterim, verbalizar a partir do erotismo é representativo também de reelaboração da linguagem que prefixa ações necessárias e que conferem à poesia e à vida das mulheres negras o direito ao sentir, viver e saber: (re)fazer, (re)dizer, (re)existir, (re)clamar, (re)estruturar, (re)significar, (re)sentir, entre tantos outros. Assim, o erótico lucindiano pensa a lógica do corpo como elemento constitutivo tanto da carne quanto da psiquê. Ele (o erotismo) circunscreve a experiência dessas mulheres, instaurando os lugares delas no mundo e nos outros, mas não se resume a isto: ao passo em que denota uma experiência pessoal no campo da realidade ou da possibilidade onírica, o erotismo poético conclama também as vozes caladas e guardadas de tantas outras mulheres negras.

Nessa perspectiva, concluímos que é impossível analisarmos criticamente a poesia de uma autoria como esta e não buscarmos subsídios imediatos para compreendê-la como um dos grandes nomes da poesia negra no Brasil e de abraçarmos essa produção como um expoente e eficaz para dismantelar as políticas de morte e silêncio que se colocaram, inclusive, sobre a poesia de mulheres negras.

Portanto, consideramos que Elisa Lucinda é, entre outras escritoras, como Conceição Evaristo e Miriam Alves, um dos grandes nomes da lírica nacional, de modo que o erotismo presente na sua poesia está posto como exemplo da vida que emana dos corpos das mulheres negras. Conhecer e reconhecer esse erótico que pulsa no texto como pulsa nos corpos de todas as mulheres negras vivas, bem como na memória das que já se encantaram, pode nos indicar um caminho mais humano, justo e democrático para a construção de um mundo onde a poesia de mulheres negras é lida como experiência de vida e também como arte e desejo.

Referências

BATAILLE, Georges. *O erotismo*. Fernando Scheibe (tradução). Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

CUTI, Luiz Silva. *Literatura negro-brasileira*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

CUTI, Luiz Silva. “O leitor e o texto afro-brasileiro” In: FIQUEIREDO, Maria do Carmo Lana; FONSECA, Maria Nazareth Soares (org). *Poéticas afro-brasileiras*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, Mazza Edições, 2002. p. 19-36.

DUSSEL, Henrique. *Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação*. Revista Sociedade e Estado (Rio de Janeiro), v. 31, n.1, p. 51- 73, 2016.

EVARISTO, Conceição. Gênero e Etnia: uma escre(vivência) de dupla face. In: *Mulheres no Mundo – Etnia, Marginalidade e Diáspora*. Nadilza Martins de Barros Moreira & Liane Schneider (orgs). João Pessoa, UFPB: Idéia/Editora Universitária, 2005.

Evaristo, C. (2009). Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. *Scripta*, 13(25), 17-31. Recuperado de <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/4365> Acesso em 25 maio 2024.

GROSGOUEL, Ramon. The epistemic decolonial turn beyond political-economy paradigms. *Cultural Studies*, v. 21, n. 2-3, Mar./May 2007, p. 211-223.

HOOKS, Bell. *Não sou eu uma mulher*. Mulheres negras e feminismo. 1ª edição 1981. Tradução livre para a Plataforma Gueto. Janeiro, 2014.

HOOKS, Bell. *Vivendo de Amor*. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/vivendo-deamor/> Acesso em 24 jun. 2024

LORDE, Audre. *Irmã outsider*. Tradução de Stephanie Borges. -- 1. ed. -- Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

LUCINDA, Elisa. *Vozes Guardadas*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2016.

PAZ, Octavio. *A dupla chama: amor e erotismo*. São Paulo: Siciliano, 1994

PIEADADE, Vilma. *Dororidade*. São Paulo: Editora Nós, 2019.

Recebido em 05/03/2024.

Aceito em 03/07/2024.

TEACHING GENDER ISSUES: A COMPARATIVE OVERVIEW ON (INEQUALITY IN ACADEMIA IN SOUTHEASTERN EUROPE

ENSINANDO QUESTÕES DE GÊNERO: UMA VISÃO COMPARATIVA DA (DES)IGUALDADE EM MEIO ACADÊMICO NO SUDESTE DA EUROPA

ABSTRACT

This study aims to examine gender issues within the framework of the European Union's primary strategies in its external relations. The European approach, shaped by the multicultural and diverse consortium of member states, emphasizes equality between women and men. It considers factors such as the gender earnings gap in EU countries, job satisfaction, race, immigration, religion, inclusion policies, the feminization of work, work qualifications, and work context. The case studies explore gender topics across various social, political, and religious environments, with a particular focus on former communist countries within the European context. These studies analyze gender misconceptions and prejudices, women's empowerment, and social constructs in academia.

Keywords: Gender Studies. (In)equality. Academia. Southeastern Europe.

RESUMO

Este estudo visa examinar questões de gênero no âmbito das principais estratégias da União Europeia nas suas relações externas. A abordagem europeia, moldada pelo consórcio multicultural e diversificado dos estados-membros, enfatiza a igualdade entre mulheres e homens. Considera fatores como a diferença salarial entre gêneros nos países da UE, a satisfação no trabalho, raça, imigração, religião, políticas de inclusão, a feminização do trabalho, qualificações profissionais e o contexto laboral. Os estudos de caso exploram tópicos de gênero em vários ambientes sociais, políticos e religiosos, com um foco particular nos países ex-comunistas no contexto europeu. Estes estudos analisam equívocos e preconceitos de gênero, o empoderamento das mulheres e as construções sociais na academia.

Palavras-chave: Estudos de Gênero. (Des)igualdade. Academia. Sudeste da Europa.

Ramona Mihaila

Dimitrie Cantemir Christian University, University of Bucharest. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2406-7616>. Email: ramona.mihaila@gmail.com

Isabel Lousada

Investigadora Auxiliar. Universidade Nova de Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Lisbon, PT. ORCID : <https://orcid.org/0000-0002-7652-8544>. Email: iclousada@gmail.com

Gender as a Historical and Social Construct

Initially, gender studies focused primarily on topics related to women, building on the foundation already established by women's studies in many academic environments, which frequently included discussions of feminism. The early emphasis on women's issues and feminist theory provided a crucial platform for addressing the systemic inequalities and societal roles that had historically marginalized women. These discussions were instrumental in challenging patriarchal structures and advocating for gender equality, both within academia and society at large.

Over time, the field of gender studies evolved to encompass a broader range of topics, including queer studies and men's studies. Queer studies emerged as a critical area of inquiry, examining the experiences, histories, and cultures of LGBTQ+ individuals. This expansion was essential in addressing the diverse and intersecting identities that shape people's experiences of gender and sexuality. Queer studies brought to light the complexities of sexual orientation and gender identity, challenging heteronormative and cisnormative assumptions within both academic discourse and society.

Men's studies also became an important facet of gender studies, focusing on the social construction of masculinity and the various pressures and expectations placed on men. This subfield examines how traditional notions of masculinity can be both limiting and harmful, not only to men but to society as a whole. By exploring men's roles in perpetuating and challenging gender norms, men's studies contribute to a more comprehensive understanding of gender dynamics.

Western universities quickly embraced these new areas of study and research with enthusiasm, integrating them into their curricula and expanding their academic offerings. This enthusiasm reflected a growing recognition of the importance of examining gender from multiple perspectives and the value of inclusive and diverse academic inquiry. The establishment of interdisciplinary programs and research centers dedicated to gender, sexuality, and feminist studies became a hallmark of progressive academic institutions in the West.

In contrast, Eastern universities were slower to develop similar programs. The historical, cultural, and political contexts of former Communist countries played a significant role in this disparity. Under Communist regimes, issues related to gender and sexuality were often subsumed under broader discourses of class struggle and economic equality. While Communist ideology promoted the idea of gender equality in the workforce, it often neglected the nuanced and intersectional aspects of gender studies that had gained traction in the West.

Consequently, many universities in former Communist countries still lack undergraduate or graduate programs in gender studies. The legacy of Communist policies, coupled with ongoing economic and political challenges, has hindered the development of comprehensive gender studies programs in these regions. Additionally, social attitudes towards gender and sexuality in some Eastern countries remain

conservative, further complicating efforts to introduce and sustain gender studies as a legitimate and necessary field of academic inquiry.

Despite these challenges, there are emerging efforts in some Eastern universities to establish gender studies programs and foster research in this area. International collaborations, academic exchanges, and the influence of global feminist and LGBTQ+ movements are gradually contributing to a more inclusive and expansive approach to gender studies in these regions. As these efforts continue to grow, there is hope that gender studies will gain greater recognition and support, ultimately enriching the academic landscape and promoting social justice globally.

The field of gender studies encompasses a wide array of subjects, including literature, linguistics, history, psychology, political science, anthropology, law, media, cinema, and the arts. Within these disciplines, topics such as race, human development, ethnicity, social class, inclusion, and disability are examined, often intersecting with categories of gender and sexuality. This interdisciplinary approach allows for a comprehensive exploration of the various dimensions and complexities of gender and sexuality across different contexts and frameworks.

In the book *Gender Politics and Everyday Life in State Socialist Eastern and Central Europe*, editors Shana Penn and Jill Massino, along with the contributors, discuss the state of research on gender issues in the context of Eastern and Central Europe following the collapse of state socialism. They note that although significant research has been conducted on gender and the transition period, there has been comparatively less published in English that focuses specifically on gender politics, policies, and the everyday lives of women and men under state socialism.

The editors and contributors explain this imbalance as somewhat understandable given the initial priority on policy-oriented analysis that concentrated on the effects of the transition on women's civic, economic, and social positions. Despite this rationale, they find it curious that there has not been more research produced on gender and state socialism, especially considering the wealth of documentary and human sources available to scholars since 1989.

Some may argue that the imbalance in research output reflects the perceived illegitimacy of the socialist system. However, the editors emphasize that their conversations with both men and women reveal that socialism has had a significant and lasting impact on how individuals perceive government, the economy, society, and their personal lives. This enduring influence underscores the importance of examining gender dynamics under state socialism to better understand the historical and ongoing effects on people's lives in these regions.

Gender (In)Equality and Women's Empowerment

The 2030 United Nations Agenda for Sustainable Development acknowledges the interconnected and indivisible nature of the 17 Sustainable Development Goals (SDGs).

These goals include: 1. No poverty, 2. Zero hunger, 3. Good health and well-being, 4. Quality education, 5. Gender equality, 6. Clean water and sanitation, 7. Affordable and clean energy, 8. Decent work and economic growth, 9. Industry, innovation, and infrastructure, 10. Reduced inequalities, 11. Sustainable cities and communities, 12. Responsible consumption and production, 13. Climate action, 14. Life below water, 15. Life on land, 16. Peace, justice, and strong institutions, and 17. Partnerships for the goals. These goals and their respective targets are designed to balance the economic, social, and environmental dimensions of sustainable development.

The interconnections between quality education and gender equality serve as a clear example of the integrated nature of these goals. For instance, girls born into impoverished families who are forced into early marriages are more likely to drop out of school, experience early and unintended pregnancies, and face violence compared to girls from wealthier families who marry later (UN Women, 2018). This illustrates how the quality and outcomes of education are both consequences of and influences on gender inequality within society.

UN Women emphasizes that “quality education and gender equality are not only two of the SDGs but are also essential means for realizing the remaining 15 Goals.” Achieving these goals requires addressing educational inclusion and outcomes alongside issues of gender equality, particularly to support those who are most marginalized and left behind.

The 2030 Agenda for Sustainable Development urges countries to employ a comprehensive range of resources, standards, tools, and disaggregated data to monitor progress on the intertwined issues of gender equality and education (UNESCO, 2018). The Global Education Monitoring (GEM) Report 2018 further highlights the extensive interconnectedness of these issues, encompassing gender norms, values, attitudes, legal and policy environments, and other institutional factors. This holistic approach underscores the necessity of addressing gender equality to achieve sustainable development and underscores the critical role of education in this endeavor.

Issues of gender equality must also be examined in close relation to equity, which is a central tenet of the 2030 Agenda for Sustainable Development and is intrinsically linked to fairness and justice. Equity involves ensuring that the education of all learners is deemed equally important and recognizes that inequalities can arise from the education system itself, including its organization, accessibility, learning environment, and methods of teaching and evaluation (UNESCO, 2017). Achieving equity, along with inclusion, requires eliminating barriers for all learners, irrespective of their gender, diversity, social conditions, or opportunities. This should be a focus in all aspects of education sector analysis, policy-making, planning, budgeting, and implementation. By doing so, we can improve educational quality for all learners and enhance gender equality in educational outcomes within society.

Gender equality is realized when “women and men have equal conditions for realizing their human rights and for contributing to, and benefitting from, economic, social, cultural, and political development” (UNESCO, 2017). Therefore, it is essential to evaluate progress towards gender equality both within education and through

education. This evaluation should not only consider gender parity in participation, attainment, and learning outcomes but also focus on equity in social and economic contexts. This includes examining gender norms, institutions, and the entire education system, encompassing laws, policies, practices, environments, and resources (UNESCO, 2019).

This comprehensive approach is encapsulated in the study “From Access to Empowerment: UNESCO’s Strategy for Gender Equality in and through Education (2019-2025),” which is structured around three pillars: better data for informing action; better legal, policy, and planning frameworks for rights; and better-quality learning opportunities. The report investigates multiple issues at the intersection of education and gender equality, functioning as a regional extension of the report “The Intersection of Gender Equality and Education in South-East Europe: A Regional Situation Analysis of the Nexus between SDG4 (Quality Education) and SDG5 (Gender Equality)” (Fuller, 2019).

This approach considers Sustainable Development Goals (SDGs) and targets that are critically interlinked, analyzing the state of gender equality in education. This includes examining gender parity in participation, the quality of learning, and policies that impact the predominantly female teaching workforce. Additionally, it addresses education’s role in tackling other related issues such as social norms, gender-based violence, early and unintended pregnancy, and child marriage. By addressing these interconnected issues, the study aims to provide a comprehensive understanding of how to advance gender equality through education.

The Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD) considers gender equality a core value and strategic priority, as illustrated in its 2023 report, “The OECD’s Contribution to Promoting Gender Equality.” This document reaffirms the OECD’s commitment to advancing policy options that help close gender gaps and ensure that all its analysis, research, and policy advice integrate a gender equality perspective. Achieving gender equality and empowering women and girls are also integral to the commitments made by OECD members to the 2030 Agenda for Sustainable Development.

Despite progress in even the most conservative societies, substantial advancements are still necessary. Gender gaps persist in areas such as education, employment, and public leadership across many OECD member countries. Discriminatory social institutions continue to prevent women from fully benefiting from available opportunities. The current global social context, including the war in Ukraine with its tragic losses among civilians and military personnel, both men and women, as well as immigrants and displaced children, further complicates the pursuit of gender equality. Additionally, the COVID-19 crisis highlighted numerous gender inequalities and gaps, underscoring the need to intensify efforts towards the United Nations’ Women, Peace, and Security agenda.

New threats to gender equality are also emerging, notably in the form of online harassment and gender-based disinformation. The OECD emphasizes that realizing gender equality and removing structural barriers—especially those related

to discrimination and intersecting with other inequalities—remain top priorities. These efforts are seen not only as a matter of basic human rights but also as essential for long-term economic well-being and prosperity. Gender equality is associated with economic growth, stronger democracy, enhanced social cohesion, and increased well-being for all members of society.

To achieve these goals, the OECD is focused on a comprehensive approach that includes developing policy options by accelerating the development of policies to close gender gaps in various sectors; integrating gender perspectives by ensuring all analysis, research, and policy advice incorporate gender equality perspectives; addressing new threats by tackling emerging challenges such as online harassment and gender-based disinformation; enhancing commitments by strengthening the dedication to the UN's Women, Peace, and Security agenda; monitoring progress by continuously assessing the impact of social institutions and global contexts on gender equality. The OECD's commitment to these initiatives highlights the importance of addressing gender inequality not just for the sake of fairness and justice, but also for fostering sustainable economic and social development.

Tanja van der Lippe and Éva Fodor explore whether gender inequality in the labor market increased following the collapse of communist regimes in Eastern Europe (p. 132). Prior to 1988, there was a distinct gender division in the labor market, with women predominantly employed in the service sector and men in industry. The expansion of the service sector has allowed women to leverage their experience and maintain their employment patterns. Conversely, men have notably advanced their positions in sectors related to the burgeoning market economy.

In their comparative analysis of multiple countries, the authors did not identify significant differences in the evolution of gender inequality between 1988 and 1993. Their study utilized data from the survey 'Social Stratification in Eastern Europe after 1989,' conducted in 1993, encompassing Bulgaria, the Czech Republic, Hungary, Poland, Russia, and Slovakia. This comprehensive dataset allowed for a detailed examination of the labor market dynamics in the post-communist period, revealing that the anticipated exacerbation of gender inequality was not uniformly observed across the studied nations.

In *Legal Perspectives of Gender Equality in South East Europe*, editor Veronika Efremova and the contributors examine the principle of equal treatment between women and men, grounded in a robust foundation of legal resources. The discussion is centered on the relevant provisions initially found in the EC Treaty (TEC) and now encapsulated within the Treaty on the Functioning of the European Union (TFEU).

Article 8 of the TFEU articulates the mission of the Union to eliminate inequalities and promote equality between men and women. Article 19 grants the Union the authority to take appropriate actions to combat discrimination based on sex, racial or ethnic origin, religion or belief, disability, age, or sexual orientation. Furthermore, Article 153 empowers the Union to adopt directives aimed at ensuring equality between men and women in terms of labor market opportunities and conditions of work and employment. Article 157 establishes the principle of equal pay and authorizes the Union

to implement measures to ensure the application of equal treatment in employment and occupation, which includes the principle of equal pay for equal work or work of equal value.

The contributors meticulously analyze these provisions, illustrating how they form the legal backbone for promoting gender equality within the European Union. The examination covers the legislative and policy frameworks that the Union employs to address and rectify gender disparities, particularly in the labor market. The text delves into the implications of these articles for member states, exploring how these legal instruments are instrumental in advancing gender equality and providing mechanisms to combat discrimination in various facets of public and professional life. By focusing on these legal perspectives, the work provides a comprehensive overview of the EU's commitment to gender equality and the legal mandates that support this mission.

The much-updated report “SIGI 2023: Global Report. Gender Equality in Times of Crisis” presents the findings of the fifth edition of the OECD Development Centre’s Social Institutions and Gender Index (SIGI). This chapter provides a comprehensive overview of the global results, examining formal and informal laws, social norms, and practices. It highlights significant progress achieved since 2019 and outlines the necessary steps to fulfill Sustainable Development Goal 5 of the 2030 Agenda.

Building on the four dimensions of SIGI’s conceptual framework and adopting a global perspective, the chapter delves into several critical areas: discrimination within the family sphere, thus the report identifies this domain as having the highest levels of discrimination, evidenced by women dedicating 2.6 times more time to unpaid care and domestic work compared to men; violence against women, the report underscores that violence against women remains a pervasive global issue, sustained by social acceptance. In 2023, nearly one in three women has experienced intimate-partner violence at least once in her lifetime, and one in ten has survived it in the past year; economic empowerment of women, the chapter explores how discriminatory laws and restrictive norms of masculinities hinder women’s economic empowerment. The gender gap in labor force participation is 25 percentage points, with men often prioritized over women in the workplace; women’s and girls’ agency in the public sphere, despite progress, the report notes that women’s and girls’ agency in the public sphere remains constrained. In 2023, women constitute 27% of members of parliament, and it is projected that achieving parity in national parliaments will take at least 40 years.

The chapter thus provides a nuanced analysis of these issues, building on SIGI’s conceptual framework to illustrate the complex interplay between social institutions and gender inequality. It emphasizes the importance of addressing both formal laws and informal social norms to promote gender equality. The findings underscore the ongoing challenges and highlight the critical areas where targeted efforts are necessary to achieve the goals set forth in the 2030 Agenda for Sustainable Development.

Challenges on Gender in Higher Education

All individuals, regardless of gender, should possess equal rights to education. However, gender-based violence in schools significantly undermines this right and poses a substantial challenge to achieving gender equality in education. The discourse surrounding gender studies in education encompasses two primary dimensions. The first dimension involves analyzing gender equality and gender relations within the academic environment. The second dimension addresses the obstacles that gender studies as a field has encountered over the more than 30 years following the collapse of communism in the highly conservative regions of southeastern Eastern Europe.

In their study presented at the “Advances in Business-Related Scientific Research Conference” in Rome, 2013, Ana Horvat, Jelena Ruso, Marina Dobrota, and Mladen Djuric explored gender disparities in educational achievement within Southeastern European countries such as Serbia, Romania, Slovenia, Croatia, Bulgaria, and Hungary. The research investigated why female educational performance in some of these nations remains at or below average compared to the overall population. They found that men in these countries generally attain higher levels of education than women, including in tertiary education. By comparing these findings with data from Nordic countries and the United States, the authors concluded that Southeastern Europe continues to exhibit educational trends characterized by gender disparities, which are attributed to enduring traditional gender roles within families, insufficient economic development, and income inequality in these regions.

Fiona Leach, in her report “Practising Gender Analysis in Education,” underscores that the impetus for developing analytical frameworks integrating gender perspectives into planning processes arises primarily from two factors. Firstly, there is recognition that previous policy interventions often overlooked gender considerations, resulting in avoidable costs and failures. This realization necessitated the development of new concepts and tools to ensure greater sensitivity to gender issues. Secondly, there is a need to organize and consolidate insights from feminist scholarship and activism. This systematic approach aims to enhance the visibility of gender-related insights within the planning process, particularly for stakeholders less familiar with gender issues (Leach, p. 18).

Martina Viarengo explores gender disparities in STEM fields, highlighting that these gaps manifest early in secondary schooling and persist throughout the educational journey. Research indicates a diverse array of factors influencing these disparities, with varying effects across countries and over time. Given the complexity and varying magnitudes of these gaps at different educational stages, Viarengo suggests tailored policies and interventions are necessary along the educational trajectory to address them effectively.

According to the *2022 Global Gender Gap Index*, progress towards gender parity remains slow on a global scale. It estimates that at the current rate, it will take approximately 132 years to achieve full parity and close the overall gender gap

worldwide. This sobering statistic underscores the persistent challenges and the need for sustained efforts to advance gender equality across various domains (Global Gender Gap Index, 2022).

Our comprehensive survey, based on the official websites of universities, provides an overview of academic programs offered in Southeastern European countries. The study examines bachelor's and master's degree offerings across various disciplines (refer to Figure 1 and Figure 2).

Figure 1. Gender Studies Programs for Bachelor's

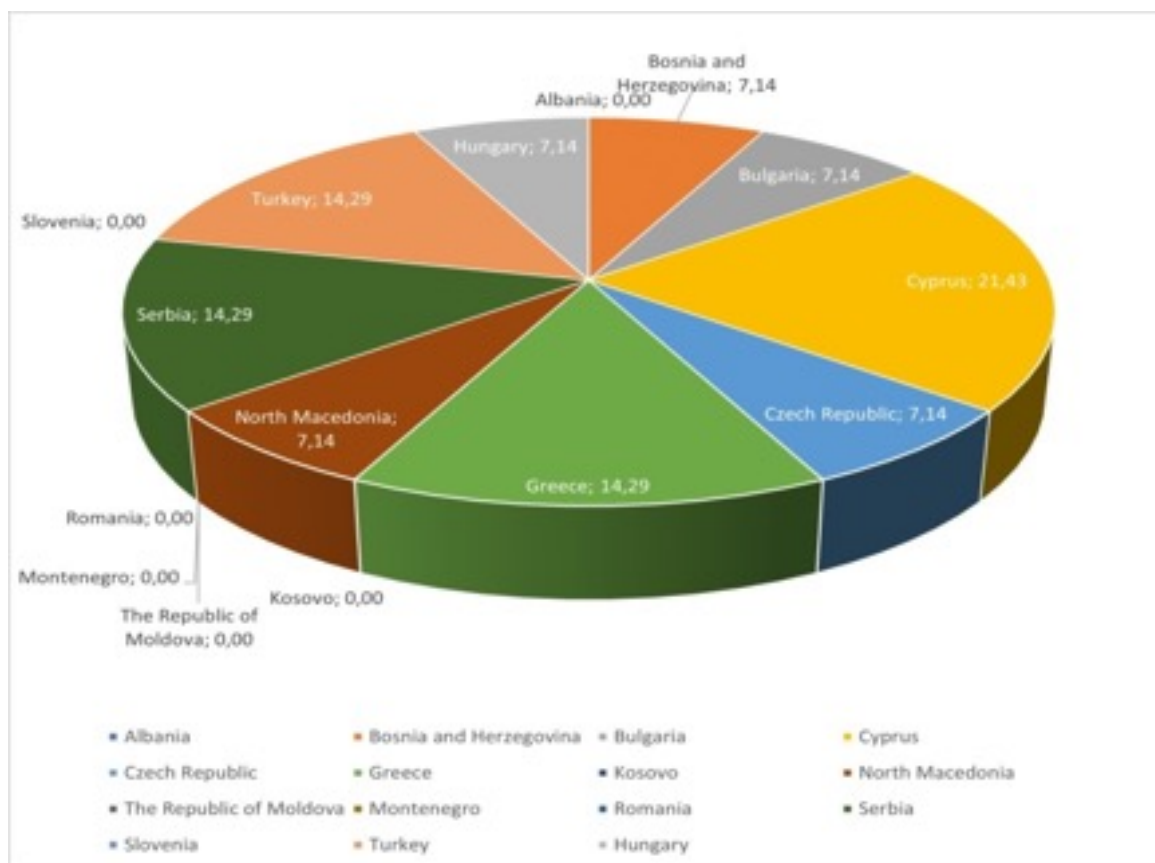
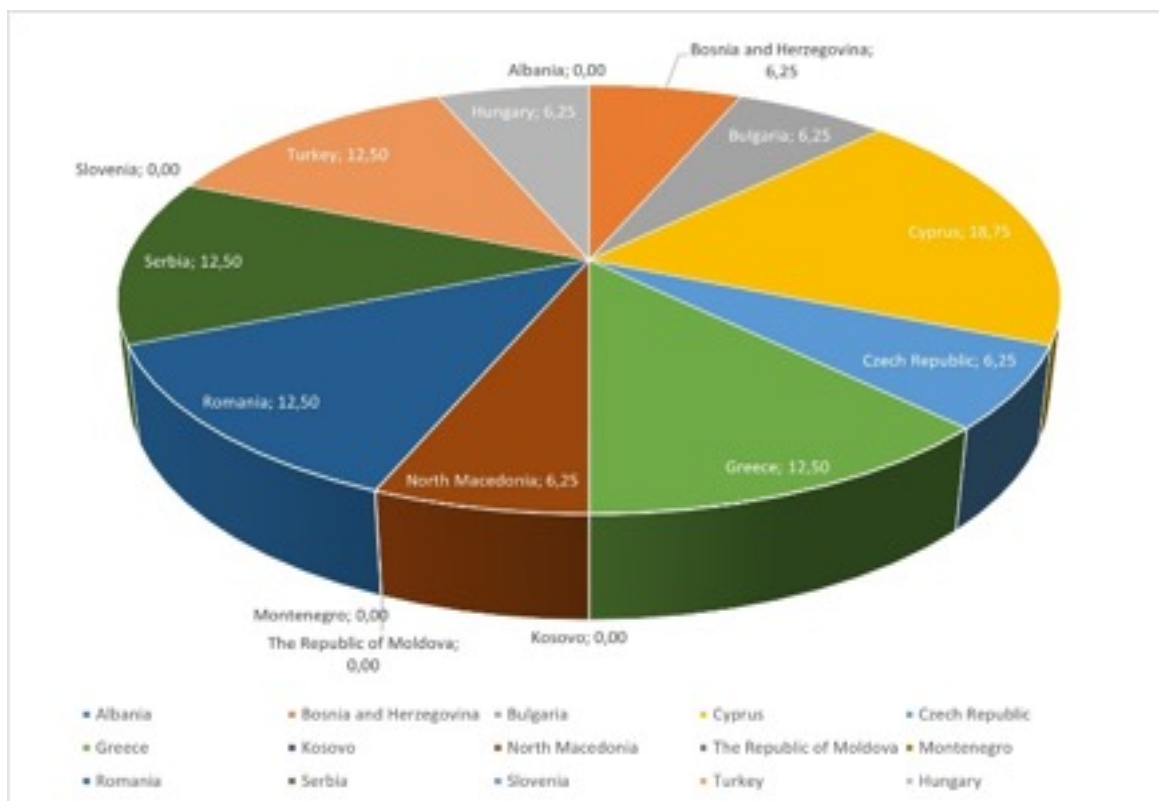


Figure 2. Gender Studies Programs for Master's



Over the past two decades, achieving gender equity in education has emerged as a critical focus in global educational reform initiatives. International organizations and political entities have increasingly prioritized efforts to enhance gender equity in education, as evidenced by commitments outlined in several key agreements and declarations. These include the UN Convention on the Rights of the Child, the Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women, the UN Millennium Declaration (2000), and the platforms established at significant international conferences such as the International Conference on Population and Development in Cairo (1994) and the Fourth World Conference on Women in Beijing (1995).

Within the European Union (EU), gender mainstreaming has become an integral policy objective, with commitments to integrating gender issues across all policy areas and making equal gender opportunities a precondition for EU accession and access to European funds. Despite these efforts at the EU level, the *2023 Report on Gender Equality in the EU* highlights limited progress in incorporating gender considerations into education reforms in Central and South Eastern Europe. The European Commission has underscored its commitment to advancing gender equality through its comprehensive strategy for 2020-2025, which serves as a roadmap outlining policy objectives and actions aimed at promoting gender equality across the EU.

The report titled “Open Minds: Opportunities for Gender Equity in Education. A Report on Central and South Eastern Europe and the Former Soviet Union,” authored

by Cathryn Magno, Iveta Silova, Susan Wright, and Eniko Demeny, provides an in-depth analysis of education policies and practices across the region. Specifically focusing on Albania, Azerbaijan, Poland, Romania, Tajikistan, and Ukraine, these countries were selected to encompass the diverse geographical, economic, and social contexts within Central and South Eastern Europe and the Former Soviet Union. The report acknowledges the intricate nature of the educational issues under examination, emphasizing the challenge of drawing generalized conclusions across the entire region. Instead, the study aims to highlight significant variations and commonalities observed among subregions and within specific countries. It delves into key aspects such as educational access, participation rates, academic achievements, school operational practices, and the formulation of educational policies.

Susan Zimmerman's study titled "The Institutionalization of Women's and Gender Studies in Higher Education in Central and Eastern Europe and the Former Soviet Union: Asymmetric Politics and the Regional-Transnational Configuration" examines the evolution of gender studies within the region. Zimmerman highlights that the process has been protracted and ongoing. Scholars have undertaken additional responsibilities to equip themselves with expertise, fostering a community around gender studies through initiatives such as reading groups and conferences. They have navigated challenges posed by university administrations and governmental bodies to integrate gender perspectives into existing curricula. Moreover, they have innovatively devised strategies to enhance the training of scholars in this interdisciplinary field. These efforts persist as dedicated individuals within the region endeavor to establish, expand, or preserve gender studies programs, both within academic institutions and beyond.

The volume titled "The Birth of a Field: Women's and Gender Studies in Central, Eastern and Southeastern Europe," edited by Krassimira Daskalova, examines the current state of women's and gender studies within educational contexts in Romania, Poland, Ukraine, Serbia, and Hungary. The volume underscores the limited availability of academic programs dedicated to these disciplines across these countries. In contrast, Kornelia Slavova, in her article "The beginnings of gender studies in Bulgarian academia" published in *Aspasia* (5, 2011), explores the two primary strategies implemented in Bulgaria regarding gender studies education. She critically evaluates the advantages and disadvantages of teaching gender studies as independent, standalone programs versus integrating them into existing traditional disciplines.

A recently published book by Anna M. Górska provides a thorough introduction to the gendered dynamics of academic career development. The work synthesizes relevant literature with innovative empirical studies to enhance the understanding of how gender influences academia across various roles and career stages. Focusing on the context of Central and Eastern Europe, Górska's research offers new insights into the gendered nature of academic careers in this region (p. 18).

Currently, both established and emerging academic programs in gender studies should expand their curricula beyond traditional subjects such as philosophy, literature, linguistics, and social sciences. While continuing to equip students for

careers in research and teaching, these programs must also forge connections with the economic sector and provide training that develops professionally oriented skills. This approach is essential to prepare students for careers in gender policy and social reform, where expertise in gender mainstreaming is increasingly in demand. Allaine Cerwonka sees in “Gender Studies in “New” Europe. Reflections on What Lies Beyond.” (*ZtG Bulletin* 34, 2008), ‘Gender Studies’ as a Vocation. She argues that “EU gender mainstreaming and the general rise in minority rights have impacted the job market that gender studies graduates now enter” (p. 88).

Conclusions

In the context of Southeastern Europe, the field of gender studies has undergone substantial developments over the past few decades, although it continues to confront persistent challenges associated with dynamic political landscapes, evolving societal attitudes, and inadequate institutional support structures. These factors collectively pose significant hurdles to the field’s growth and institutionalization within the region.

Despite these obstacles, there is a discernible trend towards greater recognition of the pivotal role that gender equality and feminist perspectives play in both academic discourse and broader social frameworks across Southeastern Europe. This increasing recognition reflects a growing awareness of the necessity to integrate gender issues more comprehensively into educational curricula, policy-making processes, and societal norms. Nonetheless, ongoing efforts are required to consolidate these gains and further promote the advancement of gender studies as a critical area of academic inquiry and social reform within the region.

Several universities in Southeastern Europe have introduced interdisciplinary programs in gender studies that integrate insights from a wide array of disciplines including sociology, anthropology, political science, history, literature, and cultural studies. These programs are designed to provide students with a multifaceted understanding of gender issues from diverse theoretical and methodological perspectives.

In response to the growing demand for specialized knowledge in gender studies, universities in the region have established dedicated departments or centers focused exclusively on gender research and education. These academic units typically offer both undergraduate and graduate degree programs tailored to explore various aspects of gender, feminist theory, and related social phenomena. Additionally, they provide platforms for advanced research and scholarly inquiry into contemporary gender-related issues.

By incorporating a broad range of disciplinary approaches, these programs aim not only to educate students about the complexities of gender dynamics but also to equip them with the analytical tools and critical perspectives necessary for careers in academia, research, advocacy, and policy-making. As such, they contribute

significantly to advancing scholarly knowledge and societal awareness of gender equality and social justice issues within Southeastern Europe.

Gender studies courses are frequently integrated as elective offerings within diverse academic programs across universities in Southeastern Europe. This approach enables students from a range of disciplines to delve into critical examinations of gender issues and feminist perspectives alongside their primary fields of study.

These courses typically encompass a wide spectrum of topics essential to understanding gender dynamics in contemporary society. Themes explored often include gender identity, sexuality, reproductive rights, gender-based violence, and various strands of feminist theory. By incorporating these subjects into their curricula, universities provide students with opportunities to engage deeply with complex social issues and theoretical frameworks that underpin gender studies.

Moreover, the inclusion of gender studies electives enhances interdisciplinary learning experiences, encouraging students to apply diverse analytical lenses to their academic inquiries and professional endeavors. This educational approach not only fosters a nuanced understanding of gender as a social construct but also promotes critical thinking and informed dialogue on gender equality and related social justice concerns within the educational landscape of Southeastern Europe.

Even if there are universities that collaborate with civil society organizations, government agencies, and international institutions on projects related to gender equality and women's empowerment and these collaborations facilitate knowledge exchange, policy development, and advocacy efforts aimed at addressing gender-based discrimination and promoting social change, the gender studies issues are still debatable in academic environment.

While some universities in Southeastern Europe engage in collaborative initiatives with civil society organizations, government agencies, and international institutions to advance gender equality and women's empowerment, the academic discourse surrounding gender studies remains a subject of ongoing debate.

These collaborative efforts serve as platforms for exchanging knowledge, developing policies, and advocating for initiatives aimed at addressing gender-based discrimination and fostering societal transformation. By partnering with external stakeholders, universities leverage their expertise and resources to contribute to broader social change agendas.

However, within the academic environment, discussions on gender studies continue to provoke debate and scrutiny. Issues related to the scope, methodologies, and theoretical frameworks of gender studies persist as topics of contention among scholars, educators, and students. Despite these debates, universities remain pivotal in shaping intellectual discourse and advancing research agendas that critically examine gender dynamics and contribute to informed perspectives on gender equality within Southeastern Europe and beyond.

References

CERWONKA, Allaine. Gender Studies in “New” Europe. Reflections on What Lies Beyond. *Zentrum für Transdisziplinäre Geschlechterstudien (ZtG) Bulletin*, n. 34, 2008, p. 85–91.

DASKALOVA, Krassimira. The Birth of a Field: Women’s and Gender Studies in Central, Eastern and Southeastern Europe. *Aspasia*, v. 4, n. 1, 2010.

EFREMOVA, Veronika. *Legal Perspectives of Gender Equality in South East Europe*. Skopje: Centre for SEELS, 2012.

From access to empowerment: UNESCO’s Strategy for Gender Equality in and through Education (2019–2025). UNESCO Regional Bureau for Science and Culture in Europe, 2019.

GÓRSKA, Anna. *Gender and Academic Career Development in Central and Eastern Europe*. London: Routledge, 2023.

LEACH, Fiona. *Practising Gender Analysis in Education*. Great Britain: Oxfam Publishing House, 2003.

LIPPE, Tanja van der & FODOR, Éva. Changes in Gender Inequality in Six Eastern European Countries. *Acta Sociologica*, v. 41, n. 2, 1998, p. 131–149.

MAGNO, Cathryn, SILOVA, Iveta, WRIGHT, Susan & DEMENY, Eniko. *Open Minds Opportunities for Gender Equity in Education. A Report on Central and South Eastern Europe and the Former Soviet Union*. Open Society Institute, Education Support Program Network Women’s Program, New York, 2003.

PENN, Shana & MASSINO, Jill. *Gender Politics and Everyday Life in State Socialist Eastern and Central Europe*. New York: Palgrave Macmillan, 2009.

The Intersection of Gender Equality and Education in South-East Europe: A Regional Situation Analysis of the Nexus between SDG4 (Quality Education) and SDG5 (Gender Equality). Venice: UNESCO Regional Bureau for Science and Culture in Europe, 2019.

VIARENGO, Martina. *European Expert Network on Economics of Education (EENEE) Gender Gaps in Education: Evidence and Policy Implications*. EENEE Analytical Report No. 46 Prepared for the European Commission, European Union, 2021.

ZIMMERMAN, Susan. *The 2023 Report on Gender Equality in the EU*. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2023.

_____. The institutionalization of women's and gender studies in higher education in Central and Eastern Europe and the former Soviet Union: Asymmetric politics and the regional-transnational configuration. *East Central Europe*, v. 34, n. 1-2, 2007, p. 131-160.

Recebido em 28/06/2024.

Aceito em 15/07/2024.

ECHOES OF STRESS: MATERNAL PSYCHOLOGICAL DISTRESS IN THE INTERSECTION OF WORK AND PREGNANCY WITHIN PAKISTANI HIGHER EDUCATION

ECOS DO ESTRESSE: SOFRIMENTO PSICOLÓGICO MATERNO NA INTERSEÇÃO ENTRE TRABALHO E GRAVIDEZ NO ENSINO SUPERIOR PAQUISTANÊS

ABSTRACT

Pregnancy involves a diverse set of physical and emotional challenges for women, and these challenges are intensified further for working women. Domestic and professional roles for working women pose severe impediments in antenatal phases. The present study aimed to explore the experiences of antenatal women working in an academic setting in Pakistan, with a focus on the challenges posed during pregnancy. Methodology: A qualitative analysis was conducted through interviews with three academic staff members. This approach provided key themes regarding the challenges faced by these women during pregnancy. Results: The analysis revealed several key themes. Absence of Inclusive Infrastructure and Administrative Support: This contributes to a heightened glass ceiling effect. Ergonomic Concerns: Physical fatigue from moving within the campus area, coupled with a lack of medical facilities, intensifies psychological distress, posing severe challenges for improved maternal well-being. Ambiguous and Discriminatory Workplace Policies and Attitudes: These further contribute to emotional stress for these women. Conclusions: This research highlights the need for a persistent and comprehensive organizational structure that includes inclusive policies, support systems, and flexible scheduling options. Such measures are necessary to address the multilayered nature of stress encountered during the antenatal period by working women, thereby fostering a conducive and holistic work environment.

Keywords: Psychological Distress. Distress in the Workplace. Social Support. Pregnancy. Well-Being at Work.

Saba Ahmed

Research Scholar, NED University of Engineering and Technology, Pakistan. saba487.sa@gmail.com
ORCID: 0009-0008-2189-9250

Dania Shoaib Khan

Research Scholar, Institute of Business Management, Pakistan. dania.shoaib.khan@gmail.com ORCID:
0000-0003-4046-1373

Nawaz Ahmad

Associate Professor, Shaheed Benazir Bhutto University, Pakistan.
Research Fellow, GOVCOPP, University of Aveiro, Portugal. nawazahmad1976@gmail.com
ORCID: 0000-0002-6029-7868

Maryum Hanif Ghazi

Research Scholar, University of Karachi, Pakistan. maryam.ghazi@hotmail.com
ORCID: 0009-0008-3363-1905

Jolita Vveinhardt

Professor & Chief Researcher, Lithuanian Sports University, Kaunas, Lithuania. jolita.vveinhardt@lsu.lt
ORCID: 0000-0001-6231-9402

RESUMO

A gravidez envolve um conjunto diversificado de desafios físicos e emocionais, esses desafios são ainda mais intensificados quando se trata das mulheres trabalhadoras. Os papéis domésticos e profissionais destas mulheres apresentam sérios obstáculos nas fases pré-natais. O presente estudo teve como objetivo explorar as experiências de grávidas que trabalham em ambientes acadêmicos no Paquistão focando os desafios enfrentados por elas durante a gravidez. Metodologia: Foi realizada uma análise qualitativa por meio de entrevistas com três docentes. Esta abordagem trouxe à tona os desafios enfrentados por elas, no trabalho, durante a gravidez. Resultados: A análise revelou vários temas-chave, entre eles estão a ausência de infraestruturas inclusivas e de apoio administrativo, o que contribui para que o efeito teto de vidro seja intensificado; a ausência da adoção de medidas ergonômicas que contribuem para a fadiga física nas movimentações pelo campus, juntamente com a falta de instalações médicas, intensificam o sofrimento psicológico colocando graves desafios para o bem-estar materno. Finalmente, as políticas e atitudes ambíguas e discriminatórias que percebem no local de trabalho e contribuem para o estresse emocional das gestantes. Conclusões: Esta investigação destaca a necessidade de criar uma estrutura organizacional persistente e abrangente que inclua políticas inclusivas, sistemas de apoio e a alternativa de horários flexíveis. Tais medidas são necessárias para dar conta da natureza multifacetada do estresse enfrentado durante o período de gestação pelas mulheres trabalhadoras, promovendo assim um ambiente de trabalho propício e holístico.

Palavras-chave: Estresse psicológico. Estresse no local de trabalho. Apoio social. Gravidez. Bem-estar no ambiente de trabalho.

Introduction

The transformative gestation period marks numerous psychological and physiological changes in a woman's life (OVIEDO-CARO et al. 2022). The inherent sense of happiness associated with pregnancy is counterbalanced by the psychosocial challenges faced by expectant mothers throughout the antenatal period, a stage marked from conception till the birth of the baby (EMMANUEL; ST JOHN, 2010). These experiences seem to be exacerbated in working women as they are exposed to additional psychologically disturbing factors daily, impairing their occupational functioning (ANDERSSON; HARNOIS, 2020). One of the most common psychological tensions that arise for pregnant working women is the enormous stigmatization that labels them as "incompetent", "careless", or "uncommitted" (SKORINKO et al., 2020). Employers, intentionally or unintentionally, tend to make cognitive errors such as discounting the positives which is manifested in underestimating capable women to do the same job they did efficiently before pregnancy (OLLILAINEN, 2020). They also magnify the physical and hormonal changes that a pregnant woman has to go through which makes them perceive antenatal women as incompetent (GEUDER,

2023). As a result, many women are deprived of higher positions and are coerced into quitting their jobs (EATON, 2019).

Apart from considering them unable to function well occupationally, they also receive derogatory remarks or behavior for the changes in their weight (POWNALL et al., 2023). Through surveying 501 women in their antenatal and postnatal stages, Rodrigues et al. (2020) deduced that women receive such comments as frequently as once a week from various sources including their workplaces. Another devastating stigma around working pregnant mothers is that they intentionally separate themselves from their children making them susceptible to psychological and cognitive developmental disturbances (GREENBERG et al., 2021).

In modern times where inflation has reached its heights all adults must work to fulfill their needs and share the financial burden with other members of the household (CRUMP et al., 2022). Regarding the negative impact of mothers' employment on early child development, Almani et al. (2012) conducted a review of the literature through which they deduced that there is no evidence to support these claims. However, some factors may moderate the impact of mothers' employment on their child's early development resulting in neglect towards children which include lack of support from family, financial constraints, young mothers, low academic qualifications, and a nuclear family system (FOUZIA et al., 2021).

The aforementioned notions are just a small fraction of the many devastating social stigmas that antenatal working women endure. In most cases, women resort towards hiding their pregnancies to save themselves from unnecessary psychological distress and to protect their jobs (ANTONIOU et al., 2019). Although this phenomenon is observed across multiple professions, women in academia seem more susceptible to such discrimination. Ollilainen (2020) reveals the experiences of female teachers which include hiding pregnancy until "it starts showing physically" to prevent any hindrances in achieving the long-awaited promotion, encountering labeling and discriminatory attitudes from fellow professors and students, and experiencing heightened anxiousness related to revealing pregnancy. The experience is similar for women working in academia in Pakistan which makes the antenatal period psychologically distressing for them (ALI; RASHEED, 2021).

Besides facing these stigmas, pregnant women are also preoccupied with thoughts of their maternity leaves and the challenges associated with them. Many teachers in the United States heavily rely on the Family and Medical Leave Act (FMLA) for their maternity leaves, where they are not paid (MALACHOWSKI, 2022). While some states offer paid parental leave, most teachers have no option but to save and utilize their sick leave, leading to stress and frustration. This, along with low wages, leads them to return to their jobs prematurely before they can heal properly after delivering the baby (YANG, 2022).

The prevalence of unpaid maternity leave forces women to contemplate resigning and later reapplying for the same job position. However, this practice hinders their professional continuity in their careers and subjects them to great distress, which is also detrimental to the baby. However, a study revealed that the quitting behavior of

pregnant mothers from the organizations is not due to unpaid maternity leaves but is rather attributed to the duration of maternity leave (ZHANG; RODRIGUE, 2023). According to a systematic literature review of 21 studies, the more days mothers are given for their maternity leaves, the higher the chances for better and positive mental health outcomes along with improved infant health (WHITNEY et al., 2023).

The administrative policies change with variance in context and the pattern may seemingly shift due to cultural factors, stereotypes, and gender inequality. When recruiters and policymakers of an organization were interviewed, the analysis of their data revealed that paying pregnant workers for their maternity leave was not the concern, as they had already calculated their finances beforehand. However, the issue was the cost that came along with it, including the burden on other employees and the training of the individual who was replacing a pregnant mother on leave. The interviewee also shared that they would prefer recruiting a male worker to avoid this happening in the future (AKHTAR et al., 2020). When a working female employee is pregnant, the management deems her as a burden over the organization. It is suggested to take breaks instead of leaves due to extra cost on the company. And since it is expensive to find a substitute for a short period of time, mothers on leave are completely replaced by another employee (AARIYA; ANIL, 2022).

Traditional norms and societal expectations often have a strong influence on the organizational practices, shaping beliefs and perceptions about the roles and responsibilities of men and women in the work environment (TABASSUM; NAYAK, 2021). Additionally, these gender stereotypes exacerbate biases in hiring and decision-making procedures, eventually favoring male candidates over females. Especially in Pakistan's patriarchal society, these factors collectively play a significant role in the observable patterns in organizational attitudes and policies (TABASSUM; NAYAK, 2021).

Moreover, ambiguous policies serve as additional stressors that mothers have to deal with. A qualitative study on working mothers' experiences surrounding maternity leaves emphasized this phenomenon. There is often an absence of structured and comprehensive leave policies in organizations. This absence stems from the gendered nature of organizational structures, which considers maternity leaves as a scar on a perfect professional career. Furthermore, maternity leaves are not given much consideration, as they are treated as a 'burden' left for local heads to deal with. This leads to a very disruptive and decentralized approach to handling the significant matter of maternity leave allowances (MAXWELL et al., 2019). Consequently, causing the expecting mothers to experience a rise in uncertainties surrounding leaves and making them undergo severe anxiety.

267 mothers who were employed were examined by the researchers to check the impact of abusive supervision and the chances of turnover due to the drastic effect on their mental health. The results showed that mothers were highly likely to turnover due to exhaustion and feeling targeted by their supervisors. Moreover, the mediating role of finances was also observed, revealing that those mothers who were breadwinners of their families were less likely to have turnover intentions (THOMPSON et al., 2022).

Furthermore, research conducted by Akhter (2019) highlighted that paid maternity leaves for women in Pakistan were allowed for less than 6 weeks, and their job stress levels during pregnancy accounted for 75%. In addition to that, among the 500 participants, 59.4% of teachers who were pregnant had a standing job of 6-7 hours. Despite the tough working conditions of women in academia, their abilities as teachers are heavily judged during their pregnancy. Findings of a study to check the evaluation of university-level teachers revealed that when they taught during their antenatal phase, they received low scores on the evaluation. The author quoted other studies stating that pregnant women in academia tend to receive low scores on their teaching compared to men (OLABISI, 2021). Such instances contribute to deteriorating the overall mental well-being of pregnant mothers, making their jobs appear as a source of major stress in their lives.

A review of previous literature shows that there is a lack of research in higher education institutions in Pakistan that examines pregnant women's experiences in the academic environment, highlighting their psychological issues in the workplace. Therefore, this qualitative case study aims to shed light on the psychosocial stressors faced by women in the antenatal period in academic workplaces. Moreover, the in-depth interviews with pregnant working women in academia will enlighten institutional policymakers to consider the negative impact of negligence towards pregnant women on their and their fetus' psychological and physical health. In a century where inclusivity is glorified, antenatal women should also be provided with psychological and social support to help them transition smoothly from antenatal to postnatal period.

Methodology

The purpose of this study was to examine the workplace-related psychological distress faced by pregnant women. The research methodology justifies how the research methods aligned with the research objective and research questions (OLMOS-VEGA et al., 2023). It describes the procedure for data analysis, selection of participants, data collection instruments, and research design. It emphasizes the ethical guidelines that were adhered to throughout the study (TOYON, 2023).

Qualitative Research Design

The experiences that pregnant women have at work are complicated and unexplored. A piece of detailed knowledge is necessary to fully comprehend the psychological distress experienced by expectant mothers and assess the quality of support offered by higher education institutions. With its ability to gather and analyze detailed data, qualitative research methodology proved to be the most appropriate option given the complex nature of the research problem. Because of its open and

adaptable form, qualitative research allows researchers to engage with participants and see the world from their perspective (CORBIN; STRAUSS, 2014). Given the limited sample size of pregnant women in employment contexts, it became essential to use a case study approach within the qualitative research methodology.

Case Study

This methodology was selected due to its ability to provide a comprehensive and intricate examination of the topic in the context of real-world situations. Using particular pregnant women as case studies, the study sought detailed information about the experiences of these women in the workplace, taking into account social support, organizational dynamics, and individual circumstances.

Setting

The data was collected from teachers in Pakistani Higher Educational Institutions in Karachi. The higher education institutions in Karachi, City areas have inadequate infrastructure and lack necessities, facing significant barriers to accessing quality education and health services. These institutions are not designed to cater to gender-specific concerns related to infrastructure.

Participants

The study involved three pregnant women aged between 25 and 35 who had each contributed a minimum of one year of service to the institution.

Table 1 provides demographic information of the participants.

Table 1. Demographics Information of the Participants

Interviewee	Age	Occupation/Position	Education Level
(A)	34	Lecturer	Master of Science (MS)
(B)	30	Lecturer	Master of Science (MS)
(C)	29	Lecturer	Master of Science (MS)

Data Collection Tools

Semi-structured Interviews

The researcher obtained information from the pregnant women using semi structured interviews. Qualitative research that involves a discourse between the researcher and the participant is commonly conducted using semi-structured in-depth interviews. In semi-structured interviews, participants can respond to open-ended questions with some degree of freedom while also receiving direction for the conversation (NAZ et al., 2022). Semi-structured interviews facilitate the collection of open-ended data, enable the researcher to identify and examine participants' views, attitudes, experiences, and perceptions regarding a given topic, and delve deeply into specific and delicate issue (RUSLIN et al., 2022). Inquiries about the research questions were covered in the interviews, and when necessary, probing questions were raised.

Data Analysis

Each interview was audio recorded, transcribed, and examined using the methodology outlined by Corbin and Strauss (2014). Three basic processes comprise the specific data analysis procedure that Corbin and Strauss (2014) recommends: open coding, axial coding, and selective coding. According to them open coding is used for preliminary data analysis, in which the investigator separates unprocessed interview material and creates preliminary codes in order to extrapolate meaning from the data. Axial coding is the second phase, where the researcher creates categories by connecting the codes that have been generated. These classifications can be thought of as the axes connecting the codes. The researcher connects all categories in selective coding in the final step based on the conceptual relationship with each other.

Research Credibility and Trustworthiness

Rigor is defined as a procedure that guarantees the validity of the qualitative research process and emphasizes the competence and integrity of the researcher in carrying out the investigation (TAQUETTE; BORGES DA MATTA SOUZA, 2022). The researcher assured trustworthiness and rigor in the qualitative research process, through acknowledging these as crucial components in maintaining confidence in the collected data, its interpretation, and the employed methods. In order for the research to be regarded as suitable for reader consideration, rigor was reached by the establishment of protocols and methodologies.

Member Checks

In qualitative research, member checking is a credible means of establishing authenticity. To make sure the data accurately reflects what the participants said, this step entails reading back the recorded interview data to the participants (TAQUETTE, BORGES DA MATTA SOUZA, 2022). By removing dispute or contradictions in the data obtained, member checks enhance the research's credibility and guarantee an ethical and rigorous study. Each participant in the study had their individual transcripts of interviews checked by the researcher for accuracy.

Ethical Considerations

The research participants were guaranteed that their privacy would be protected at all times, and that the information they submitted would be utilized exclusively for the intended study. The respondents were given the assurance that they could withdraw from the research at any moment without worrying about repercussions.

Findings

The following themes were extracted from the semi-structured interviews taken from the pregnant women serving in higher education institutions.

Unavailability of Medical Services and Lack of Supportive Infrastructure

Early pregnancy is distressed by the absence of inclusive infrastructure at the workplace. Pregnant women may experience considerable difficulties and distress in the workplace if there is no lift and uncomfortable stairs going to offices or classrooms. They often find it hard and uncomfortable to climb stairs, especially when their bodies are changing. Pregnant women may feel impeded in their daily activities and experience heightened anxiety about their own and their unborn child's well-being, which not only adds to potential health difficulties but also causes psychological discomfort.

Uneven and uncomfortable stairs and unavailability of a lift

The participants reported that the infrastructure of the university in which they are teaching was not supportive enough to cater to the needs of the pregnant

mother, nor any amendments were made to ease and comfort the women. For example, Interviewee (A) said that she had no other option than climbing the stairs to reach her department and take the classes in the allocated rooms.

I feel my struggles are very different. For example, in our office... is where we have to climb two stories and I have to do that at least twice a day, have to climb up and down, and then up and down. And then I have to go to different classes so that is physically very exhausting for me. Other than that, for my classes, I have to speak for three consecutive hours.

Similar comments were reported by Interviewee (B) as she said:

I must climb all the way up to the second floor just to use the washroom, even drinking water is not available on my floor. Sometimes, I find myself stuck in my cubicle, feeling thirsty, and to top it off... I left my water bottle at home. It's just so overwhelming to climb those stairs in this condition. Picture this...the urge to pee hits, and there's no relief in sight. Nobody can truly understand the pain I go through. And if that's not enough, I'm dealing with an acidity issue. The nausea hits me like a wave, and guess what? There's no convenient place to vomit nearby. At times I ended up vomiting on my own clothes, and it was beyond embarrassing!

The interviewee (C) reported that the management ignores the request from expected mothers to change their sitting placement and they are bound to use the same passages to reach their classes. As she said

"I can provide another example of a limitation in that regard. My office is on the 2nd floor, and I had requested a different workspace or, perhaps, a ground-floor location to make it easier for me to move around. The idea was to attend classes more efficiently and return to my workspace and desk for class preparation and other tasks. Unfortunately, there was no response to that request, adding another physical challenge for me in navigating different floors on campus"

Absence of Medical Doctor and Medical Room

Regarding the medical facilities, it was evident through the interviews that the absence of adequate medical services available within an organization can have profound consequences on the health and well-being of pregnant women, inducing significant psychological distress. The absence of comprehensive prenatal care at the

workplace increases the risks associated with pregnancy, leading to heightened anxiety and stress among expectant mothers. As the interviewee (A) remarked:

There is no medical help or assistance in this regard, so I believe that I won't get help. That's why I don't even ask for it. Although you know I can be drowsy or sleepy or really..., my memory is significantly compromised. So... I don't have anyone to ask, you know... for. To ask for assistance.

Interviewee (B) also reported the same as she said “You have to suffer everything on your own. If you are feeling nauseous, you must carry your own emergency stuff. There is no medical facility.”

Accessing Supportive Means

In academia, finding a balance between the responsibilities of a teaching job and other additional tasks could lead to unforeseen difficulties, especially when someone is dealing with health issues. The following narrative unfolds the stories of devoted teachers navigating a complex web of professional obligations and physiological constraints.

Lack of Support from Extended Managerial Positions

Interviewee (A) conveyed that her workload has remained relatively consistent and reported the challenges associated with her involvement in a voluntary society.

“My workload is pretty much the same as it was before—job demand. I had additional responsibilities in a society that I voluntarily was a part of. I had to make some additional effort to, you know..., resign from that responsibility because I thought it was a lot on my plate, mostly because society work requires a lot of physical movement, going, and interaction. I did not find the energy to do.....”

Interviewee (A) also shared the difficulties and emotional hurdles she encountered while seeking adjustments to her responsibilities during her pregnancy.

I had to talk to the head of the department, and I had to write an official email to the President of the university. Unfortunately, I did not get a response for a good one or two months. So, I repeatedly had to check in with my head of the department. It was a struggle because a part of me was feeling very conscious that maybe I was doing a

bad thing, and I was not supposed to do it. But I had to constantly reinforce to myself that these are my physiological limitations and that this is nothing to feel guilty about. I never received a response, but after, I think, around 1.5 to two months, everybody received an email that, you know..., the mentors of the society were changed.

The interviewee (B) opened her experiences regarding examination duty by expressing...

“They have assigned an examination duty lasting three hours, during which I am required to stand and invigilate students in the auditorium with giant steps. Despite informing them beforehand about my condition and my inability to stand consistently, they have only allocated me only one-hour break.”

The interviewee (C) revealed experiences of not receiving enough help and in specific areas of her workspace as she said:

“There have been times in certain areas where I find the support to be lacking, and I’ve encountered some issues in that domain. It becomes a bit dissociated and challenging at times. So, in that regard, I perceive a disconnection and difficulties in my workspace experience. This is how I would describe my observations over the period of pregnancy.”

Level of Support from the Immediate Supervisor

Participants reported that the management positions to whom they directly report are more supportive and less ignorant about their condition, especially in cases where the immediate boss is female. As Interviewee (A) said

“That has been primarily supportive for me. Although, on an organizational level, the higher management revoked the privilege of fewer hours from me, my immediate supervisor still supported me. She told me that it was all right and reinforced that the maximum consequence could be a salary deduction. Her support validated my experience of prioritizing my family and health, and that meant a lot to me in my personal life.”

Similarly, Interviewee (B) said.

“So...my experience with the core team has been very positive and quite comforting. I find my colleagues to be very supportive. I find the program entirely managed... very collaboratively and very effectively. I also have found a lot of support in the manager, the Head of the department as well.”

However, one participant mentioned that she feels reluctant to talk with her immediate male supervisor, and she thinks he cannot understand what she is going through in her pregnancy phase. As she said: “My direct supervisor and colleagues are either male or unmarried. It’s difficult to explain what I’m going through to them. There is a lack of understanding on their part, and I feel ashamed.”

Self-Blame and An Unwarranted Guilt

The phenomenon of self-blame and unwarranted guilt during pregnancy looms over many Pakistani women, stemming from societal stigmas ingrained in cultural norms. In a culture where societal norms dictate gender roles, women who navigate the professional sphere may grapple with feelings of guilt for deviating from prescribed roles. The weight of societal expectations and the fear of judgment contribute to an unwarranted sense of guilt, leaving working women to contend with the emotional sufferings.

Guilt over Becoming a Mother

Interviewee (A) conveyed how limited support makes one feel as though they have committed a sin.

Sometimes..., like how the level of limited support makes me wonder if, like one has committed a sin or something. Like you... have made a choice to do something bad and now you have like, it’s your problem to deal with the consequences. It’s no one else’s problem... It’s your problem... You did something. So, it’s just yours to deal with. So, it actually feels like you’ve committed a sin.

Interviewee (C) discussed the managerial perspectives of pregnancy.

It is like... you did something wrong...you are not welcomed at all with a belly bump... specially in front of the management. In official meetings... they consider you as a burden on the organization ...It’s like you are troublesome for them... Asking for leniencies... assuming

that you will not be productive... And pregnancy will lower your work efficiency.

Administrative Ambiguities

Uncertain Maternity Related Policies

The antenatal period necessitates a serene and comfortable environment for mothers to ensure the birth of a healthy child. Unfortunately, financial uncertainties and unclear maternal policies compound stress for women on the parenthood journey. Inconsistent and ambiguous communication regarding maternity policies can leave expectant mothers uncertain about their entitlements and rights in the workplace. Further insights from an interviewee analyze the impact of these challenges:

The maternity leave... that's basically a federal right, even that is considered a privilege here. Like they don't commit to us, they basically ...they I mean...higher management. They just tell us that you know...it's case to case and it's not an entitlement... So, you might not get maternity. So, there are no fixed policies for pregnant women at all... so there's no childcare department or day care over here or during pregnancy...there is no such support for pregnancy at all.

Interviewee (A) reported

Although I am financially stable, but it has definitely been stressful for me even then. I tried to approach this other, you know, teacher who's pregnant, and I reached out to her and I asked her, are you aware of, you know, the policies...And because I wanted some guidance because there is no official medium to get guidance, so I approached this other teacher who's pregnant so I could acquire some guidance from her, but she was basically as clueless as I was. So yeah, it's been something that I've wondered a lot about that I have to, you know, how much would that basic salary be...What do I have to do in order to get maternity leave.

Interviewee (B) further discussed her struggles:

So, in that regard, what I have noticed and felt was that there was a lot of... Lack of human understanding, and there was a lot of inconsideration at times by the extended people in the higher positions...And uh, as we are seeing in the world that uh, you

know... Let's say that you know people are now also getting paternal leaves...But in this ...in this.... situation I am still struggling to have my basic maternity leave recognized easily and smoothly and be accommodated in that regard. I also found the. ...reservations that were, you know...given off to be quite absurd at times, and that was obviously putting a lot of...uh... putting me through a lot of mental stress...You know that this is also part of a human life, so this is one area that I have recently found to be very stressful and difficult for myself."

Maternal Health Insurance Coverage

The uncertainty surrounding maternal health insurance poses significant challenges for expectant mothers, encompassing both antenatal and postnatal care. These ambiguities collectively contribute to heightened stress levels among pregnant women.

Interviewee (A)

Dealing with the whole maternal coverage thing during my pregnancy has been a bit of a challenge. You know... the policy details are... well, unclear. Like, I wasn't sure what tests and stuff were covered, so I had to keep asking, and that you know added a lot of stress. And there was this one time when I needed extra tests, and the uncertainty about whether they'd be covered or not... Yeah, that was really stressful. I just think, you know, having clearer policies would've made a big difference, made this whole pregnancy journey a bit less...um...overwhelming, you know.

Interviewee (B)

It's been tough to be very honest...Like I don't even know whether you know...I will be assisted financially by my organization after my delivery. Like you know...I am not sure what would be the amount that will be covered under my insurance...the financial uncertainty is something that is adding an extra layer of stress... like it's an already emotional and physically demanding period you know... Like you desperately want to feel supported by your organization right... I personally believe that having more transparent and easily understandable policies would make a significant difference in this situation.

Interviewee C

I am told that I need to submit all my official stuff, you know... like my belongings and even my medical insurance. And well... that's got me a bit worried. Like, how am I supposed to avail my medical benefits without the insurance...It's, like...definitely stressing me out, oh yes definitely... And, you know, on top of that...I'm even going on unpaid maternity leave. So, it's just a lot to handle yeah.

Discussion

The qualitative investigation into the lived experiences of pregnant women in higher educational institutions has uncovered a multitude of challenges that demand attention and consideration. It is evident from the findings that the Pakistani higher education institution selected for the study was least supportive for women in the pregnancy phase. The hurdles that these women face during the prenatal phase are not only harmful to themselves but also for the baby in their wombs (MOLGORA; ACCORDINI, 2023). It was reported in the current research that the infrastructural conditions at the workplace are not conducive to pregnancy-related needs. The absence of supportive infrastructure in the workplace and the unavailability of medical treatments are common challenges expectant mothers have to deal with (GABRIEL et al., 2023). Difficult staircases, missing lifts, and a lack of accessible amenities not only causes physical strain but also makes them more anxious about their own and their unborn child's well-being.

While the evidence in research is not directly specific to the higher education institution, it supports the notion that infrastructural conditions related to the physical needs of pregnant women are crucial. This is clear when considering things like nursing facilities and lavatory provisions. For instance, women are frequently only given half the space in public restrooms designated for men, which causes long lines at the restrooms. Non-inclusive infrastructure at workplace makes it difficult for antenatal women to maneuver through the campus as they take care of their leaking bodies.

Antenatal women are subject to diverse and ambiguous work policies which subsequently ignite the level of stress in pregnant working mothers. The absence of standardized work policies subjects these mothers to bias and prejudice, increasing the already heightened level of stress and anxiety (HOOK et al., 2023). The disparities in entitled maternal leaves, duration and other workplace benefits create a challenging situation for expectant mothers where they find it difficult to secure the support system they need in this critical phase. Gueder (2023) highlights the prevalence of post-partum depression and anxiety in his study where an emphasis is laid on the low frequency of reporting such conditions owing to feelings of guilt and shame. It is of utmost importance that these realities and experiences are acknowledged with

ultimate care highlighting the need for uniform and standardized policies which can accommodate these intricate realities.

Guilt, as defined in literature is an adverse assessment of a behavior or an action (LAW et al., 2021). The interviewees in the present research reported such guilt owing from their biological condition. It is crucial to recognize that guilt exists in both external and internal domains, demonstrated as the awareness of an individual regarding one's actions in the broader socio-cultural framework. Pregnant mothers encounter such guilt as a result of social stigmas and the perceptions of others (FREITAS-JESUS et al., 2022). This feeling may escalate to a point of shame in these women where they become apprehensive about the opinion of others regarding their individual deeds and actions resulting in low self-esteem. The research participants pointed out the societal stigmatization that they face due to their biological conditions and sexual identities encountering a sense of sexual shame, specifically during antenatal phase. This sense of shame exacerbates the emotional and individual struggles in working mothers leading to an increased level of stress.

The study further investigated the role of insufficient medical facilities at the workplace as a contributor of stress in pregnant mothers. Psychological well being of these mothers is directly impacted by the lack or inadequacy of medical supplies, further intensifying the antenatal challenges. As Mehra et al. (2023) concluded that the vulnerability and insecurity during antenatal phase increases when there is an absence of antenatal care in the work environment. This supports the findings of the study where expectant mothers have substantiated the struggle, expressing their heightened stress levels attributable to the absence of adequate medical facilities.

Limitations and Recommendations

The data collected in the present study is organization-specific, restricting generalizability beyond the studied organization. Furthermore, the qualitative nature of the data and the small sample size of three participants, all sharing the same job background of the academic staff role, imply that the findings primarily represent the administrative structure and experiences within a particular organization. The uniformity in job nature and similar administrative rules influencing the experiences of the participants further limits the broader applicability of the results. Hence, the external validity of the research may be impacted by the use of qualitative interviews.

Utilization of diverse sample is recommended for future studies, including a diverse population both within the organization and from multiple organizations ensuring the variations in the experiences and challenges of working mother in their antenatal phases. Additionally, a mixed method approach can also be taken into consideration for future studies in order to gather large dataset along with detailed insights of participants.

For effectively addressing the distressful circumstances and situations it is pertinent to highlight the factors that lead to increased psychological distress in working mothers. A comprehensive strategy in the form of a uniform policy is required to provide for inclusive infrastructure, including ergonomic workstations, availability of in campus medical facility and flexibility in working conditions allowing for a smooth transition phase. Support systems including employee assistance programs may help in the creation of a healthier work environment directly assisting women in their antenatal period. It is of utmost priority to implement standardized work policies and eradicate injustice in the form of bias and prejudice to promote both an inclusive and empathetic work culture. Mental health initiatives should be essentially promoted within an organization and staff members should be educated to help foster a stigma-free workplace encouraging women to ask for help.

Conclusion

As the quoted literature highlights, pregnant working women, particularly teachers, have to face numerous obstacles at their workplace that exacerbate their stress amid pregnancy. This qualitative research aimed to explore the experiences of antenatal women working in academia through in-depth interviews. Through analyzing the gathered data from the participants, researchers were able to shed some light on the challenges faced by pregnant working women in Pakistan. The extracted themes unveiled their struggles ranging from the inconsiderate infrastructure to psychological distress and unpleasant emotions.

One of the most prominent themes was the lack of inclusive infrastructure and administrative support. This seems to be an intensified instance of the glass ceiling effect, where pregnant women are systematically secluded from higher positions as they look down on as incapable of doing it. In this particular scenario, pregnant women are deprived of socioemotional support and inclusivity expressed through physical spaces and interpersonal attitudes. This lack can impose serious threats to the mental health of pregnant women and subsequently have detrimental effects on fetal development. Therefore, it is essential to design inclusive policies to provide a supportive and welcoming environment for antenatal working women.

Another significant theme that surfaced was ergonomics. Physical obstacles can be excessively harmful to the health of the pregnant women as well as the fetus as it can expose the fetus to developmental impediments. Having to climb stairs, walk across campuses and conduct classes while standing can cause physical fatigue in antenatal women. Further, the lack of medical facilities imposes additional psychological distress onto pregnant working women and instils uncertainty regarding their well-being, specifically at the workplace.

The physical fatigue and emotionally burdening shame associated with pregnancy were a direct aftermath of the aforementioned exclusive practices at

workplaces. A stigmatized and discriminatory attitude was linked to the unpleasant emotions experienced by the women. The colleagues and administrative staff were reported as emotionally absent and rather demeaning towards the women, inducing shame and guilt.

The physical symptoms themselves can be highly overwhelming for pregnant women and these stressors encountered at the workplace seem to be added distressing factors, impairing the occupational and personal functioning of the women. Hence, necessary action should be taken by organizational policy makers to foster attitudinal and ergonomic inclusivity for pregnant working women.

CONFLICT OF INTEREST The authors declare that there are no conflicts of interest regarding the publication of this manuscript.

References

AARIYA, N. and ANIL, Girija. A study on the impact of maternity benefit on teacher's career and increase in post maternity attrition rate in India. *Journal for Educators, Teachers and Trainers*, v. 13, n. 2, 2022, p. 207–214. <https://doi.org/10.47750/jett.2022.13.02.019>

AKHTAR, Tazeem; ZAMIR, Shamaila; KAFEEL, Warda; AHMAD, Sidra; MASOOD, Ahsan; ILYAS, Sadia. Pregnancy and Maternity at Workplace, a Qualitative Study to Know the Employers' Perspective. *Journal of Evolution of Medical and Dental Sciences*, v. 9, 2020, p. 619–624. <https://doi.org/10.53555/jptcp.v30i19.3800>

ALI, Rabia and RASHEED, Asma. Women leaders in Pakistani academia: Challenges and opportunities. *Asian Journal of Women's Studies*, v. 27, n. 2, 2021, p. 208–231. <https://doi.org/10.1080/12259276.2021.1924481>.

ALMANI, Abdul Sattar; ABRO, Allahdino; MUGHERI, Roshan Ali. Study of the Effects of Working Mothers on the Development of Children in Pakistan. *International Journal of Humanities and Social Science*, v. 2, n. 11, 2012, p. 164–171.

ANDERSSON, Matthew A. and HARNOSIS, Catherine E. Show more Higher exposure, lower vulnerability? The curious case of education, gender discrimination, and Women's health. *Social Science & Medicine*, v. 246, 2020, p. 112780. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2019.112780>

ANTONIOU, Alexander-Stamatios; COOPER, Cary; GATRELL, Caroline (eds.). *Women, Business and Leadership: Gender and Organisations*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2019.

CORBIN, Juliet and STRAUSS, Anselm. *Basics of qualitative research: Techniques and procedures for developing grounded theory*. Sage publications, 2014.

CRUMP, Richard K.; EUSEPI, Stefano; GIANNONI, Marc; ŞAHIN, Ayşegül. The Unemployment-Inflation Trade-off Revisited: The Phillips Curve in COVID Times. *Journal of Monetary Economics*, 2024. <https://doi.org/10.1016/j.jmoneco.2024.103580>

EATON, Brianna L. Pregnancy Discrimination: Pregnant Women Need More Protection in the Workplace. *South Dakota Law Review*, v. 64, 2019, p. 244–265.

EMMANUEL, Elizabeth and ST JOHN, Winsome. Maternal distress: a concept analysis. *Journal of Advanced Nursing*, v. 66, n. 9, 2010, p. 2104–2115. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2648.2010.05371.x>

FOUZIA, Mrs; GILLANI, Durdana Qaiser; AHMAD, Shahbaz. Impact of Female Employment and Education on Child Health Care: A Case Study of Pakistan. *Journal of Economic Impact*, v. 3, n. 2, 2021, p. 107–112. <https://doi.org/10.52223/jei30221036>

GABRIEL, Allison S., et al. A call to action: Taking the untenable out of women professors' pregnancy, postpartum, and caregiving demands. *Industrial and Organizational Psychology*, v. 16, n. 2, 2023, p. 187–210. <https://doi.org/10.1017/iop.2022.111>

GEUDER, Shelby. *The Working Mother's Silent Fight: A Qualitative Analysis of How a Lack of Maternity Leave Affects Women's Postpartum Mental Health*. Fresno: California State University, 2023.

GREENBERG, Danna; CLAIR, Judith A.; LADGE, Jamie. A Feminist Perspective on Conducting Personally Relevant Research: Working Mothers Studying Pregnancy and Motherhood at Work. *Academy of Management Perspectives*, v. 35, n. 3, 2021, p. 400–417. <https://doi.org/10.5465/amp.2018.0087>

HOOK, Jennifer L.; LI, Meiyang; PAEK, Eunjeong; COTTER, Brigid. National work-family policies and the occupational segregation of women and mothers in European countries, 1999–2016. *European Sociological Review*, v. 39, n. 2, 2023, p. 280–300. <https://doi.org/10.1093/esr/jcac046>

JESUS, Juliana V.; SANCHEZ, Odette D.R.; RODRIGUES, Larissa; FARIA-SCHÜTZER, Débora B.; SERAPILHA, Adrielle A.A.; SURITA, Fernanda G. Stigma, guilt and motherhood: Experiences of pregnant women with COVID-19 in Brazil. *Women and Birth*, 2022, 35(4), 403–412. <https://doi.org/10.1016/j.wombi.2021.08.009>

LAW, Naomi K.; HALL, Pauline L.; CHESHIRE, Anna. Common Negative Thoughts in Early Motherhood and Their Relationship to Guilt, Shame and Depression. *Journal*

of Child and Family Studies, v. 30, n. 8, 2021, p. 1831–1845. <https://doi.org/10.1007/s10826-021-01968-6>

MALACHOWSKI, Amanda Jeanne. *Work, the Law, and Motherhood: Women's Experience Under the Family and Medical Leave Act of 1993 (FMLA)*. Denver: University of Colorado, 2022.

MAXWELL, Nicola; CONNOLLY, Linda; NÍ LAOIRE, Caitríona. Informality, emotion and gendered career paths: The hidden toll of maternity leave on female academics and researchers. *Gender, Work & Organization*, v. 26, n. 2, 2019, p. 140–157. <https://doi.org/10.1111/gwa0.12306>

MEHRA, Renee et al. “Oh gosh, why go?’ cause they are going to look at me and not hire”: intersectional experiences of black women navigating employment during pregnancy and parenting. *BMC Pregnancy Childbirth*, v. 23, n. 1, 2023, p. 1–17. <https://doi.org/10.1186/s12884-022-05268-9>

MOLGORA, Sara and ACCORDINI, Monica. Management of Mental Health in Pregnant Women During COVID-19. In: De Luca D. and Benachi A. (eds). *COVID-19 and Perinatology*. Cham: Springer International Publishing, 2023, p. 269–280.

NAZ, Nuzhat; GULAB, Fozia; ASLAM, Mahnaz. Development of Qualitative Semi-Structured Interview Guide for Case Study Research. *Competitive Social Science Research Journal*, v. 3, n. 2, 2022, p. 42–52.

OLABISI, Ronke M. The pregnancy drop: How teaching evaluations penalize pregnant faculty. *Humanities and Social Sciences Communications*, v. 8, n. 1, 2021, p. 1–10. <https://doi.org/10.1057/s41599-021-00926-3>

OLLILAINEN, Marjukka. Ideal bodies at work: faculty mothers and pregnancy in academia. *Gender and Education*, v. 32, n. 7, 2020, p. 961–976. <https://doi.org/10.1080/09540253.2019.1632808>

OLMOS-VEGA, Francisco M.; STALMEIJER, Renée E.; VARPIO, Lara; KEHLKE, Renate. A practical guide to reflexivity in qualitative research: AMEE Guide No. 149. *Medical teacher*, v. 45, n. 3, 2023, p. 241–251. <https://doi.org/10.1080/0142159X.2022.2057287>

OVIEDO-CARO, Miguel Angel; BUENO-ANTEQUERA, Javier; MUNGUÍA-IZQUIERDO, Diego. Meeting physical activity guidelines and its association with health-related quality of life throughout pregnancy: the PregnActive project. *Psychology, Health & Medicine*, v. 28, n. 3, 2022, p. 574–581. <https://doi.org/10.1080/13548506.2022.2029502>

POWNALL, Madeleine; CONNER, Mark; HUTTER, Russell R. Blame it on her 'baby brain'? Investigating the contents of social stereotypes about pregnant women's warmth and competence. *British Journal of Social Psychology*, v. 62, n. 2, 2023, p. 692-707. <https://doi.org/10.1111/bjso.12587>

RODRIGUES, Carina; BAÍA, Inês; DOMINGUES, Rosa.; BARROS, Henrique. Pregnancy and breastfeeding during COVID-19 pandemic: a systematic review of published pregnancy cases. *Frontiers in Public Health*, v. 8, 2020, p. 558144. <https://doi.org/10.3389/fpubh.2020.558144>

RUSLIN, Ruslin; MASHURI, Saepudin; SARIB, Muhammad; RASAK, Abdul; ALHABSYI, Firdiansyah and SYAM, Hijrah. Semi-structured Interview: A Methodological Reflection on the Development of a Qualitative Research Instrument in Educational Studies. *IOSR Journal of Research & Method in Education (IOSR-JRME)*, v. 12, n. 1, 2022, p. 22-29. <https://doi.org/10.1080/00207543.2023.2232050>

SKORINKO, Jeanine L.M.; INCOLLINGO RODRIGUEZ, Angela C.; DOYLE, James K. Overlapping stigmas of pregnancy, motherhood, and weight: policy implications for employment and higher education. *Policy Insights from the Behavioral and Brain Sciences*, v. 7, n. 2, 2020, p. 123-131. <https://doi.org/10.1177/2372732220943233>

TABASSUM, Naznin and NAYAK, Bhabani Shankar. Gender Stereotypes and Their Impact on Women's Career Progressions from a Managerial Perspective. *IIM Kozhikode Society & Management Review*, v. 10, n. 2, 2021, p. 192-208. <https://doi.org/10.1177/2277975220975513>

TAQUETTE, Stella R. and BORGES DA MATTA SOUZA, Luciana Maria. Ethical dilemmas in qualitative research: A critical literature review. *International Journal of Qualitative Methods*, v. 21, 2022, p. 1-15. <https://doi.org/10.1177/16094069221078731>

THOMPSON, Merideth J.; CARLSON, Dawn S.; HACKENEY, Kaylee; VOGEL, Ryan M. Vicarious abusive supervision and turnover in expectant working mothers: Does financial dependency trigger emotional disconnect? *Journal of Organizational Behavior*, v. 43, n. 3, 2022, p. 448-464. <https://doi.org/10.1002/job.2579>

TOYON, Mohammad Abu Sayed. Introduction to research: Mastering the basics. *Scholars Journal of Research in Social Science*, v. 3, n. 1, 2023, p. 1-24. <https://doi.org/10.5281/zenodo.7724719>

WHITNEY, Madeline Dixon; HOLBROOK, Courtney; ALVARADO, Luis; BOYD Sarah. Length of Maternity Leave Impact on Mental and Physical Health of Mothers and Infants, a Systematic Review and Meta-analysis. *Maternal and Child Health Journal*, v. 27, n. 8, 2023, p. 1308-1323. <https://doi.org/10.1007/s10995-022-03524-0>

YANG, Mianning. Gender Discrimination in the American Workplace. *Proceedings of the 2022 6th International Seminar on Education, Management and Social Sciences (ISEMSS 2022)*. Atlantis Press, 2022. p. 1347-1353. https://doi.org/10.2991/978-2-494069-31-2_159

ZHANG, Tingting and RODRIGUE, Chloe. What If Moms Quiet Quit? The Role of Maternity Leave Policy in Working Mothers' Quiet Quitting Behaviors. *Merits*, v. 3, n. 1, 2023, p. 186-205. <https://doi.org/10.3390/merits3010012>

Recebido em 03/06/2024.

Aceito em 14/06/2024.

A LEITURA E A EDUCAÇÃO COMO ELEMENTOS DE CONSCIENTIZAÇÃO E EMANCIPAÇÃO DAS PROTAGONISTAS EM *DESTINOS* E *SOZINHA*, DE SARA BEIRÃO

READING AND EDUCATION AS ELEMENTS OF AWARENESS AND EMANCIPATION OF THE PROTAGONISTS IN *DESTINOS* E *SOZINHA*, BY SARA BEIRÃO

RESUMO

O estudo que ora trazemos consiste em uma leitura crítico-analítica das protagonistas de dois romances de Sara Beirão. A relação com as letras foi um passo importante para a mulher portuguesa, um caminho que possibilitou, gradativamente, a conquista para o exercício de seus direitos e a apresentação de suas potencialidades, características que venceram muitas imposições da ideologia patriarcal ao longo dos séculos. As obras *Sozinha* (1940) e *Destinos* (1955) permitem, em seus enredos, evidenciar a importância da instrução para a emancipação feminina, fosse ela, à época, parcial ou total. É possível, pois, demonstrar que a educação consiste no principal instrumento de conscientização para a modificação de uma sociedade. Nessas duas narrativas, constatamos que é por meio da leitura e educação formal que o indivíduo se torna mais consciente de seu lugar e encontra sua voz na sociedade, podendo, assim, contribuir de maneira ativa para a igualdade de direitos que sempre se buscou, notadamente por meio das lutas feministas. Utilizamos da teoria e crítica literária, bem como dos aportes teóricos de Ana de Castro Osório (1905), Andradina Oliveira (2007), Constância Lima Duarte (1987), Irene Vaquinhas (2000), Manuela Tavares (2008), dentre outras.

Palavras-chave: Romance português. Sara Beirão. Educação. Emancipação feminina. Crítica feminista.

ABSTRACT

The study we present here consists of a critical-analytical reading of the protagonists of two novels by Sara Beirão. The relationship with letters was an important step for Portuguese women, a path that gradually enabled them to achieve the exercise of their rights and the presentation of their potential, characteristics that overcame many impositions of patriarchal ideology over the centuries. The works *Sozinha* (1940)

Aldinida Medeiros

Doutora em Literatura Comparada, Pós-doutorado em Literatura portuguesa pela Universidade de Coimbra. Professora no Departamento de Letras do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba. Docente Permanente e orientadora no Programa de Pós-graduação em Literatura e Interculturalidade (PPGLI). Coordenadora do Grupo Interdisciplinar de Estudos Literários Lusófonos (GIELLus/UEPB), cadastrado no DGP/CNPq. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9349-5492>. E-mail: aldinida@servidor.uepb.edu.br

Michelle Thalyta Cavalcante Alves Pereira

Doutoranda em Literatura e Interculturalidade (PPGLI/UEPB). Integrante do Grupo Interdisciplinar de Estudos Literários Lusófonos – GIELLus/UEPB. Doutoranda em Literatura e Interculturalidade (PPGLI/UEPB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3842-272X>. E-mail: michelle.pereira@aluno.uepb.edu.br

and *Destinos* (1955) allow, in their plots, to highlight the importance of education for female emancipation, whether, at the time, partial or total. It is possible, therefore, to demonstrate that education is the main instrument of raising awareness for changing a society. In these two narratives, we see that it is through reading and formal education that the individual becomes more aware of their place and finds their voice in society, thus being able to actively contribute to the equality of rights that has always been sought, notably through feminist struggles. We use literary theory and criticism, as well as the theoretical contributions of Ana de Castro Osório (1905), Andradina Oliveira (2007), Constância Lima Duarte (1987), Irene Vaquinhas (2000), Manuela Tavares (2008), among others.

Keywords: Portuguese romance. Sara Beirão. Education. Female emancipation. Feminist criticism.

Introdução

A produção literária feminina mostra o percurso da mulher no contexto social e cultural, no decorrer da História, e seus conflitos em uma sociedade com valores tradicionais que colaboravam para a invisibilidade e silenciamento da mulher. Nas palavras de Manuela Tavares (2008), existiram mulheres de grande valor na sociedade portuguesa, que conseguiram vencer as barreiras da invisibilidade. Neste contexto, o presente artigo toma para análise literária e crítica duas obras de Sara Beirão, uma escritora que, por meio da literatura, lutou contra esse sistema e continua sendo referência na História de Portugal, na qual se destacou com relevância no meio cultural, político e literário.

A trajetória de vida de mulheres como Sara Beirão foi marcada por lutas e resistência em prol da conquista de direitos; lutas estas que contribuíram para a emancipação feminina. Através do interesse da escritora na causa dos grupos considerados minoritários, ela deu visibilidade à condição da mulher na sociedade portuguesa, e também promoveu o direcionamento do olhar dos atores sociais para o modo como a mulher era aceita nos espaços sociais, políticos e religiosos de Portugal, país que, durante longo tempo, se destacou como uma sociedade tradicional marcada pelas desigualdades de gênero e pelos vestígios desse tradicionalismo. Além disso, as mulheres ocupavam – muito infelizmente ainda ocupam – um lugar de submissão em relação aos homens.

Diante dessa condição, mulheres como Sara Beirão despertaram para a luta em prol do protagonismo do sujeito feminino nas diversas esferas da vida social portuguesa. Além do seu efetivo desempenho profissional como escritora e jornalista, Sara Beirão atuou em defesa dos direitos da mulher, desde a monarquia, passando pelo período republicano até o Estado Novo; através da militância, ela conquistou espaços de referência, destacando aqui sua colaboração na Liga Republicana das Mulheres Portuguesas e no Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas.

Ana de Castro Osório (1905, p. 18), em seu livro *Às Mulheres Portuguesas*, no capítulo intitulado “Instrução”, destaca que “a mulher pode reagir, pode educar-se a si mesma, pode, pelo menos, mostrar desejo de progredir, de se igualar ao homem pelo trabalho e pela inteligência cultivada”. É esse desejo de progredir que impulsionou Sara Beirão a escrever romances que abordam questões de gênero, ao se mover entre as fronteiras da literatura e sociedade, apresentando em seus romances pontos relevantes que estavam presentes na sociedade portuguesa, uma maneira de propagar as lutas feministas.

Conforme Ana de Castro Osório (1905, p. 19), “a mulher entregue ao seu próprio discernimento fará o que a consciência esclarecida e o respeito próprio lhe ensinam, e não o que o medo lhe ditar”. Dentro dessa perspectiva, a representação das protagonistas de Sara Beirão nos romances em análise expõe a importância da leitura e da educação como elementos de conscientização e emancipação da mulher, privilegiando, na construção das personagens, essa consciência esclarecida acima mencionada em detrimento ao medo imposto pela sociedade patriarcal.

Esse fenômeno de emancipação por meio do conhecimento é o que se encontra nas protagonistas de *Sozinha* (1940) e *Destinos* (1955), mulheres que tinham tudo para ficar presas aos padrões tradicionais e aos papéis de gênero da época, entretanto, escolheram transgredi-los por meio do envolvimento com as letras, entrosamento pelo qual elas encontraram maneiras de exercer seus direitos e suas potencialidades, indo contra as imposições da ideologia patriarcal da época.

A análise dessas personagens femininas será fundamentada nos estudos¹ da Crítica Feminista e nos Estudos de Gênero. O objetivo deste artigo é analisar as representações femininas nas obras literárias da escritora portuguesa Sara Beirão, no início do século XX, a partir do estudo dos romances *Sozinha* (1940) e *Destinos* (1955).

Sobre a crítica feminista e o movimento feminista, Zinani (2012, p. 411) ressalta: “pode-se afirmar que a crítica feminista sempre esteve inserida no movimento, acompanhando sua evolução”. Este território da crítica, em conjunto com os movimentos em prol dos direitos da mulher foram, progressivamente, conquistando espaços e dando visibilidade à mulher na condição de leitora e escritora. Assim, o movimento feminista foi um passo positivo e de relevância na História da mulher, já que foi a partir desse movimento que a mulher conseguiu ter consciência do seu valor social, cultural e político.

Desta maneira, este estudo apresenta a voz de Sara Beirão, que se utilizou da ficção para contribuir com os avanços em prol dos direitos femininos, assim como inúmeras outras mulheres que, ao longo do século XX, “começam a fazer ouvir a sua voz, chamando a atenção para a situação das mulheres, situação de inferioridade” (Silva, 1983, p. 876). Nas últimas décadas, aconteceu um grande avanço em torno da condição da mulher leitora e escritora, que se deu através dos processos de consciência intelectual e política, os quais foram responsáveis pela quebra de paradigmas que condicionavam a mulher ao silenciamento e impediam o seu desenvolvimento intelectual.

¹ Foi realizado a partir das pesquisas no Grupo Interdisciplinar de Estudos Literários Lusófonos (GIELLus/UEPB).

Diante do exposto, nos próximos tópicos serão apresentadas as duas obras literárias, *Sozinha* (1940) e *Destinos* (1955), a fim de discutir os principais questionamentos sobre a condição da mulher na época de cada romance e a afinidade entre ambos acerca do assunto. A escolha deste tema justifica-se por permitir uma abordagem em torno da Crítica Feminista e dos Estudos de Gênero, interligando-os com os textos literários, com o intuito de entender a importância das obras de autoria feminina para dar visibilidade à condição da mulher, que, por meio dos romances em estudo, auxilia na conquista social de um espaço de respeito e valorização.

A educação como elemento de conscientização e emancipação em *Sozinha* (1940)

Sozinha (1940), cuja narrativa gira em torno da valorização da mulher por meio da educação, evidencia a importância da instrução para a mulher, fato que pode ser observado pelas opiniões das personagens. Traçando um paralelo entre a condição da mulher no início do século XX e os dias atuais, abrange as grandes conquistas femininas no que tange aos seus direitos, frutos da reivindicação e da conscientização social sobre a igualdade de gênero.

Conforme Manuela Tavares (2008, p. 60), “as mulheres tiveram que lutar pelo direito ao voto, à igualdade de direitos na família, pelo direito à educação, ao trabalho remunerado, à participação cidadã. Direitos iguais aos dos homens. Igualdade nas leis”. Dentre os diversos espaços conquistados, destaca-se o da educação formal, o qual oferecia grande resistência à entrada da mulher, então considerada inferior e incapaz pela classe intelectual dominante:

O movimento feminino na sociedade contemporânea acredita na igualdade de direitos e de oportunidades que só ultrapassará a barreira da miséria econômica através da educação e da cultura, uma sociedade humanizada (Oliveira, 2007, p. 10).

A educação é a principal ferramenta para a modificação da sociedade, sendo por meio dela que o indivíduo se torna mais consciente de seus direitos e pode contribuir de maneira ativa e efetiva com as demandas de seu contexto sociopolítico. Dessa forma, as mulheres, ao obterem conhecimento e o acesso digno às produções dos bens culturais, desenvolvem senso crítico e tornam-se capazes de julgar e exercer a liberdade individual.

Em várias passagens do romance, percebemos, no discurso da protagonista, diversas marcas das reivindicações das mulheres na época, as quais buscavam romper com os padrões sociais vigentes. Durante a leitura do romance, é possível perceber o percurso da educação da protagonista Júlia de Almeida, a qual lhe garantiu a possibilidade de emancipação.

A personagem era mulher e órfã de pai e mãe, sendo que depois da morte dos seus pais, foi morar com seu padrinho, Roberto, em uma convivência que gerou sérios conflitos com a esposa do seu padrinho. Diante desse cenário, Roberto resolve colocar Júlia em um colégio interno, sendo que, o que era para ser uma penalidade, acabou por abrir-lhe um novo destino:

Informou-se do melhor colégio... Roberto preparou a pequena com mil delicadeza, numa ida ao sapateiro, que a mulher não consentia que fosse o mesmo dos filhos. – Tens de te separar de nós. Júlia empalideceu, mas não disse uma palavra. – Precisas educar-te, para seres uma mulher independente, para poderes ganhar a tua vida... Júlia compreendia perfeitamente que o padrinho era obrigado por Octávia a proceder assim. Era ela, sempre ela, com aquele ódio que não podia e que não sabia explicar, quem manobrava na sombra para afastar de casa (Beirão, 1940, p. 30-31).

A partir desse momento, a protagonista foi levada para a escola, onde a sua vida começou a ter outro sentido. A insegurança era o sentimento que envolvia Júlia, seja pela falta de experiência ou pelo medo do novo, que lhe despertava inquietações: “Chegaram finalmente ao colégio... A pequena estremeceu como se fosse entrar numa prisão. As lágrimas bailavam-lhe inquietas nos olhos. Foi preciso um grande esforço para as reter” (Beirão, 1940, p. 33-34).

As incertezas que se faziam presentes no pensamento de Júlia a deixavam muito perturbada. A jovem nem imaginava que sua ida àquela escola, que tanto a fazia sentir medo, lhe proporcionaria um futuro brilhante, cheio de conquistas. Mesmo diante das muitas lutas que iria enfrentar naquele lugar, era o único que poderia lhe emancipar na condição de mulher. Em conformidade com Almeida (2000), o acesso ao letramento e ao conhecimento era o caminho mais direto para a liberação feminina das limitações às quais estavam sujeitas, considerando que a educação e a instrução promovem avanços significativos na existência feminina.

Naquele colégio, que de início causou bastante angústia, conheceu as possibilidades de percorrer caminhos diferentes do que a sociedade esperava das mulheres, que era a do matrimônio, cuidado do lar e dos filhos. A novidade sobre a instrução feminina durante a época em que o romance foi escrito é demonstrado pela autora, como pode ser visto em um diálogo entre o padrinho de Júlia e a diretora do colégio:

– Pensei que havia pouco interesse pelo estudo no sexo feminino².
– Engana-se, Doutor; noto, nos últimos tempos, um movimento curioso... Uma grande sede de saber, um acordar, significativo, da mulher para abrir caminhos novos. Uma enorme ânsia de independência, de se instruir, que não existia no meu tempo de menina. – Oxalá a minha afilhada dê o resultado que ambiciono.

² Expressão utilizada pela autora. Pensamos que a data de publicação do romance justifique o uso, o qual já não se faz nos dias atuais.

Precisa ganhar a sua vida, de ser alguém. Desejo que tire um curso e nesse sentido tem de ser orientada a sua educação (Beirão, 1940, p. 37-38).

A surpresa do padrinho ao descobrir o desejo daquela jovem pelo estudo demonstra a evolução da mulher no sentido de buscar a sua independência. A autora realiza uma comparação entre gerações, no intuito de retratar a quebra dos padrões patriarcais no interior do romance, a partir da evolução da protagonista Júlia de Almeida. Júlia, aos poucos, foi conquistando seu espaço no colégio: “Rapidamente conquistou a simpatia dos mestres. Cumpria a rigor as ordens; estudava imenso; compreendia bem e tinha uma excelente memória. Fazia progressos extraordinários” (Beirão, 1940, p. 66).

Os dias vivenciados pela personagem naquela instituição eram voltados a um único interesse: estudar e estudar. A protagonista passou a se dedicar aos estudos em busca de uma vida melhor, mesmo em uma época difícil para as mulheres. O acesso à educação possibilitou que conquistasse sua dignidade, tornando-se uma aluna diferente das demais daquela instituição, onde conheceu sua única amiga mais próxima, Berta, uma jovem de família com renome que sempre lhe convidava para os fins de semana em sua casa:

– Não é possível, Berta... Tu bem sabes que a minha vida tem de ser diferente da das outras raparigas da minha idade. Tenho de estudar seriamente, não para se dizer que estive tantos anos num colégio de primeira ordem, mas para tirar o proveito devido, para poder ganhar a vida com o produto do meu trabalho. Agradeço-te muito, mas não aceito, não quero habituar-me a passeios (Beirão, 1940, p. 76).

Como pode ser visto, sua vida restringia-se às práticas educacionais naquela instituição, um esforço nítido nas suas atitudes em busca de emancipação e liberdade: “– Já tenho o meu plano. Estudo muito; faço o liceu rapidamente e, quando estiver bem adiantada, começo a lecionar e assim ganharei alguma coisa...” (Beirão, 1940, p. 90). Júlia, assim como algumas protagonistas de outros romances, a partir das décadas de 30, 40 e 50, têm acesso ao conhecimento e, de modo subversivo, se tornam multiplicadoras desse acesso “democrático” e coletivo de mulheres às letras. Essa conquista de acesso ao ensino e ao conhecimento voltado para o trabalho na educação contribuiu para a gradativa inserção de mulheres no mercado de trabalho.

Um momento muito importante na narrativa é o dos exames que avaliavam a competência intelectual de cada jovem daquele lugar: “Chegaram os exames! A filha do médico estudava com ardor. Na aula de português, onde começou a ir como assistente, estava agora no segundo lugar” (Beirão, 1940, p. 93). Por fazer parte de uma classe marginalizada pelo poder do tradicionalismo, a condição de mulher como um sujeito

intelectual sempre foi uma questão bastante discutida, mas a protagonista rompe com esses estereótipos, pois “Tinha uma sede insaciável de saber” (Beirão, 1940, p. 94)

Júlia queria alcançar sua independência e sabia que “Ninguém é independente, livre, quando come pela mão de outrem” (Oliveira, 2007, p. 75). Assim, com muita audácia e persistência, rompeu com os moldes do patriarcado e conquistou seu primeiro emprego dentro da área educacional, algo extremamente significativo para a sociedade da época em Portugal: “Foi preencher a vaga de um professor, ainda novo, que a tuberculose vitimara. Nessa altura os jornais relataram o facto espantosamente! Era a primeira mulher portuguesa que assumia tão alto cargo.” (Beirão, 1940, p. 266). Por fim, o que temos nessa narrativa é uma mulher que conquistou o seu espaço, com muita dificuldade, e passou a desfrutar da liberdade alcançada, o que foi possível graças aos estudos.

Com romances em que protagonistas como esta traçam uma jornada de luta, escritoras como Sara Beirão foram figuras importantes para a conscientização da mulher no que concerne ao empoderamento intelectual feminino.

A leitura como elemento de conscientização e emancipação em *Destinos* (1955)

Destinos (1955) relata a trajetória de uma mulher que, ao seguir os padrões tradicionais da época, o casamento, teve sua vida marcada por extrema submissão e silenciamento, algo comum para a época, conforme traz Constância Lima Duarte (1987, p. 19): “as mulheres se encontravam sempre recolhidas entre quatro paredes, sem acesso à educação ou a uma vida social.”

Aqui nesse último tópico, apresenta-se outra protagonista de Sara Beirão que conseguiu amenizar sua dor através do envolvimento com as letras. Nas palavras de Oliveira (2007, p. 15): “era a rainha do lar, aquela encasulada nos domínios domésticos, dependente de seu marido”, sendo essas algumas características de D. Maria dos Prazeres, casada com Bernardo Saavedra durante trinta anos, que só chegou ao fim devido à morte repentina do seu esposo, a qual teve de suportar todo o sofrimento de um relacionamento abusivo. Segundo Heleieth Saffioti (2015, p. 137), “O casamento, capaz de estabelecer relações igualitárias, ter-se-ia que dar entre indivíduos. Ora, não é isto que ocorre, pois ele une um indivíduo a uma subordinada.” Evidentemente, o casamento na sociedade tradicional há uma tendência de seguir as normas do patriarcado, que submetia a mulher a violência física e psicológica.

Em meio a uma sociedade com padrões tradicionais, o destino da mulher era servir e cuidar do lar, aprisionada e condicionada a uma vida de amarguras, sendo o divórcio um tabu que inferiorizava ainda mais àquelas que decidiam deixar seus casamentos. Conforme cita Oliveira (2007, p. 58), para a sociedade patriarcal “a mulher separada ou desquitada é, na nossa sociedade... um pária, tivesse sido embora, a vítima, e sofrido as maiores torturas do marido.”

O romance aborda a condição social da mulher em meio a uma sociedade com costumes tradicionais, com imposições que a submetem a um lugar inferior ao do homem. Nas páginas iniciais do romance, chama-nos atenção o seguinte argumento sobre a mulher portuguesa: “Crê que a mulher portuguesa é obrigada a esconder os seus sentimentos e as suas ideias com o terror das consequências” (Beirão, 1955, p. 10).

Esse medo das consequências de demonstrar o descontentamento com o casamento e outras “regras” sociais em torno da mulher obrigaram D. Maria dos Prazeres, e inúmeras outras mulheres fora da ficção, a se submeterem à dominação de um sistema patriarcal que as aprisionavam. Em concordância, Oliveira (2007, p. 59-58) diz que “enquanto o direito se conservar torto... teremos uma crise moral, que a principal vítima, inegavelmente é a mulher”.

Dentro dessa perspectiva, a protagonista do romance apresenta várias indagações sobre a condição da mulher em uma sociedade tradicional. É o que se pode perceber na citação a seguir: “Sofro desta maneira sem poder desabafar... Covardia... Por que será este homem assim? Sempre irritado, sempre de mau humor... É sempre sobre mim que descarrega a bília...” (Beirão, 1955, p. 92). O trecho demonstra um momento de desespero da protagonista que, por diversas vezes, sem encontrar uma saída, tinha pensamento doloroso, sem forças e esperanças para um futuro no qual pudesse encontrar a paz e a liberdade que tanto desejava: “Há muito que o suicídio lhe bailava na mente como a única saída airosa daquele inferno.” (Beirão, 1955, p. 94). Conforme Isabel Dias (2010 apud Gelles³, 1993, p.1) sobre a violência doméstica, é “legitimada ora por dogmas religiosos e políticos, ora pela ideologia patriarcal, a violência doméstica é um fenómeno de longa data, que faz parte integrante da história da família das sociedades ocidentais e de muitas outras do globo”. Os avanços dos movimentos feministas fortaleceram o progresso do reconhecimento e da valorização dos direitos das mulheres, principalmente no que se refere à violência física e psicológica contra a mulher.

A violência física e psicológica vivida por D. Maria dos Prazeres, resultaram em pensamentos, na qual podemos considerar que o suicídio seria uma maneira de se libertar das opressões no seio familiar e social e eliminar seus conflitos, são notáveis na protagonista, ocasionado pelo silenciamento da sociedade na violência doméstica e, diante dessa situação, a protagonista não encontrava solução para romper com o abuso do poder patriarcal, encontrando como única saída viável o suicídio.

Após difíceis trinta anos de casados, D. Maria dos Prazeres encontrava-se livre: “- Enfim... livre... Posso respirar, posso viver sem algemas, sem cruz, sem o peso ingente que me esmagava o coração...” (Beirão, 1955, p. 102). Essa liberdade só foi conquistada através da morte repentina do marido: “Realmente a minha vida foi um tormento, nunca me pude queixar. Ele era bom para todos; por que seria aquela fereza para mim?... Nunca me foi possível entendê-lo...” (Beirão, 1955, p. 120).

Depois da morte do marido, a protagonista passa a demonstrar sua verdadeira personalidade: “O certo é que todos têm reconhecido que está outra, que perdeu

³ Gelles, Richard (1993), “Family violence”, in Robert L. Hampton et al. (eds.), Family Violence – Preventing and Treatment, California, Sage Publications, pp. 1-24.

aquele ar acanhado, que tem atitudes decididas e enérgicas que ninguém lhe conheceu nunca...” (Beirão, 1955, p. 126). Em uma conversa entre seu filho, Damião, e sua nora, Berta, observa-se a mudança de comportamento de D. Maria dos Prazeres:

Andava sempre em bicos de pés e falava tão baixinho que mal se ouvia... Agora é bem outra... Tu já observaste que a mãe deixou de andar curvada e que reconquistou a antiga elegância? – Realmente tens razão... porque seria? Talvez o peso da amargura que deve custar a suportar, – disse Berta pensativa. (Beirão, 1955, p. 127).

Era notória a transformação de D. Maria dos Prazeres, que, após o falecimento de seu marido, era outra mulher: “Ela manda, dirige, orienta tudo... até a criadagem fica de boca aberta perante a transformação que se operou nela...” (Beirão, 1955, p. 134). Em suas palavras, destaca a infelicidade vivida nos últimos trinta anos da sua vida:

Há casamentos, Efigénia, que são verdadeiros desastres. O meu foi um deles... Nunca consegui acertar com o caminho que conduzia à boa disposição daquele infeliz. Porque o Bernardo nunca foi feliz. Resolvi calar-me, fechar-me num silêncio estúpido, sem vontade, sem opinião, sem viver, porque eu não vivi nestes trinta anos, Efigénia (Beirão, 1955, p. 139).

Diante dessa reflexão presente na obra literária, Andradina Oliveira (2007) ressalta que são inúmeros os naufrágios matrimoniais... algemadas por uma lei absurda, devorando lágrimas, ocultando os corações chagados dentro de lares que são verdadeiros infernos, desolados túmulos. Assim, para suportar todo esse relacionamento, D. Maria dos Prazeres encontrava refúgio na leitura. Ainda de acordo com Andradina Oliveira (2007, p. 55), “pouco a pouco foi se despertando o desejo de instruir-me, adquirir novos conhecimentos, preparar-me para a luta pela vida.” É o que podemos encontrar em outra passagem do romance, que expressa a importância do seu envolvimento com as letras:

Sempre calada e triste. À mesa não abria boca, pois já sabia que se o fizesse provocava contenda... e isso era para ela a morte lenta. O marido observava-a por cima dos óculos, sempre alerta para saltar à primeira oportunidade... Como ela se sentia feliz quando, doente, era forçada a tomar as refeições na cama... Desferrava-se a ler... pois mesmo os livros tinham de ser tirados das estantes às escondidas quando o algoz estava ausente... Valiam-lhe esses amigos leais. Assim adquirira uma notável soma de conhecimentos que surpreendia as raras pessoas de categoria com quem tinha oportunidade de falar (Beirão, 1955, p. 112).

Em um momento, em que teve a oportunidade de conversar com um homem de letras que passava na região de Beira, é notada pelo seu amplo conhecimento obtido a partir da leitura: “– Esta senhora é fora do vulgar – – dissera um homem de letras... – – É notavelmente inteligente e instruída... Conhece a literatura portuguesa e estrangeira como poucos...” (Beirão, 1955, p. 112-113). Era isso que fazia nas suas longas horas de solidão:

D. Prazeres, nas longas horas de solidão, habituara-se a ir dar voltas às estantes escolhendo os volumes que lhe despertavam curiosidade. Claro que ele não podia dar pela falta porque ela tinha o cuidado de os alargar para não despertar suspeitas. E nos seus intermináveis serões, lia, há até altas horas, sempre com um trabalho nas mãos em que pegava se ouvia passos no corredor (Beirão, 1955, p. 114).

Sobre seu envolvimento com a leitura: “começou cedo esse convívio íntimo com os livros e a amizade crescia a olhos vistos... Estudava e lia todas as obras dos grandes mestres.” (Beirão, 1955, p. 114). Diante desse seu interesse com as letras, se transformou em uma mulher diferente das demais da sua época: “ao verem-na tão modesta, tão retraída, tão acanhada, a ninguém passava pela cabeça a sua preparação cultural” (Beirão, 1955, p. 115). Assim, pode-se dizer que ler e escrever era a forma que D. Maria dos Prazeres encontrou para reduzir todo o sofrimento que o casamento lhe trouxe:

Escrevia o seu diário regularmente, em que traduzia todo o íntimo sofrimento da sua alma amargurada e as impressões mais violentas dos livros que ia compulsando. Só ali se abria em largas expansões. A vida apertara-a na cela, mas não pudera delimitar-lhe os voos ousados do pensamento. Era livre para pensar... e sentia que eram as únicas horas felizes da sua triste existência aquelas em que transmitia ao papel as mais queridas impressões, os mais recônditos segredos da sua alma torturada (Beirão, 1955, p. 115).

Nas palavras de Irene Vaquinhas (2000), o acesso das mulheres à instrução contribuiu para o aumento das reivindicações no que diz respeito ao acesso a todos os níveis de instrução e a uma participação mais ativa na sociedade, considerando aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais. Assim, o despertar da mulher para o envolvimento com as letras é uma maneira eficaz de construir uma sociedade livre das práticas opressoras tradicionais que perpetuam de geração a geração o comportamento misógino e a dominação masculina. Desta maneira, é possível perceber a importância do envolvimento de D. Maria dos Prazeres com as letras. Andradina Oliveira, ressalta sobre a educação imposta as mulheres,

Toda a fraqueza da mulher vem unicamente da educação que lhe é dada. Não se deve educar a mulher para somente ser a linda e delicada flor do baile, porque a vida real, positiva e nobre não é uma festa constante; não se à deve educar unicamente para ser uma dona de casa. É preciso cuidar-lhe da alma, desenvolver-lhe a inteligência, dar-lhe um caráter forte e ativo, fazer dela força consciente para a vida... Eduque-se a mulher de modo que, se acaso a rudez da vida lhe reservar momentos amargos, provações dolorosas, ela seja forte para lutar e para vencer, consciente das suas energias e capaz de utilizá-las. (Oliveira, 2007, p. 126-127).

De acordo com esta citação, na qual Andradina Oliveira, destaca a importância de uma educação emancipadora, que se contrapõe a um modelo educacional da classe dominante. No contexto patriarcal, a mulher era unicamente educada para ser uma dona de casa, essa educação era a principal forma de dominação da mulher, que só foi enfraquecida a partir do seu envolvimento com as letras, na forma como é apresentada a relação da protagonista, a partir do seu envolvimento com a leitura coloca em prática as formas de resistência e de subversão da protagonista. Esse avanço da protagonista fica evidente, devido ao seu envolvimento com as letras, lhe dando a liberdade que tanto almejava durante os trinta anos de submissão ao marido, dessa forma essa educação emancipadora não há fraqueza, há altruísmo e resistência.

Considerações Finais

À luz do que foi exposto neste estudo, é possível identificar a importância da Crítica Feminista e dos Estudos de Gêneros, no que diz respeito à Literatura de Autoria Feminina, a qual possibilitou apresentar dois romances de Sara Beirão que demonstram que o envolvimento da mulher com a leitura e a educação são elementos de conscientização e emancipação para mulher, contribuindo na luta em prol da igualdade e liberdade feminina.

Compreendemos, a partir da análise das obras literárias, protagonistas que não se limitam aos valores impostos pela sociedade tradicional, seguindo suas próprias vontades por meio da instrução. De acordo com Constância Lima Duarte (1987, p. 19), as mulheres “superaram os obstáculos e desafiaram a ordem patriarcal”, sendo isso que se percebe nas duas protagonistas dos romances, que se utilizaram do envolvimento com as letras para superar e desafiar os padrões tradicionais da época.

A obra *Sozinha* (1940) apresenta uma mulher que saiu de um lugar marginalização, sendo órfã, para alcançar espaços antes negados à mulher, conquistando sua independência financeira por meio de sua dedicação aos estudos. Já *Destinos* (1955) mostra uma mulher que passou trinta anos em um casamento que a oprimia e silenciava, e que, ao praticar o hábito de ler, conseguiu se libertar e se conscientizar do seu lugar na sociedade.

Então, concluímos que é possível perceber o empenho da escritora portuguesa Sara Beirão em apresentar, nos seus romances, questões sobre a mulher, enfatizando a necessidade de um lugar de respeito e valorização da mulher. Tais questionamentos só são possíveis devido à valorização da literatura produzida por mulheres, que, através da Crítica Feminista e dos Estudos de Gêneros, traz visibilidade para o percurso da mulher leitora e escritora.

Referências

ARTIGO DE PERIÓDICO:

ALMEIDA, Jane Soares de. As lutas femininas por educação, igualdade e cidadania. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**, v. 81, n. 197, 2000. Disponível em: <http://www.rpeb.inep.gov.br/index.php/rpeb/article/view/947>. Acesso em: 27 fev. 2024.

DIAS, Isabel. Violência doméstica e justiça: respostas e desafios. In: **Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP**, Vol. XX, p. 245-262, 2010. Disponível em: <https://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/55996/2/isabeldiasviolencia000127786.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2024.

DUARTE, Constância Lima. Literatura feminina e crítica literária. **Comunicação apresentada na ANPOLL – II- Encontro Nacional**, Rio de Janeiro, p. 15-23, 1987. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/travessia/article/view/17198/1576>. Acesso em: 23 fev. 2024.

LOUSADA, Isabel. Da presença feminina nas Letras & Ciências: o pioneirismo de Adelaide Cabete. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 53, p. 113-132, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/10640/1/211-774-1-PB.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2024.

MEDEIROS, Aldinida. Quando a romancista é ativista pelos direitos humanos e feminismo: Sarah Beirão e suas protagonistas. **Revista Incomunidade**, 2021. Disponível em: <https://www.incomunidade.pt/quando-a-romancista-e-ativista-pelos-direitos-humanos-e-feminismo-sarah-beirao-e-suas-protagonistas-aldinida-medeiros/>. Acesso em: 24 jan. 2024.

PEREIRA, Michelle Thalyta C. Alves; MEDEIROS, Aldinida; LOUSADA, Isabel. Reflexões sobre educação, família, casamento e condição feminina em *Um Divórcio*, de Sarah Beirão. **Interfaces Científicas - Educação**.v.11, p. 134-151, 2022. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/10499/4886>. Acesso em: 14 jan. 2024.

SILVA, Maria Regina Tavares da. Feminismo em Portugal na voz de mulheres escritoras do início do século XX. **Análise Social**, v. 19, n. 77/79, p. 875-907, 1983.

VAQUINHAS, Irene. Os caminhos da instrução feminina nos séculos XIX e XX. Breve relance. **Turres Veteras III**, Actas de História Contemporânea, p. 93-101, 2000.

ZINANI, Cecil Jeanine Albert. Crítica feminista: uma contribuição para a história da literatura. In: **IX Seminário Internacional de História da Literatura**; Faculdade de Letras da PUCRS, Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 407-415, 2012. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/Ebooks//Web/978-85-397-0198-8/Trabalhos/18.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

LIVRO:

BEIRÃO, Sarah. **Sozinha**. Porto: Editora, 1940.

BEIRÃO, Sarah. **Destinos**. Porto: Editora, 1955.

OLIVEIRA, Andradina América de Andrade. **Divórcio?** Organizado por Hilda Agnes Hübner Flores. Porto Alegre: Ediplat; Florianópolis: Editora Mulheres, 2007.

OSÓRIO, Ana de Castro. **Às Mulheres Portuguesas**. Lisboa: Editora Viúva Tavares Cardoso, 1905.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 2.Ed.—São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

DISSERTAÇÃO/ TESE:

PEREIRA, Michelle Thalyta Cavalcante Alves. **Problematização da condição da mulher no início do século XX em Sozinha e Um Divórcio, de Sarah Beirão**. Dissertação (Mestrado em Literatura e Interculturalidade), Universidade Estadual da Paraíba/UEPB, Centro de Educação, p. 102, 2021. Disponível em: <https://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/tede/4084/2/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20MESTRADO.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2024.

TAVARES, Maria Manuela Paiva Fernandes. **Feminismos em Portugal (1947-2007)**. 636 f. Tese (Doutorado em Estudos sobre as Mulheres). Universidade Aberta, Lisboa, 2008. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/1346>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Recebido em 03/07/2024.

Aceito em 20/07/2024.